



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

215ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Ata da ordem dos dias 18 e 19 de setembro de 2013

**BRASÍLIA – DF
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

215ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Sala de Reuniões do CNAS, Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, Ala A, 1º Andar, Brasília-DF

Data: 18 e 19 de setembro de 2013

1 Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e treze teve início a Ducentésima Décima Quinta
2 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência da Presidenta
3 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da SNAS, Luziele Maria de
4 Souza Tapajós. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e Suplentes
5 do CNAS: Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós, MDS; Conselheira Solange Teixeira, MDS;
6 Conselheira Simone Albuquerque, MDS; Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga, SNAS; Conselheiro Fábio
7 Moassab Bruni, SNAS; Conselheira Fátima Aparecida Rampin; Conselheira Maria Lúcia Nogueira
8 Marquim; Conselheiro José Ferreira da Cruz, SNAS, Conselheiro Marcílio Marquesini Ferrari;
9 Conselheira Maria das Graças Prola; Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, CONGEMAS; Conselheira
10 Maria Lúcia Nogueira Marquim, CONGEMAS; Conselheiro Ademar de Andrade Bertucci, Cáritas
11 Brasileira; Conselheira Cláudia Laureth Faquinote, ABEC; Conselheira Leila Pizzatto; Conselheira
12 Valéria Silva Reis Ribeiro; Conselheira Márcia de Carvalho Rocha; Conselheira Marilena Ardore,
13 APAES; Conselheiro Volmir Raimondi, Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB; Conselheira
14 Dóris Margareth de Jesus; Conselheiro Anderson Lopes Miranda, Fórum Nacional da População de
15 Rua; Conselheira Nilsia Lourdes dos Santos Miranda, UNEGRO; Conselheira Aldenora Gomes González,
16 CONAM; Conselheiro José Araujo da Silva, Pastoral da Pessoa Idosa; Conselheira Maria Aparecida do
17 Amaral Godoi de Faria, CNTSS; Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos, Associação Brasileira de
18 Educadores de Deficientes Visuais, ABEDDEV; Conselheira Margareth Alves Dallaruvera; Conselheiro
19 Carlos Rogério de Carvalho Nunes; Conselheira Jane Pereira Clemente, FENATRIBEF; e, Conselheiro
20 Thiago Barbosa Ferreira Cabral, OAB. ABERTURA. Iniciando a Ducentésima Décima Quinta Reunião
21 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, a Presidenta solicitou à Secretária-
22 Executiva a conferência do quorum: Conselheiros na titularidade: Conselheira Luziele Maria de Souza
23 Tapajós; Conselheira Simone Aparecida Albuquerque; Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga; Conselheira
24 Fátima Aparecida Rampim; Conselheiro José Ferreira da Cruz; Conselheira Maria das Graças Prola;
25 Conselheira Marisa Rodrigues da Silva; Conselheira Leila Pizzatto; Conselheira Márcia de Carvalho
26 Rocha; Conselheiro Anderson Lopes Miranda; Conselheira Aldenora Gomez González; Conselheira
27 Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria; Conselheira Margareth Alves Dallaruvera; Conselheira
28 Jane Pereira Clemente; Conselheiro Fábio Bruni. Conselheiros na Suplência: Conselheiro Marcílio
29 Marquesini Ferrari; Conselheira Maria Lúcia Marquim; Conselheira Cláudia Faquinote; Conselheira
30 Valéria da Silva Reis Ribeiro; Conselheira Dóris Margareth de Jesus; Conselheira Nilsia Lourdes dos
31 Santos; Conselheiro José Araújo da Silva; Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes; Conselheiro
32 Thiago Barbosa Ferreira Cabral. Item Aprovação da Ata da 214ª Reunião Ordinária do CNAS. A
33 Presidenta informou que a Conselheira Aldenora havia feito algumas alterações, as quais já haviam
34 sido acatadas. Indagou ao Pleno se havia mais alguma observação. Em não havendo, a Presidenta
35 considerou aprovada a Ata da 214ª RO. A Presidenta passou ao Item Pauta da 215ª Reunião Ordinária:
36 Pauta: Dia 17/09/2013 – COMISSÕES TEMÁTICAS – Manhã - 9h às 12h - Reunião da Comissão de
37 Financiamento e Orçamento da Assistência Social: Discutir com o Fundo Nacional de Assistência Social
38 estratégias de divulgação do Documento Orientador sobre matéria orçamentária e financeira e
39 outros. - Reunião da Comissão de Política da Assistência Social: Revisão e Monitoramento do Plano de
40 Ação da Comissão de Política e outros. - Reunião conjunta da Comissão de Normas da Assistência

41 Social e Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social: apreciar o documento:
42 Orientações sobre o processo de escolha de representantes da sociedade civil nos Conselhos de
43 Assistência Social. Tarde - 13h às 16h - Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social:
44 Continuação da Revisão da Resolução CNAS nº16/2010 e outros. - Reunião conjunta da Comissão de
45 Política da Assistência Social e Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social:
46 Critérios de adesão e partilha de recursos do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de
47 Assistência Social – Capacita SUAS, exercícios de 2013 e 2014; e reordenamento de Serviços de
48 Acolhimento para Crianças e Adolescentes. 14h às 16h - Reunião da Comissão de Acompanhamento
49 aos Conselhos da Assistência Social: Apreciação dos Planos de ação das Comissões de
50 Acompanhamento aos CMAS elaborado pelos CEAS e CAS/DF e outros. 16h às 18h - Reunião da
51 Presidência Ampliada. *Pauta de Reunião - Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - 2/2 Dia*
52 *18/09/2013 - PLENÁRIA – Manhã - 9h às 09h15 - Aprovação da ata da 214ª Reunião Ordinária do*
53 *CNAS e da pauta da 215ª Reunião Ordinária. 09h15 às 10h30 - Informes da Presidência/Secretaria*
54 *Executiva, MDS, CIT, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros. 10h30 às 12h - Painel sobre a Gestão dos*
55 *Benefícios e Transferências de Renda do SUAS (Eixo 5) - SNAS e SENARC. Tarde - 4h às 16h30 - Relato*
56 *da Comissão Organizadora da IX Conferência Nacional de Assistência Social. 16h30 às 18h - Relato do*
57 *GT Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social. Dia*
58 *19/09/2013 – PLENÁRIA – Manhã - 9h às 9h30 - Apresentação da Sociedade Civil (segmento dos*
59 *trabalhadores, entidades e usuários). 9h30 às 10h30 - Relato da Presidência Ampliada. 10h30 às 12h -*
60 *Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social e relato da reunião*
61 *conjunta com a Comissão de Normas da Assistência Social. Tarde - 14h às 16h - Relato da Comissão de*
62 *Política da Assistência Social e relato da reunião conjunta com a Comissão de Financiamento e*
63 *Orçamento da Assistência Social. 16h às 17h - Relato da Comissão de Normas da Assistência Social.*
64 *17h às 18h - Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. A Presidenta*
65 *relatou as alterações na Pauta, no dia 19, 10h30 às 12h - Relato da Comissão de Política da Assistência*
66 *Social conjunta com a Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social, Relato da*
67 *Reunião Conjunta da Comissão de Política e da Comissão de Financiamento e Orçamento passando*
68 *para a manhã, tendo à tarde, de 14h às 16h - Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da*
69 *Assistência Social, referente à uma Reunião Extraordinária, que ainda não havia sido relatada no*
70 *Pleno; das 16h às 17h Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos; e de 17h às 18h*
71 *Relato da Comissão de Normas. O Conselheiro Thiago informou que a Comissão de Normas não havia*
72 *se reunido, não havendo relato, ao que a Presidenta indicou que seria mantido para constar na*
73 *degravação. A Presidenta indagou se havia alguma observação, com o Pleno aprovado a Pauta da*
74 *215ª Reunião Ordinária do CNAS. Item Informes da Presidência do CNAS, pela Secretária-Executiva:*
75 *“Informes Gerais. Ausências Justificadas: a Presidenta Luziele Tapajós no dia 16 de setembro por*
76 *motivo de força maior; o Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos nos dias 17, 18 e 19 de setembro devido*
77 *a sua participação na Conferência Estadual de Assistência Social de Rondônia; a Conselheira Solange*
78 *Teixeira no dia 19 de setembro devido a compromissos institucionais; o Conselheiro Idervânio Costa*
79 *nos dias 17 e 18 de setembro devido a compromissos institucionais. Convocações, participações.*
80 *Participação do CNAS nas Conferências Municipais, Estaduais de Assistência Social: a Presidenta*

81 *Luziele Tapajós participou da Conferência Municipal de São Paulo nos dias 04, 05 e 06 de setembro em*
82 *São Paulo e participará da Conferência Estadual de São Paulo nos dias 01 a 03 de outubro em São*
83 *Paulo; o Conselheiro José Crus participou da Conferência Municipal de Aracaju nos dias 12 e 13 de*
84 *setembro e foi convocado para a Conferência Estadual da Bahia nos dias 01 a 02 de outubro em*
85 *Salvador, Bahia; o Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos participou das Conferências Estaduais em*
86 *Mato Grosso nos dias 02 e 05 de setembro e de Rondônia nos dias 17 e 19 de setembro; a Conselheira*
87 *Margareth Dallaruvera participou da Conferência Estadual de Alagoas no período de 09 a 10 de*
88 *setembro em Maceió, Alagoas, e participará da Conferência Estadual de Sergipe nos dias 25 e 26 de*
89 *setembro de 2013 em Aracaju, Sergipe; a Conselheira Graça Prola participou da Conferência Estadual*
90 *do Amazonas no período de 11 a 13 de setembro em Manaus, Amazonas; a Conselheira Marisa*
91 *Rodrigues participou das Conferências Estaduais de Goiás nos dias 03 e 05 de setembro e foi*
92 *convocada para a Conferência Estadual do Acre no período de 03 a 04 de outubro em Rio Branco,*
93 *Acre; o Conselheiro Ademar Bertucci foi convocado para a Conferência Estadual do Amapá no período*
94 *de 02 a 04 de outubro de 2013 em Macapá, Amapá; a Conselheira Leila Pizzato foi convocada para a*
95 *Conferência Estadual do Ceará no período de 02 a 04 de outubro de 2013 em Fortaleza, Ceará; a*
96 *Conselheira Aldenora González foi convocada para a Conferência Estadual do Piauí no período de 02 a*
97 *04 de outubro em Teresina, Piauí. O CEAS Piauí informou alteração da data para 14 a 16 de outubro.*
98 *Demais participações: a Presidenta Luziele Tapajós, a Conselheira Fátima Rampin e a Secretária-*
99 *Executiva do CNAS participaram do Encontro Nacional de Monitoramento e Vigilância*
100 *Socioassistencial do SUAS nos dias 28, 29 e 30 de agosto em Brasília; a Presidenta Luziele Tapajós e a*
101 *Secretária-Executiva do CNAS Maria das Mercês participaram da Reunião do Comitê de Patrocínio,*
102 *SECOM, Presidência da República no dia 28 de agosto; a Presidenta Luziele Tapajós participou da*
103 *Reunião com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, CONANDA, no dia 30 de*
104 *agosto em Brasília; as Conselheiras Valéria Ribeiro, Doris Margareth, Nilsia Santos participaram do IV*
105 *Fórum Interconselhos já realizado no dia 02 de setembro em Brasília; o Conselheiro José Araújo*
106 *representou o CNAS na 125ª Reunião Ordinária da CIT no dia 05 de setembro de 2013 em Brasília; os*
107 *Conselheiros e Conselheiras integrantes da Comissão Organizadora da IX Conferência Nacional de*
108 *Assistência Social participaram da Reunião da Comissão nos dias 09 e 10 de setembro em Brasília; os*
109 *Conselheiros e Conselheiras do segmento dos trabalhadores participaram da reunião com*
110 *representantes da Secretaria Nacional de Assistência Social e com a Coordenação Executiva do Fórum*
111 *Nacional dos Trabalhadores do SUAS para discutir a instalação, a instituição da mesa de negociação*
112 *no dia 16 de setembro em Brasília; os Conselheiros e Conselheiras integrantes da Comissão de*
113 *Financiamento e Orçamento da Assistência Social participaram da Reunião Extraordinária no dia 16*
114 *de setembro em Brasília; os Conselheiros e Conselheiras do Grupo de Trabalho GT Monitoramento das*
115 *Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social participaram da reunião do GT no dia*
116 *16 de setembro em Brasília; os Conselheiros e Conselheiras Titulares e Suplentes foram convocados*
117 *para esta Reunião Ordinária nos dias 17 a 19 de setembro em Brasília; os Conselheiros e Conselheiras*
118 *Anderson Miranda e Maria do Socorro Tabosa foram convocados para participarem do Comitê*
119 *Consultivo do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos no dia 26 de setembro em*
120 *Brasília; o Conselheiro José Araújo foi convocado para representar o CNAS no 3º Encontro Ibero-*

121 *Americano sobre Pessoas Idosas na região nos dias 30 de setembro a 02 de outubro. E-mails enviados*
122 *aos Conselheiros e Conselheiras - Informativos e Boletins do MDS: Boletim Brasil Sem Miséria, agosto*
123 *de 2013; Informe sobre os 10 anos de Bolsa Família, tema do Café com Debate; Informativo SUAS 04*
124 *de setembro de 2013; Boletim Brasil Sem Miséria Especial de setembro. Documentos diversos:*
125 *pronunciamento dos Conselheiros e Conselheiras do CNAS nas Conferências Estaduais de Assistência*
126 *Social e relatórios de participação nas Conferências; programação do IV Fórum Interconselhos;*
127 *relatórios de avaliação das agendas transversais do PPA 2012/2015; informes sobre a Teleconferência*
128 *sobre o Demonstrativo Físico-Financeiro de 2012; matéria da Agência Câmara de Notícias sobre a*
129 *Medida Provisória, MP 620, sobre regras para certificação de entidades beneficentes de Assistência*
130 *Social; informe sobre o V Encontro Nacional de Fóruns Permanentes da Sociedade Civil pelos Direitos*
131 *da Pessoa Idosa; apresentação em Power Point para as exposições dos representantes do CNAS nas*
132 *Conferências Estaduais de Assistência Social; ata e gravação da 214ª Reunião Ordinária do CNAS;*
133 *links contendo informes do IPEA; pauta desta Reunião Ordinária; envio a pedido da Conselheira*
134 *Aldenora González da Nota de Repúdio ao PL da Deputada Kátia Abreu sobre Demarcação de*
135 *Territórios Indígenas. Resoluções e Portarias: Portaria MDS nº 89, de 27 de agosto 2013, publicada no*
136 *Diário Oficial da União de 29 de agosto 2013, Seção 02, Página 44, que designa Celiany Rocha Appelt*
137 *para compor o Conselho Nacional de Assistência Social na qualidade Suplente do governo,*
138 *representando o Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social, FONSEAS, em substituição a*
139 *Conselheira Eloiana Cambraia Soares; Resolução CNAS nº 22 de 13 de setembro de 2013, publicada no*
140 *Diário Oficial da União de 17 de setembro de 2013, que define a composição das Comissões Temáticas*
141 *do Conselho Nacional de Assistência Social. Comunicados: a Presidenta Luziele Tapajós e a Secretaria-*
142 *Executiva do CNAS visitaram o Centro de Convenções Ulisses Guimarães no dia 11 de setembro, local*
143 *de realização da IX Conferência Nacional; o Conselho Municipal de Assistência Social de Vitória enviou*
144 *Ofício nº 59/2013 agradecendo a colaboração do Conselheiro Edivaldo Ramos na ministração do*
145 *painel o Controle Social, Financiamento no SUAS durante a Conferência Municipal de Vitória, realizada*
146 *nos dias 15 a 16 de julho de 2013; o Conselho Municipal de Assistência Social em Rio Largo, Alagoas,*
147 *agradece ao Conselho Nacional de Assistência Social pela recomendação da Resolução nº 05/2013, de*
148 *31 de agosto de 2012, do Conselho Municipal de Assistência Social de Rio Largo em boas práticas; a*
149 *Conselheira Nilsia dos Santos enviou o relatório de participação na Conferência Municipal de*
150 *Assistência Social de São Luís, Maranhão, realizada nos dias 14 e 15 de agosto; a Conselheira Marisa*
151 *Rodrigues enviou o relatório de participação na Conferência Municipal de Assistência Social de*
152 *Mossoró, Rio Grande do Norte, no dia 14 de agosto. Audiência: solicitante Eneida Cardoso,*
153 *Coordenadora-Geral do CEBAS do Ministério da Educação, no dia 29 de agosto de 2013, às 9h; assunto*
154 *tratado: sobre pesquisa de histórico e certificação, digitalização de processos certificados via MP*
155 *446/2008; participantes: Ministério da Educação, Eneida Cardoso; Karina González Silva da Secretaria-*
156 *Executiva, Maria das Mercês, Christiane Camargo e Regina Selmonte; providências: a Coordenação do*
157 *CEBAS MEC providenciará Ofício requisitando processo da área de educação visando a sua*
158 *digitalização, enviará solicitação de relação de entidades declaradas na área da educação neste CNAS.*
159 *Atualização do site - inseridos em Notícia: Comissão Organizadora esclarece sobre Conferências; texto*
160 *para discussão do IPEA focaliza Bolsa Família e SUAS; Comissão Organizadora da IX Conferência*

161 Nacional reúne-se em Brasília; publicação analisa 82 Conferências Nacionais; Censo SUAS 2013 será
162 tema da Conferência; Teleconferência MDS nessa segunda-feira, dia 09; Comissão aprova MP 620 com
163 regras para a certificação de beneficentes; Conferências Municipais envolvem mais de um milhão de
164 participantes; Encontro apresenta resultado do Censo SUAS; Fluxos de envio no produto das
165 Conferências Municipais; Conselhos, atenção Conselhos! Prorrogada as inscrições ao Prêmio Rosani
166 Cunha; prorrogado o prazo para preenchimento do Demonstrativo Sintético; CNAS altera Regimento
167 Interno e a profunda interação com CEAS e CAS/DF; confira o Projeto de Lei que altera a Lei
168 12.101/2009. Aniversariantes do mês: Conselheiro José Araújo da Silva, dia 13; Conselheiro Thiago
169 Cabral, dia 27; e Conselheira Maria das Graças Prola.” A Presidenta e a Conselheira Leila
170 cumprimentaram os aniversariantes. A seguir, referiu-se ao debate sobre a gestão de benefícios que
171 seria feito na Conferência, pauta resultante do trabalho da Comissão de Acompanhamento de
172 Benefícios e Transferência de Renda além de outras relacionadas a pactuações feitas pela Comissão
173 de Política e pela Comissão de Financiamento. Solicitou aos Conselheiros que durante os informes
174 falassem sobre as Conferências em que haviam participado. O Conselheiro Anderson solicitou que nos
175 Informes da Presidência e da Secretaria-Executiva constasse sua presença e da Conselheira Valéria na
176 Conferência Municipal de São Paulo. Item Informes do MDS. A Conselheira Simone justificou a
177 ausência da Secretária Denise Colin, indicando a participação da Conselheira Lea Braga nesse Informe.
178 Relatou a reunião realizada pelo MDS com Secretários de Estado de Assistência Social, com o objetivo
179 de discutir e revisar o Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual. “O Pacto de Aprimoramento do
180 SUAS firmado entre a União, os estados e o Distrito Federal conforme estabelece a NOB/SUAS,
181 aprovada pelo Conselho Nacional através da Resolução 33 de 12 de dezembro de 2012, é o
182 instrumento pelo o qual se materializam as metas e as prioridades nacionais no âmbito do SUAS e se
183 constitui mecanismo de indução do aprimoramento da gestão dos serviços, programas, projetos e
184 benefícios. A periodicidade de elaboração do Pacto de Aprimoramento do SUAS será quadrienal e se
185 dará no último ano de vigência do PPA de cada ente federativo, com revisão anual. A União deverá
186 pactuar na CIT no último ano de vigência do PPA de cada ente federativo, a cada quatro anos, as
187 prioridades e metas nacionais para estados, Distrito Federal e municípios. Segundo as regras de
188 transição da NOB/SUAS e tendo como objetivo compatibilizar a periodicidade, pactuação de
189 prioridades e metas, para a gestão estadual e do DF com a periodicidade de elaboração do PPA o
190 pacto vigente dos estados e Distrito Federal, estabelecido pela Resolução da CIT nº 17 de 18 de
191 dezembro de 2010 para o quadriênio 2011-2014, será revisto em 2013, permanecendo em vigor até o
192 exercício de 2015 quando ocorrerá uma nova revisão. O MDS realizou no dia 04 de setembro reunião
193 de trabalho com os Secretários de Estados de Assistência Social tendo como objetivo definir a agenda
194 e as prioridades do SUAS para a gestão estadual, procedendo a revisão do Pacto de Aprimoramento
195 da Gestão Estadual e do Distrito Federal. Também foi realizado o II Encontro Nacional de
196 Monitoramento e Vigilância Socioassistencial do SUAS. O MDS por meio da Secretaria Nacional de
197 Assistência Social realizou Encontro Nacional nos dias 28 a 30 de agosto de 2013 em Brasília e contou
198 com a participação de técnicos, gestores municipais e estaduais, Conselheiros de Assistência Social,
199 pesquisadores, especialistas e técnicos do MDS, o Encontro contou com aproximadamente 300
200 participantes. Esta foi a 6ª edição do Encontro e é parte importante do processo de consolidação do

201 *monitoramento e da vigilância que induzem o uso concreto das informações subsidiando uma*
202 *intervenção planejada e a melhoria contínua dos serviços ofertados a população. Este ano o tema*
203 *central do evento foi Os Desafios para a Vigilância Socioassistencial na Implantação da NOB/SUAS*
204 *2012. No evento foram apresentados e discutidos: 1) análise dos resultados do Censo 2012; 2) análise*
205 *dos dados do Registro Mensal de Atendimento dos CRAS e CREAS; 3) as orientações técnicas para a*
206 *implantação da vigilância socioassistencial nos estados e municípios de avaliação do processo de*
207 *implantação do prontuário do SUAS e as estratégias do monitoramento do serviço e da gestão do*
208 *SUAS. Além disso, foi realizado um painel comemorativo dos 20 anos da Lei Orgânica da Assistência*
209 *Social” Informou ter sido lançado nesse encontro o primeiro Boletim de Vigilância Socioassistencial,*
210 *solicitando pauta para sua apresentação. Falou sobre a Conferência Global do Trabalho Infantil: “A III*
211 *Conferência Global do Trabalho Infantil ocorrerá em Brasília entre 08 e 10 de outubro próximo, sob a*
212 *liderança dos Ministérios do Desenvolvimento Social e do Trabalho e Emprego e das Relações*
213 *Exteriores. Para esse evento serão convidados 193 países e suas delegações que estarão formados por*
214 *representantes dos governos, organizações de trabalhadores, empregadores e da sociedade civil. Será*
215 *um momento de reflexão e diálogo conjunto sobre os avanços obtidos no processo de eliminação do*
216 *trabalho infantil, em particular em suas piores formas e em um espaço de proposição de mecanismos*
217 *para acelerar o combate deste fenômeno; 4) oficinas técnicas regionais com os trabalhadores do SUAS*
218 *de nível médio e fundamental. O MDS está realizando oficinas técnicas regionais com os trabalhadores*
219 *do SUAS, com ocupações de nível médio e fundamental, no período de agosto a novembro de 2013.*
220 *Seu objetivo é identificar, coletar e sistematizar informações relativas as atribuições, atividades*
221 *desempenhadas e as capacidades, habilidades e atitudes requeridas de trabalhadores alocados nessas*
222 *diferentes ocupações no âmbito do SUAS, seja no apoio as funções de gestão, ou seja no provimento*
223 *dos serviços e benefícios, ou ainda no exercício de controle social. Nos dias 26 e 27 de agosto ocorreu*
224 *a I Oficina Regional em parceria, em conjunto.” Parceria a gente faz com a sociedade civil. “Com o*
225 *estado do Paraná, contando com a participação dos estados da Região Sul. A oficina foi realizada na*
226 *sede da Secretaria da Família e do Desenvolvimento Social do estado do Paraná, em Curitiba,*
227 *contando com a participação de 90 trabalhadores de seis municípios do estado do Rio Grande do Sul,*
228 *quatro de Santa Catarina e seis do Paraná, com expressiva participação dos trabalhadores da capital*
229 *do estado. A próxima oficina acontecerá em Vitória, Espírito Santo, em outubro de 2013, com a*
230 *participação dos estados da Região Sudeste. Quero informar também a capacitação de instrutores e*
231 *comunicação com os beneficiários, ações de melhoria na divulgação das informações do Bolsa Família.*
232 *Comunicação com as famílias beneficiárias do Bolsa Família será realizado com o objetivo de levar*
233 *mais informações às famílias além das mensagens constantes nos extratos concretizados neste ano. É*
234 *uma ação planejada desde 2010 de contratar o envio de cartas para os beneficiários e as demais*
235 *famílias cadastradas no CadÚnico. Com isso além das famílias que descumprem condicionalidades*
236 *passam a receber essas cartas as famílias incluídas no CadÚnico, famílias da revisão cadastral,*
237 *principal foco das cartas, e famílias com cadastros desatualizados. Revisão cadastral 2013: há este*
238 *ano cerca de 1,6 milhões famílias na revisão cadastral cujo prazo para atualização sem bloqueio é 13*
239 *de dezembro, a partir de janeiro de 2013 os benefícios poderão ser bloqueados. Acompanhamento*
240 *familiar às famílias em descumprimento de condicionalidade: atualmente temos 139 mil famílias em*

241 suspensão e somente 11% delas estão com acompanhamento familiar registrado, por isso é muito
242 importante o envolvimento de todos para que essas famílias sejam colocadas no acompanhamento
243 familiar, cessando assim a perda do benefício.” Também quero fazer aqui um balanço dos aceites da
244 Proteção Social Básica: “Esse relatório é do dia 26 de agosto e os aceites foram encerrados dia 23 de
245 agosto. Na Proteção Básica foram ofertados 148 CRAS, nós tivemos 106 aceites, portanto 71% de
246 aceites em 105 municípios. Nós tivemos a oferta de 39 lanchas, 29 aceites, 74% de aceites em 29
247 municípios.” Também farei aqui o balanço dos aceites das expansões e reordenamento de serviços e
248 programas socioassistenciais na Proteção Social Especial. “Foi finalizada a expansão 2013 para o
249 cofinanciamento federal das ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil,
250 PETI, do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos, PAEFI, do Serviço
251 Especializado em Abordagem Social, do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, de
252 Centro POP, e do Serviço de Acolhimento para a População em Situação de Rua. O Termo de Aceite foi
253 fechado no dia 23 de agosto para aceite do gestor da Assistência Social e para aprovação do
254 Conselho.” Vamos, então, ao resultado da expansão: “As ações estratégicas do Programa de
255 Erradicação do Trabalho Infantil, PETI: foram ofertadas 298 e foram aceites 288, portanto 97% dos
256 municípios, totalizando 288. Nos governos estaduais foram ofertados 26, aceite 26, 100% de aceite.
257 Da Média Complexidade do CREAS foram ofertados 181 CREAS, nós tivemos 113 aceites, 62%,
258 totalizando 95 municípios. Centro POP: 249 ofertas, 139 aceites, 56% dos municípios, totalizando 136.
259 Serviços de Abordagem: foram ofertados 547, aceites 464, 85%, em 248 municípios. Da Alta
260 Complexidade - Acolhimento para População de Rua: foram ofertadas 7.400 vagas de acolhimento,
261 realizados 4.175 aceites, 56%, em 137 municípios. Acolhimento em Residência Inclusiva: 164 unidades,
262 204 aceites, em 115 municípios e seis estados. No caso da Residência Inclusiva 164 corresponde a
263 estimativa esperada de adesão, porém este número foi superado em razão de alguns municípios
264 terem solicitado apoio a um número maior.” Também quero informar com relação ao preenchimento
265 do Demonstrativo, lembrando a todos que o Demonstrativo é o instrumento de prestação de
266 contas do SUAS: “O Fundo Nacional de Assistência Social prorrogou o prazo para preenchimento do
267 Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeira da Prestação de Contas dos serviços,
268 programas, projetos e do IGD/SUAS e do Bolsa, devido questões de ordem técnica e operacional da
269 área de tecnologia deste Ministério, que mesmo empregando grandes esforços somente conseguiu
270 estabilizar o acesso ao Demonstrativo no mês de agosto de 2013, impossibilitando assim aos estados,
271 municípios e DF finalizar o seu preenchimento no prazo anteriormente estabelecido. Nesse sentido o
272 prazo para preenchimento do Demonstrativo fica prorrogado até 30 de setembro de 2013 para os
273 gestores e 31 de outubro para os respectivos Conselhos. Importante frisar que o Fundo Nacional tem
274 se esforçado para atender as demandas advindas dos estados, municípios e DF com relação ao
275 Demonstrativo. Imbuído do intuito de auxiliar no preenchimento do demonstrativo pela primeira vez
276 foi elaborado um manual visando instruir os gestores de como preencher o sistema. Esse manual é
277 atualizado conforme as situações e dificuldades apresentadas pelos gestores locais para estarem em
278 consonância com as principais dúvidas. Por fim, agradecemos a colaboração de todos e mais uma vez
279 fico alerta para a importância da prestação de contas. Para tirar dúvidas quanto ao Demonstrativo o
280 e-mail é: demonstrativo@mds.gov.br ou fnas@mds.gov.br ou ainda pelos telefones 61 2030-1912,

281 1824, 1825 e 1768.” Também quero informá-los, Srs. Conselheiros, o II Seminário de Pactuação
282 Federativa do Brasil Sem Miséria. “Realizado pelo MDS e pelo Governo do Distrito Federal nos dias 16
283 e 17 de setembro o II Seminário Nacional Pactuação Federativa do Brasil Sem Miséria, sendo uma
284 oportunidade de promover o intercâmbio de experiência estaduais e distrital de superação da extrema
285 pobreza em articulação com o Plano Brasil Sem Miséria. A primeira edição do Encontro ocorreu em
286 2012 no Rio de Janeiro, tendo por coanfitrião o governo daquele estado. Os participantes do seminário
287 são os Secretários Estaduais e Distritais, interlocutores do plano, em geral das pastas de Assistência
288 Social, autoridades de outras áreas relacionadas aos esforços para a redução da pobreza como
289 educação, saúde, trabalho, desenvolvimento rural, também participam. O evento conta ainda com a
290 presença de técnicos dos estados e do DF, autoridades e técnicos do Governo Federal e especialistas
291 em combate a pobreza. O debate é organizado em mesas relacionadas a cada um dos eixos de
292 atuação do Plano, garantia de renda, inclusão produtiva urbana e rural, e acesso a serviços, há
293 também uma mesa sobre melhores práticas em busca ativa. Em cada mesa três Secretários Estaduais
294 apresentam as suas experiências com a moderação dos Secretários Nacionais do Ministério. O evento
295 marca também o lançamento do sítio Brasil Sem Miséria no seu estado com informações
296 customizadas sobre as principais ações do Plano em cada estado e DF.” A Conselheira Simone
297 informou a realização dos diálogos de governo com a Sociedade Civil no Plano Brasil Sem Miséria:
298 “Acontece nesta quinta-feira, 19 de setembro, o Diálogo Governo e Sociedade Civil: Plano Brasil Sem
299 Miséria no Palácio do Planalto, oportunidade para debate entre Governo Federal e movimentos
300 representativos da sociedade civil sobre o Plano Brasil Sem Miséria. O evento contará com a presença
301 dos Ministros: Tereza Campello do MDS, Gilberto Carvalho da Secretaria-Geral da Presidência;
302 Eleonora Menicucci da Secretaria de Políticas para Mulheres; e Luiza Bairros da Secretaria Especial de
303 Políticas para a Igualdade Racial.” A seguir, a Conselheira Léa Lúcia: “O meu informe é sobre o Serviço
304 de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Nós estamos sendo muito, assim, acionados pelos
305 municípios para ter informações sobre o pagamento do Serviço de Convivência na lógica do
306 reordenamento que a gente discutiu e aprovamos aqui no Conselho, porque toda a proposta do
307 reordenamento, ele previa o início do pagamento no mês de julho com as parcelas trimestrais e nós
308 não pudemos manter esta proposta em função da seguinte questão, o Projovem, o Programa
309 Projovem e o Programa PETI como que a gente gera a folha de pagamento? O município vai no
310 sistema, informa o atendimento pela frequência e a partir daqueles dados que são gerados pelo
311 sistema e pela empresa gera a folha de pagamento e a partir daí o Ministério opera a folha de
312 pagamento, faz esse pagamento município e caso tenha alguma informação a nossa legislação
313 permite o pagamento complementar, ou seja, se teve alguma situação que aquele dado não foi
314 possível o município tem a possibilidade de inserir aquela informação e para gerar uma folha
315 complementar. Essa é uma questão que os órgãos de controle acompanham muito firmemente a
316 origem do pagamento e é a nossa base de dado para pagamento. Com o reordenamento no lugar do
317 SISJOVEM e do SISPETI, do Projovem e do PETI, nós teremos o Sistema do Serviço de Convivência e aí
318 qual foi a dificuldade? A empresa contratada, ela não conseguiu entregar o sistema no prazo que nós
319 previmos e no prazo que nós acertamos, que seria até 30 de julho, para a partir daí os municípios
320 poderem fazer a inclusão dessas informações para a gente fazer o pagamento. Além do atraso da

321 empresa quando nós recebemos, agora no início de agosto, o sistema, ele tinha em torno de quase
322 200 erros, assim, que a gente considerou extremamente graves, eram erros que não permitiam nós
323 conferir a informação e gerar o pagamento seguro. Então foi uma decisão muito difícil, mas foi uma
324 decisão de não aprovar o sistema. Os erros, vou dar um exemplo para vocês, ele permitia que o NIS do
325 atendido pudesse ser inserido por vários municípios. Um dos erros dentre esses quase 200, fora outros,
326 então a gente avaliou que ele não tinha uma consistência, ele não dava uma base. Então a partir daí a
327 gente implementou uma agenda intensa com a empresa, eles estão fazendo esta correção, já está
328 finalizada e nós teríamos o sistema ainda este mês já disponível para os municípios para fazer teste.
329 Enquanto isso acontece qual que é o problema? É como pagar os municípios, então a nossa decisão foi
330 de manter. Ah, uma coisa importante de dizer, enquanto essas informações do sistema não estão
331 completas a gente não pôde traduzir isso na Portaria, que é o documento que autoriza o Ministério a
332 fazer o pagamento, então sem esse dado nós ficamos sem a base legal de pagar nas normas do
333 reordenamento, mas, no entanto, tínhamos a base de pagamento que são as regras vigentes, então a
334 decisão foi pagar pelas regras vigentes que é a regra do Projovem e do SISPETI. Então nós pagamos o
335 mês de julho em cima desses valores e nós estamos aguardando esta semana, sexta-feira a gente tem
336 duas agendas o dia todo para a tomada das decisões, então semana que vem a gente já tem uma
337 posição muito clara sobre o pagamento dos serviços nos meses agosto e setembro, que a gente precisa
338 pagar para que os municípios possam dar continuidade ao pagamento. Inclusive, Presidenta e Vice-
339 Presidente, eu quero informar que em alguns momentos aqui do Plenário eu vou me ausentar em
340 função dessa agenda, porque nós estamos considerando prioritária tanto no acerto com a empresa
341 que vai nos apresentar as informações do sistema, como também nos desdobramentos internos da
342 Secretaria de Gestão para a gente agilizar o mais rápido possível. Então seriam essas informações,
343 dizendo, assim, que não era o cenário ideal, não era esse que a gente gostaria, mas fizemos essa
344 decisão em função de que poderemos, então, seguir no reordenamento com uma tranquilidade não só
345 para nós, mas também para os municípios e embora tenha tido esse atraso agora a gente espera que
346 no decorrer do tempo a gente tenha a situação mais adequada possível". O Conselheiro Marcílio
347 informou ter sido lançada a chamada pública do CNPQ e MDS para a seleção de projetos de pesquisa
348 nas temáticas das Políticas Públicas de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, objetivando o
349 fortalecimento das Políticas Públicas do Ministério. Relatou como esses projetos de pesquisa seriam
350 efetivados, com as inscrições podendo ser feitas no portal do CNPQ de 03 de setembro a 17 de
351 outubro de 2013, com as instituições de ensino podendo encaminhar as suas propostas, nas
352 seguintes linhas temática: 1) Assistência Social; 2) Bolsa Família, estratégias para alívio e superação da
353 pobreza; 3) Inclusão produtiva; 4) Segurança alimentar e nutricional; 5) Plano Brasil Sem Miséria e
354 outros temas transversais; 6) Economia e financiamento das ações de desenvolvimento social e
355 combate à fome. 7) Estudos avaliativos e meta, avaliação sobre políticas e programas de
356 desenvolvimento social e efeitos em educação, saúde, trajetórias de famílias. Indicou que a chamada
357 pública estava publicizada no site da SAGI, para conhecimento de todos, com a Presidenta solicitando
358 o envio desse material para divulgação pelo CNAS. A Conselheira Solange procedeu ao seguinte
359 relato: "Eu trago pela SENARC um informe sobre os repasses dos recursos do IGD-M. A título de
360 informação o IGD-M de junho dos municípios e Distrito Federal, eles foram processados no mês de

361 julho e foi concluído, encaminhado ao FNAS e foi pago no início de agosto, os de julho, na verdade, é
362 que já estão processados, foram encaminhados ao Fundo Nacional, entretanto nós estamos
363 aguardando o financeiro, ele está em orçamentário, então os de julho estão totalmente prontos,
364 fechados, processados, porém a SENARC está buscando junto ao Tesouro a liberação do financeiro
365 para fazer os pagamentos. O de agosto, ele ainda está em processamento, porque ele é processado no
366 mês seguinte ao fechamento. Cabe lembrar o seguinte, os prazos foram prorrogados, conforme a
367 Conselheira Simone informou, porém a gente está um pouco preocupado, principalmente a SENARC,
368 porque somente 1.600 municípios registraram os respectivos demonstrativos até ontem, dia 17 de
369 setembro, destes somente 362 foram aprovados pelos Conselhos até ontem. Então a gente tem uma
370 preocupação muito grande que mesmo com o prazo prorrogado, que fosse o prazo de agosto, nós já
371 teríamos um número considerável de municípios que não teriam registrado os seus demonstrativos no
372 sistema. Considerando que o prazo para os municípios é 30 de setembro nós temos pouquíssimo
373 tempo para um número muito grande de municípios, então isso é um fato que está trazendo uma
374 certa preocupação, até mesmo porque a legislação não permite pagar o retroativo, então vai haver
375 uma alteração da Portaria 754, que trata da matéria, no que se refere a prorrogação de alguns
376 prazos. A gente vai passar a contar com os prazos corridos, 60 dias para município e 90 para o
377 Conselho, a partir da disponibilização do sistema que vai ficar mais fácil para se trabalhar essas datas,
378 para não ficar tendo que emitir Portaria prorrogando prazo. E a gente está alertando o tempo todo
379 para a importância da situação das contas relativas à aplicação dos recursos do exercício de 2012, eu
380 estou falando isso do exercício de 2012, uma vez que a legislação não permite transferência
381 retroativa. E aproveitando aqui, para finalizar, eu convido todos os Conselheiros para o Ciclo de
382 Debate dentro das festividades de comemoração dos 10 anos do Bolsa Família no dia 26/09, o
383 assunto, o tema vai ser Bolsa Família Educação, vai ser no auditório da Fiocruz, nós vamos mandar
384 convite para todos, mas eu já estou antecipando, vai ser um debate com a Academia, com a gestão, a
385 interface, toda a interface do Bolsa Família com a área de educação; e posteriormente no dia 17 de
386 outubro, 17/10, em Salvador, vai acontecer outra etapa do Ciclo de Debate que é Bolsa Família e
387 Saúde nos mesmos moldes que nós temos realizado; e ainda em novembro, no dia 20 de novembro,
388 em Fortaleza, vai ser Bolsa Família e Desenvolvimento Regional promovido pelo BNB, SENARC, SAGI,
389 todo o MDS, todo o staff do MDS; e por último, no dia 10 de dezembro Bolsa Família: Gestão no SUAS,
390 então que vai acontecer em Recife, na Fundação Joaquim Nabuco. Eu agradeço o espaço para vocês”.

391 A Conselheira Margarida informou que no dia 13 havia acontecido uma formatura do PRONATEC em
392 Uberlândia, relatando como havia ocorrido o evento. Esclareceu que o CNAS tinha fundamental
393 importância na implementação desse programa, considerando a aprovação do ACESSUAS que
394 permitia o acesso a esses dados. Informou, conforme os dados do dia 13, que haviam alcançado 700
395 mil matrículas no período de 2012, relatando o percentual dos cursos realizados nos três turnos, os
396 maiores ofertantes e os estados com maior destaque. A Conselheira Margarida falou sobre a
397 realização das formações e que seriam assumidas pelo MDS, as quais seriam divulgadas
398 oportunamente. Item Informes da CIT, pelo Conselheiro José Araújo, que relatou que no dia 05 na
399 115ª Reunião, a CIT havia feito duas importantes pactuações: critério de elegibilidade e partilha dos
400 recursos do cofinanciamento federal para a expansão qualificada e o reordenamento dos Serviços de

401 Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens de até 21 anos no âmbito dos municípios e do DF;
402 e, critérios de adesão e partilha de recurso do Programa Nacional de Capacitação, o Capacita SUAS,
403 para 2013 e 2014. Informou o questionamento quanto à Conferência do CNAS, por ser próxima às
404 festividades natalinas, solicitando alteração de data e com a Secretária-Executiva informando ser
405 impossível, mas solicitando que isso fosse registrado para o próximo evento. A Presidenta informou
406 que ao término da Conferência de 2011 ao fazer a reserva só havia essa data de 16 a 19, ressaltando
407 as dificuldades de reserva existentes. Item Informes do CONGEMAS, pela Conselheira Marisa, que
408 informou que a Conselheira Lúcia também traria algumas informações: *“Com relação aos informes,*
409 *Presidenta, o CONGEMAS, ele participou do Encontro Nacional de Monitoramento e Vigilância*
410 *Socioassistencial agora no dia 28 e 30 de agosto, em Brasília, este Colegiado também participou na*
411 *pessoa do Presidente Valdiosmar do Prêmio Internacional Integração e Administração Pública Latino-*
412 *Americana em Curitiba, no dia 30 e 31 de agosto, na ocasião o nosso Presidente Valdiosmar, ele foi*
413 *premiado por estar dentro do processo desse Colegiado. Participamos também do I Simpósio*
414 *Internacional sobre Drogas, de 09 a 11 de setembro, agora em Brasília, no Museu Nacional da*
415 *República, e nós temos três eventos para participar: que é agora no dia 20 e 21 de setembro, do II*
416 *Seminário do Fórum dos Trabalhadores, quero aqui registrar que o gestor que se colocou à disposição*
417 *dentro da diretoria para estar presente, infelizmente ele não vai poder ir por um motivo de doença na*
418 *família, mas a diretoria do CONGEMAS está vendo a importância desse Encontro, desse Seminário e*
419 *está também já escalando outro gestor para participar desse tão importante Seminário; registrar*
420 *também que no dia 30 de setembro e 02 de outubro o CONGEMAS vai estar representado no III*
421 *Encontro Ibero-Americano sobre Direitos Humanos das Pessoas Idosas na região onde o nosso*
422 *Presidente vai estar participando deste III Encontro; como também estaremos participando, o*
423 *CONGEMAS, no dia 20 e 21 de setembro no II Seminário, não, esse não, esse é com relação a 08 e 10*
424 *de outubro na II Conferência Global sobre o Trabalho Infantil que será realizado em Brasília, conforme*
425 *a Conselheira Simone colocou. Quero registrar que o CONGEMAS nessa II Conferência Global está*
426 *fazendo parte do processo da construção coletiva da organização deste evento junto ao MDS, a Caixa*
427 *e a Petrobrás. Foram esses e também quero por último fazer um registro que todos os nossos*
428 *Colegiados nos estados estão realizando os seus Encontros Estaduais com gestores e com prefeitos e*
429 *nós realizamos no COEGEMAS, o estado do Rio Grande do Norte realizou no dia 12 agora, Sra.*
430 *Presidente, setembro, o I Encontro de Gestores Municipais de Assistência Social junto com a FEMURN,*
431 *junto com os prefeitos, porque nós desde que os gestores assumiram a gestão no início deste ano nós*
432 *fizemos todo um esforço de junção junto ao governo do estado para que o governo do estado*
433 *assumisse também essa parte de fazer acolhida dos novos gestores, mas nós não tivemos grande*
434 *sucesso e aí o COEGEMAS tomou iniciativa de estar ampliando esse encontro com a FEMURN, então*
435 *todos os prefeitos, a FEMURN, a Federação dos Prefeitos do nosso estado, juntou-se a nós do*
436 *COEGEMAS e realizamos esse encontro no dia 12, que tivemos a participação da nossa Conselheira*
437 *Simone, que nós agradecemos muito Simone a sua participação, que foi importante na discussão da*
438 *gestão do SUAS e financiamento. Nós tivemos cerca de 450 participantes, dentre vários prefeitos ali*
439 *presentes, que foi muito importante para o fortalecimento e consolidação da política e do sistema*
440 *nessa discussão, nesse encontro. Também lá ampliamos a discussão, porque lá na mesa e na*

441 participação desse encontro nós convidamos a representação da Assembleia, portanto um deputado,
442 que ele já se comprometeu em discutir com os seus pares na Assembleia Legislativa a possibilidade de
443 se instituir uma Frente Parlamentar para a discussão do SUAS no âmbito do nosso estado, que isso foi
444 um ganho importante e isso já está circulando, já recebemos notícia que já está circulando no âmbito
445 da Assembleia esse posicionamento em defesa do SUAS no nosso estado. Como também na
446 oportunidade lamentamos profundamente, Graça Prola, a secretária, que recentemente assumiu, não
447 estar presente no nosso encontro, foi uma representante, lamentamos, porque era um momento
448 importante na chegada dela, ela está lá junto com todos os nosso gestores. Portanto, Sra. Presidente,
449 foram esses importantes contribuições aqui do CONGEMAS da nossa agenda de agosto e setembro.
450 Muito obrigada". A Conselheira Maria Lúcia: "Nós gostaríamos de pontuar que as explicações hoje, as
451 orientações aqui do Ministério são muito bem-vindas para o conjunto dos municípios, aqui a gente
452 representando o CONGEMAS, porque ontem abordávamos individualmente alguns Conselheiros sobre
453 essas orientações. No que diz respeito ao que Léa colocou, o atraso do recurso do Serviço de
454 Convivência e Fortalecimento de Vínculos, nós solicitaríamos, Léa, se fosse possível, um informe oficial,
455 porque nós esperávamos esse recurso em julho para três meses, julho, agosto e setembro, e somente
456 agora é que liberaram a parcela de julho do piso anterior. Inclusive também complementar, que já tive
457 a oportunidade de dizer para a Léa, que nós dos municípios que já iniciamos o Serviço de Convivência
458 também percebemos como um avanço, foi muito bem pensado. Convivência e Vínculo é assim que a
459 gente está denominando, porque o nome é muito grande, também está colocando ciclo é muito ruim,
460 então os corais que nós temos, as oficinas que nós temos, nós estamos colocando Convivência e
461 Vínculo e isso é muito forte. O pessoal fica muito curioso, acha muito bonito o termo, porque parece
462 aquele do Acolhimento do CREAS. Então que isso venha de uma forma oficial, inclusive o atraso
463 também do Projovem, o sistema tem apresentado uma inconsistência desde o início do ano e a maior
464 parte dos municípios tem tido perdas e quando a gente aciona, conforme Léa falou, eles dizem que
465 vão realmente repassar essa diferença, que a falha é no sistema, mas isso está acumulado do início do
466 ano e nós já estamos praticamente no último trimestre e aí quando finaliza dezembro, que temos
467 dinheiro em conta, é dito que município não sabe gastar e a gente fica, assim, em um acúmulo de
468 dívida que quando chega de última hora fica impraticável que a gente efetue as nossas contas. No
469 atraso do Bolsa Família, que também Solange colocou, tínhamos falado com ela desde o mês passado
470 também, estava acontecendo a mesma coisa, está acontecendo, porque sair junho agora é um atraso,
471 só que não costumava acontecer. Nós queremos fazer esse registro é porque a gente sempre teve uma
472 linguagem muito próxima do Ministério que a gente sempre disse que não acontece com os estados e
473 o Ministério sempre tinha uma resposta muito pronta para nos dar. Então o atraso do Demonstrativo,
474 Solange, ele é real, mas a gente quer destacar que pela primeira vez o Ministério deu no primeiro
475 momento, sabemos que já foi adiado mais de uma vez, ele deu 15 dias somente para os municípios.
476 Isso nunca tinha acontecido, fica difícil, a gente precisa do financeiro para estar fazendo esse
477 levantamento e aí ficava difícil cumprir. Quando a gente correu bem muito o sistema não funcionou e
478 aí a gente sofreu uma fragmentação, então ficou o IGD PBF, IGD/SUAS, para um outro momento, e os
479 serviços que é o Demonstrativo Sintético também, então foi fragmentado essa forma, foi a primeira
480 vez dessa forma. Então nós dos municípios pelas nossas articulações e recebemos muito e-mail de

481 *Jaime pedindo, dizendo aos municípios, dizendo qual a posição dos estados, acionamos, agimos, então*
482 *para nós é uma surpresa se o IGD PBF ainda tem esse atraso. Agora quanto ao dos serviços o*
483 *Demonstrativo Sintético apresentou nove inconsistências no sistema, desde o início do mês novamente*
484 *teve uma inconsistência. Então, assim, eu acho rico essa troca de informações, agora a gente*
485 *precisava disso de uma forma oficializada, nem que seja aqui do Conselho Nacional para que a gente*
486 *possa estar veiculando a nível de CONGEMAS para o CONGEMAS descentralizar para os COEGEMAS,*
487 *porque essas explicações são de grande valia para os estados e municípios. Agradecemos a atenção”.*
488 Item informes do FONSEAS, pela Conselheira Maria das Graças, que relatou a realização de uma
489 reunião no dia 04 de setembro, com a presença de quase todos os Secretários de Estado e com a
490 participação da Secretária Nacional e da Ministra, com a pauta principal sendo a revisão do Pacto de
491 Aprimoramento da Gestão. Contamos com a presença da Secretária Nacional. Informou que a
492 próxima reunião do FONSEAS estava prevista para o dia 02 de outubro, tendo como pauta prioritária
493 a continuidade da discussão do Pacto de Aprimoramento de Gestão e também o Acolhimento
494 Institucional. Informou a impossibilidade de veiculação da revista do FONSEAS, estando prevista para
495 outubro de 2013, com sua Presidenta solicitando desculpas pelo inconveniente. Relatou que o
496 FONSEAS também estava prestando apoio às Conferências Estaduais, através das diversas Secretarias.
497 A Presidenta indicou a presença da Coordenadora-Geral da Diretoria de Benefícios Assistenciais, Sra.
498 Simone Almeida, e da Secretária-Adjunta da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, Sra. Letícia
499 Bartholo. Item Informes dos Conselheiros. O Conselheiro Anderson indicou a realização de um evento
500 do Ministério da Saúde com a população em situação de rua sobre a tuberculose, nesse dia e no
501 seguinte, com 26 estados e o DF, com sua ausência do CNAS devido à realização dessa Plenária na
502 mesma data e justificando sua saída dessa reunião. Relatou a realização, em São Paulo, onde 20
503 pessoas haviam feito curso do PRONATEC de eletricitista predial, com a parceria com a Eletropaulo
504 para contratação das 20 pessoas em situação de rua, discorrendo sobre sua importância. Indicou a
505 realização da Plenária Fala Rua em São Paulo com 1.500 pessoas, com um dos encaminhamentos
506 sendo a vinda de uma marcha a Brasília, para encontro com a Presidenta e marcar algumas
507 ponderações. Informou que em dezembro seria realizado o Fórum Mundial de Direitos Humanos, com
508 participação do Movimento e solicitando apoio do CNAS com a preparação do III Encontro Nacional
509 de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua, com os dois anteriores sendo feitos pelo
510 MDS e com o III sendo realizado por nove Ministérios. A Conselheira Aldenora informou que nos dias
511 15 e 16 de novembro, realizariam no Pará o Seminário Estadual Participação e Cidadania, debatendo a
512 importância de integração das políticas, com a discussão dos três sistemas instalados, SUAS, SISAN e
513 SUS. Informou que no dia 13 de setembro havia participado no município de Melgaço, município das
514 Ilhas do Marajó, no Pará, de uma reunião de planejamento da Secretaria Municipal de Assistência
515 Social, sobre atendimento aos ribeirinhos, fazendo a busca ativa nas margens do rio, possibilitada pela
516 entrega da lancha da Assistência Social. Solicitou à Sra. Solange que compartilhasse todas essas
517 informações sobre dados, seminários, datas, locais para enviar para as respectivas organizações. A
518 Conselheira Nilsia informou a presença no IV Fórum Interconselhos no dia 03 de setembro no anexo
519 do Palácio do Planalto com discussão sobre os excluídos da sociedade, discorrendo sobre a exclusão
520 do idoso dos programas, por não atender as exigências das instituições financeiras, ademais de falar

521 sobre as desigualdades quanto à cor e o acesso à educação. A Conselheira Valéria ressaltou a
522 importância da discussão do IV Fórum Interconselhos, contribuído para o debate sobre os segmentos
523 dos excluídos, informando que nem todas as deliberações das Conferências eram efetivadas no
524 âmbito municipal, estadual e federal devido aos orçamentos, discorrendo sobre a situação. Falou
525 sobre o evento do Encontro Nacional de Monitoramento, informando ter participado em uma oficina,
526 mas que gostaria de ter participado de todas. Destacou a fala do Sr. Valdiosmar, de que os números
527 apresentados só teriam significados quando fossem trazidos para a realidade nos municípios. Relatou,
528 também, a falta das informações das entidades privadas, o que estaria sendo revisto. Falou sobre sua
529 participação na Conferência do município de São Paulo, relatando as dificuldades apresentadas no
530 evento, e sendo preciso ser revisto esse formato, mas agradecendo a oportunidade dessa
531 participação como Conselheira do CNAS. O Conselheiro Carlos Rogério relatou a realização do III
532 Congresso Nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil nos dias 22, 23 e 24 de
533 agosto, justificando sua ausência na reunião do CNAS nessa mesma data. Informou os temas tratados,
534 com o fortalecimento dos movimentos sociais, do trabalho e do trabalhador, e também, da Lei do
535 SUAS, falando sobre a questão. Relatou que também haviam sido aprovadas as lutas contra a PL 4330,
536 com a CTB e outras Centrais estando no Congresso Nacional para evitar a Lei da Terceirização.
537 Informou sua reeleição para a Secretaria de Políticas Sociais da Central dos Trabalhadores do Brasil e
538 como representante no CNAS. A Conselheira Margareth informou a realização do II Seminário
539 Nacional do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS na próxima sexta e no sábado, com
540 transmissão *online*, no *link* cedido pelo Conselho Federal de Psicologia e com seu produto sendo
541 entregue na Conferência Nacional. Relatou que no dia 04 de setembro, aconteceu o primeiro dia de
542 paralisação de todos os Assistentes Sociais no Rio de Janeiro, relatando as reivindicações feitas e a
543 instituição de uma Comissão paritária entre governo e entidade dos trabalhadores, sendo
544 denunciadas as condições dos equipamentos dos CRAS, para que se cumprisse, também, o Código de
545 Ética Profissional. O Conselheiro Ademir informou a realização da Assembleia Bianual da Cáritas nos
546 dias 17, 18 e 19 de outubro, comprometendo-se com o Informe e convites para esse evento.
547 Informou que a Cáritas Internacional estava assumindo uma campanha internacional do debate sobre
548 a fome, a miséria, a exclusão social no mundo, com o Brasil iniciando essa Assembleia com a
549 preocupação de buscar soluções para evitar a exclusão e com a participação de figuras da Assistência
550 Social nessa discussão. O Conselheiro Thiago informou que o Conselho Federal da Ordem dos
551 Advogados do Brasil apoiava uma iniciativa, assim como o MDS, de um concurso de monografia sobre
552 Direito e Assistência Social, com essa informação tendo sido enviada aos Conselheiros por e-mail.
553 Concordou com a Conselheira Valéria quanto a se rever o formato das Conferências, falando sobre a
554 situação do município de São Paulo. O Conselheiro José Araújo relatou sua participação no SESC em
555 um evento comemorativo dos 50 anos de trabalho com idosos, para discutir essa temática, com esse
556 evento resultando em um documento com recomendações para a Sociedade Civil e com
557 recomendações para os governos e que seria divulgado para todos. Falou sobre o problema levantado
558 pela Conselheira Nilsia sobre moradia para idosos, indicando que a questão não era renda, mas sim o
559 seguro, com as seguradoras não querendo segurar pessoas com mais de 70 anos, tendo que se
560 encontrar uma solução para isso. Informou que o Conselho Nacional de Saúde estava lançando um

561 manifesto para aprovação do PL de iniciativa do CNAS e da comunidade, de que 10% das receitas
562 correntes da União fossem destinadas à Saúde, com o mesmo já sendo divulgado. Referiu-se ao
563 Encontro Nacional de Monitoramento e Vigilância Socioassistencial ocorrido em Brasília, destacando
564 sua importância e indicando ter examinado todas as apresentações. Lamentou a ausência de todos os
565 Conselheiros do CNAS, apenas com a presença da Presidente e da Conselheira Fátima, indicando os
566 temas tratados e com os membros do CNAS tendo muito a contribuir nas oficinas realizadas. A
567 Presidenta falou sobre a Conferência de São Paulo, indicando que muitas vezes era o e modelo
568 organizativo e não a Conferência que estaria deixando a desejar. Relatou sua participação nesse
569 evento, que apesar dos problemas ocorridos apresentaria um resultado bastante positivo para a
570 conferência Nacional, falando sobre a organização das Conferências. Item Painel sobre a Gestão dos
571 Benefícios e Transferências de Renda do SUAS (Eixo 5) - SNAS e SENARC. A seguir, a Presidenta passou
572 a palavra para a Sra. Letícia Bartholo, Secretária Adjunta da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania,
573 SENARC, que geria o Programa Bolsa Família e outras atividades, e a Sra. Simone Almeida,
574 Coordenadora-Geral de Gestão de Benefícios do Departamento de Benefícios Assistenciais da SNAS,
575 representando a Diretora, Sra. Maria José de Freitas. A Sra. Simone de Almeida cumprimentou os
576 presentes, destacando sua satisfação em participar nesse evento. A seguir, falou sobre o tema, que
577 era um dos eixos da Conferência, relatando ter participado de algumas Conferências Municipais,
578 sendo um tema que trazia desafios e que traria muitos elementos novos para a Conferência Nacional.
579 Citou os objetivos desse eixo, com a Conferência contribuindo para seu aperfeiçoamento. Discorreu
580 sobre os benefícios da Assistência Social, sua subdivisão em Benefício de Prestação Continuada e os
581 Benefícios Eventuais, indicando a legislação que os amparava, indicando as alterações colocadas para
582 o recebimento do Benefício. Falou sobre as estratégias e iniciativas adotadas para viabilizar a
583 integração de serviços e benefícios, e sua operacionalização pelo INSS, além dos programas e
584 investimentos para o cadastramento e acompanhamento desses beneficiários. A Sra. Simone Almeida
585 ressaltou o Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS que também priorizava a inserção dessas
586 pessoas e a definição de algumas metas para poder viabilizar essa integração, indicando os artigos da
587 NOB que reforçavam a necessidade de estabelecer essa gestão integrada de serviços e benefícios e
588 seus benefícios. A Sra. Simone Almeida discorreu sobre objetivos, seus avanços, a integração de
589 serviços e benefícios, informando a discussão dessa questão enquanto estava dentro da Assistência
590 Social, ademais de destacar alguns desafios existentes. Apresentou alguns dados sobre os Benefícios
591 Eventuais que mostravam a realidade da sua regulação no nível estadual e municipal, assim como
592 ainda se concediam esses Benefícios caracterizados como da área da saúde, sendo que a Resolução nº
593 39 do CNAS definia o que era Benefícios Eventuais da Assistência Social e o que não era, conforme
594 dados do Censo SUAS de 2012, relatando algumas situações existentes. A seguir, a Sra. Letícia
595 cumprimentou os presentes e agradeceu, em nome da SENARC, o Prêmio Rosani Cunha Edição
596 Especial 10 anos. Observou que trataria de algumas questões sobre o Programa Bolsa Família,
597 discorrendo sobre os desafios presentes na articulação entre esse Programa e o SUAS, para debater e
598 aprimorar as discussões ocorridas nas Conferências. Falou sobre a importância desse Programa,
599 fornecendo a segurança de renda para uma população desprotegida e reduzindo a extrema pobreza.
600 Destacou as outras dimensões do Programa, a de articulação com os outros serviços e,

601 principalmente, com o serviço de Saúde, Educação e Assistência Social, conforme constava nas
602 condicionalidades. Falou sobre os resultados positivos que haviam alcançado entre os beneficiários,
603 mostrando o potencial desse Programa que havia avançado ao longo desses dez anos, mostrando
604 mudanças significativas a cada ano e concretizando princípios essenciais do SUAS. Destacou a
605 importância de que o SUAS abarcasse o Programa em todas suas dimensões, destacando alguns
606 avanços que haviam ocorrido, e o fornecimento de importantes instrumentos para a vigilância
607 socioassistencial. Discorreu sobre os desafios existentes: o acompanhamento das famílias em situação
608 de descumprimento de condicionalidades; a integração da estratégia de capacitação e de formação
609 dos recursos humanos; o avanço na definição de parâmetros das equipes de referência de gestão do
610 Cadastro Único, de cadastramento, autorização cadastral nos municípios; e, visitar e atualizar o
611 protocolo na integração dos serviços e benefícios. Concluindo, a Sra. Letícia destacou que após
612 concretizarem o que já estava posto, valia a pena, talvez no próximo ano, voltar com outro olhar,
613 considerando o percurso e a maturidade de discussão existente. A Conselheira Simone destacou a
614 importância dessa apresentação para o SUAS e para o CNAS, tendo a oportunidade de ver os dois
615 benefícios operados pelo Sistema, ambos trazendo questões muito parecidas, discorrendo sobre os
616 mesmos. Ressaltou a importância de que esse debate fosse conjunto, mais teriam conhecimento das
617 suas especificidades, registrando na Ata do CNAS, que se não fosse a implantação anterior do
618 Programa Bolsa Família, dificilmente o SUAS seria o sucesso que era, falando sobre a união da
619 implantação do Sistema com a estruturação da gestão municipal do IGD, destacando a grande adesão
620 ao SUAS. Indagou se haviam lido o texto 1852 publicado pelo IPEA chamado “Capacidades Estatais do
621 Programa Bolsa Família: o Desafio de Consolidação do Sistema Único de Assistência Social”, tratando
622 da importância do CNAS e da Conferência Nacional, sugerindo a sua leitura. Destacou que esse debate
623 estava na Conferência, espaço, político para discutir a Política de Assistência Social, indagando se
624 seria preciso discutir e quais as vantagens que deveriam ter as pessoas com deficiência, idosas,
625 pobres que recebiam o BPC para se cadastrarem no Cadastro Único, discorrendo sobre o mesmo e
626 observando que a Sra. Simone Almeida só havia mostrado as desvantagens. Dirigindo-se à Sra. Letícia,
627 observou, com relação ao Programa Bolsa Família, se não estaria na hora de se trazer para o debate
628 da política pública a importância de se ter uma legislação que garantisse o poder de compra das
629 famílias do Programa, indicando as manifestações quando ao aumento do Benefício. Ressaltou,
630 também, se a questão da legislação seria um debate para a Conferência. Observou a importância do
631 acompanhamento familiar, com os dados mostrando que o PAIF tinha uma baixa taxa de
632 acompanhamento familiar tanto das famílias beneficiárias do BPC, quanto as famílias beneficiárias do
633 Bolsa em situação de descumprimento de condicionalidade, o que se devia à cobertura de oferta nas
634 capitais, destacando a importância desse debate. Indicou o debate da apropriação da Assistência
635 Social sobre o Programa Bolsa Família, cujo debate deveria ser colocado, considerando a sua situação.
636 A Conselheira Simone destacou que havia que avançar esse debate na Conferência, importante
637 oportunidade para isso, falando sobre a questão do financiamento para os municípios para eu
638 pudessem ter equipes específicas para a gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, o que
639 possibilitaria consolidar cada vez mais o Programa e a gestão do Cadastro no SUAS. A Conselheira
640 Márcia indicou que a Comissão de Acompanhamento de Benefícios havia trabalhado a construção de

641 uma ementa que auxiliasse nas respostas que precisavam, indagando se haviam recebido. Observou
642 que muitos dos seus questionamentos haviam sido colocados pela Conselheira Simone, questionando
643 como integrar esses benefícios com os serviços socioassistenciais, falando sobre a questão. Indicou
644 como a pessoa com deficiência se veria como parte dessa questão, estando totalmente vinculada ao
645 INSS. Destacou o contato direto que a Comissão mantinha com a Secretaria, observando os avanços
646 que estavam sendo construídos e a luta para obter as ferramentas para isso, mas que ainda muito
647 precisava ser construído e com maior proximidade com o SUAS. Indicou que a população ainda não
648 tinha clareza dos direitos que possuía, tendo muito que se avançar. Parabenizou pelo trabalho,
649 dizendo para a Comissão de Acompanhamento de Benefício, que precisavam retomar essa discussão,
650 enriquecendo mais as orientações que estava construindo para os Conselhos. A Conselheira Leila
651 destacou a importância dessa apresentação, trazendo mais conhecimento sobre a integração entre os
652 serviços e Benefícios e com o tema sendo um dos eixos da Conferência. Manifestou-se contemplada
653 com as falas anteriores, mas destacando que uma das preocupações sobre os Benefícios era seu
654 caráter suplementar e provisório, discorrendo sobre essa situação. Lembrou a fala feita na Reunião
655 Ampliada e Descentralizada do CNAS em Porto Alegre tanto pela Professora Aldaíza, como pelo
656 Professor Edval, sobre a importância do PAIF não só no atendimento, mas no acompanhamento das
657 famílias em um caráter mais qualificado, considerando que as mesmas eram a centralidade da
658 Assistência Social. Que havia que refletir sobre o tamanho que as equipes dos CRAS deveriam ter,
659 assim como o tamanho, complexidade e de efetividade todo PAIF para dar conta desse caráter da
660 relação de integração serviços e Benefícios, considerando o PAIF como um dos serviços mais
661 importantes da Assistência Social e que teria que avançar. A Conselheira Leila destacou que deixava
662 essa fala como uma possibilidade de reflexão para que essa transferência de renda se efetivasse para
663 aqueles que a tinham como caráter suplementar e provisório e para que outros também pudessem
664 acessar, destacando a fala do Professor Edval, da Professora Aldaíza e da Professora Jucimeire,
665 colocando a necessidade de ter a rede complementar. A Conselheira Marisa concordou com a
666 Conselheira Márcia sobre a necessidade desse debate na Comissão, em outro momento, com todos
667 podendo contribuir no mesmo. Falou sobre a importância do Programa Bolsa Família na possibilidade
668 de transferência de renda para as pessoas pobres, resgatando seu lugar dentro da sociedade e
669 trazendo cidadania para as mesmas. Arrazoou sobre o empoderamento da mulher, possibilitado pelo
670 Programa, assim como a integração do PRONATEC, destacando a relevância dessa ação. Ressaltou a
671 necessidade de aprimoramento do Cadastro Único, considerando as dificuldades existentes, citando
672 algumas situações e propondo a integração entre os Programas de Transferência de Renda no âmbito
673 do município com o Programa Bolsa Família para superar as vulnerabilidades. Relatou as dificuldades
674 existentes sobre a gestão dos Benefícios para incorporar os programas no link do Cadastro, dizendo
675 das ações do município sobre a transferência de renda. Com relação à gestão dos benefícios
676 considerava que deveriam tratar dos desafios colocados para reverter essa situação e poder, de fato,
677 fazer a gestão. Observou que o recurso era pequeno, considerando o que era investido na gestão
678 municipal, concordando com a Conselheira Simone sobre a necessidade de ampliar a equipe dos
679 CRAS, considerando as atividades que exerciam. Ponderou que era preciso ampliar o diálogo sobre o
680 Benefício Eventual, apesar da indicação do número de municípios que cofinanciavam, mas tendo um

681 número ainda enorme de gestões municipais que precisavam desse apoio financeiro, falando sobre a
682 dificuldade em se fazer a triagem dessas necessidades. Observou que todos os elementos colocados
683 eram importantes, com os Conselhos de Assistência Social sendo o órgão responsável pelo controle
684 social desse Programa traria maior proximidade e confiabilidade dentro do processo do Sistema no
685 âmbito dos municípios, sendo preciso avançar e amadurecer esse diálogo. A Conselheira Maria das
686 Graças destacou que a Política de Transferência de Renda e a gestão dos Benefícios ainda pareciam
687 estar fora da política da Assistência Social. Observou que era preciso chegar próximos aos estados,
688 mas não reduzindo a Política de Assistência Social somente ao Programa Bolsa Família ou a outros
689 Benefícios, mas garantindo ser uma das estratégias realmente concretas de redução da pobreza e do
690 Cadastro Único, na busca desses usuários. Falou sobre a necessidade dessa união, destacando que o
691 tema havia surgido na Conferência do Amazonas, onde havia representado o CNAS, observando na
692 oportunidade que não eram outra política, mas sim uma estratégia da Política Nacional de Assistência
693 Social. A Conselheira Dóris reforçou a fala da Conselheira Maria das Graças sobre o comando único, a
694 questão da mulher e a importância do Programa Bolsa Família para as mesmas, indagando se era
695 correto que 97% dos beneficiários eram do sexo feminino. Observou que a Saúde havia feito uma
696 leitura e agrupado os dados de forma bastante interessante indagando onde isso poderia ser
697 localizado com olhar da Assistência e qual a quantidade de pessoas ou de beneficiários que já haviam
698 deixado o Programa Bolsa Família e o motivo, considerando que nunca tinham esses dados. A Sra.
699 Letícia confirmou o percentual de 55% do total de Beneficiários eram mulheres e que cerca de 1,7
700 milhão de famílias haviam deixado o Programa Bolsa Família porque na atualização cadastral
701 voluntária haviam informado não estar mais dentro dos critérios de atendimento, observando que não
702 havia ninguém que falasse do Programa em termos de efeito preguiça, não havendo indícios sobre o
703 mesmo e com o programa não tendo impacto na oferta de trabalho por parte de seus beneficiários e
704 com todos sendo positivos. Dirigindo-se à Conselheira Simone, falou que nos anos de 2005, 2006,
705 mesmo não havendo o Fundo Nacional de Assistência, não saberia onde colocar o cadastramento das
706 famílias, mas tendo a clareza que haviam construído um cadastro que atualmente abrangia 40% da
707 população brasileira, falando sobre o cadastro das informações existentes. Observou que havia
708 densas discussões para os próximos anos e que teriam que ser encaradas, citando aquela de
709 atualização do valor dos Benefícios ou da linha, discorrendo sobre as discussões que surgiam sobre o
710 Programa. Sobre vantagens para as pessoas com deficiência, assim como os idosos se cadastrarem,
711 com o Ministério tendo que apresentar uma proposta sobre essa questão, acrescentando que as
712 ações de gestão de Benefícios, estavam todas descentralizadas havia alguns anos. Indicou que a
713 Conselheira Leila havia chamado a atenção para a temporalidade do Benefício e com o que
714 concordava, tendo em vista as deficiências do mercado de trabalho e com a escassez e insuficiência
715 de serviços públicos contribuindo para a necessidade de compensação monetária. A Sra. Letícia
716 destacou que o Programa Bolsa Família sabia como lidar com esse caráter temporário e ao mesmo
717 tempo com o do mercado de trabalho, citando a regra de permanência e do retorno garantido,
718 importantes por dar uma perspectiva de segurança maior ao Programa Bolsa Família, considerando
719 que o CNAS também tinha o desafio de fazer os beneficiários desse Programa se apropriar das suas
720 características, discorrendo sobre as situações existentes sobre a questão. Concluindo, colocou-se à

721 disposição do CNAS para comparecer outras vezes. Com relação ao texto do IPEA, observou sua
722 importância e como as decisões do Programa Bolsa Família ganhariam algum grau de legitimidade,
723 sendo que essas discussões eram válidas quando eram trazidas para o CNAS e para as Conferências. A
724 Presidenta informou que a SENARC, a partir do próximo Decreto e Portaria de nomeação do Conselho
725 Nacional, teria vaga de Titular e vaga de Suplente com a saída da Conselheira Clara. A seguir, a Sra.
726 Simone Almeida reforçou que compartilhavam dessas preocupações, agradecendo os apontamentos
727 feitos pelos Conselheiros sobre a gestão dos Benefícios, manifestando o compromisso de continuar
728 trabalhando para seu aperfeiçoamento. Concordava com as ponderações da Conselheira Simone
729 sobre a estrutura, a gestão, a necessidade de criar alguns estímulos para a efetivação do cadastro dos
730 beneficiários do BPC, já buscando algumas alternativas para isso. Colocou-se à disposição da
731 Comissão de Benefício para aprofundar esse debate, agradecendo pela oportunidade. A Presidenta
732 agradeceu as presenças, destacando a importância desse debate para a Plenária Temática do Eixo 5,
733 Gestão de Benefícios e de Transferência de Renda do SUAS. ENCERRAMENTO. A Presidenta encerrou
734 a reunião para o almoço, convidando a todos para retornarem às 14h30. ABERTURA. Reiniciando a
735 reunião, a Presidenta solicitou à Secretária-Executiva a conferência do quorum: Conselheiros na
736 titularidade: Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós; Conselheira Simone Aparecida Albuquerque;
737 Conselheira Fátima Rampin; Conselheira Maria das Graças Prola; Conselheira Marisa Rodrigues da
738 Silva; Conselheira Leila Pizzato; Conselheira Márcia de Carvalho Rocha; Conselheiro Volmir Raimundo;
739 Conselheiro Anderson Lopes Miranda; Conselheira Aldenora Gomes González; Conselheira Maria
740 Aparecida Amaral Godói de Farias; Conselheiro Fábio Bruni. Conselheiros na suplência: Conselheiro
741 Márcilio Ferrari; Conselheira Maria Lúcia Linhares Marquim; Conselheira Cláudia Faquinote;
742 Conselheira Valéria Ribeiro; Conselheira Marilena Ardore; Conselheira Dóris Margareth de Jesus;
743 Conselheira Nilsia dos Santos; Conselheiro Carlos Rogério Nunes; Conselheiro Thiago Barbosa Pereira
744 Cabral. A Presidenta passou para o Item Relato da Comissão Organizadora da IX Conferência:
745 *“Reunião 009 de 2013, data 09 e 10 de setembro de 2013, Esplanada dos Ministérios, anexo do bloco*
746 *F, sala 108, Conselheiros presentes, Luziele Maria de Souza Tapajós, Ademar de Andrade Bertucci,*
747 *Conselheira Dóris Margareth de Jesus, Eivaldo da Silva Ramos, José Ferreira da Cruz, Leila Pizzato,*
748 *Maria das Graças Soares Prola, Marisa Rodrigues da Silva. Convidados, Ronaldo José Sena Camargo*
749 *coordenação de relatoria, Célio Vanderlei Moraes relatoria, Marcio Antunes, Relatoria, Maria*
750 *Rosângela Pinheiro Damaso Odanso relatoria, Márcia Helena Carvalho Lopes UEL Paraná,*
751 *coordenação de Comitê Acadêmico, Elisângela de Oliveira Inácio Universidade Federal da Paraíba*
752 *Comitê Acadêmico, Helder Bosco Sarmento Universidade Federal de Santa Catarina Comitê*
753 *Acadêmico, Renato Francisco de Santos Paula Universidade Federal de Goiás Comitê Acadêmico,*
754 *Secretaria-Executiva do CNAS Maria das Mercês, Avelino de Carvalho Filgueiras, Bechara Rodrigues de*
755 *Miranda, Celda Maria Charles de Souza, Cristiane Camargo Meneses, Maria Auxiliadora Pereira,*
756 *Mirelle da Silva Dantas, Rosangela da Silva Almeida, Suzany Gonçalves de Oliveira. 9 de setembro de*
757 *2013, informes, 1) Informes, 1.1 - Enviados os seguintes materiais, Relatório de participação específico*
758 *para as conferências, texto padrão do CNAS para as Conferências estaduais e do Distrito federal,*
759 *apresentação padrão para as conferências estaduais, encaminhamento, enviar comunicado para*
760 *todos os Conselheiros representantes do CNAS nas conferências de Assistência social sobre a*

761 importância do preenchimento, devolução ao CNAS do relatório padrão de participação logo após a
762 realização da conferência. A jornalista do CNAS Elaine Daher preparará matéria para ampla
763 divulgação com estes relatórios. 1.2 – Patrocínio. Participação na reunião do comitê de patrocínio
764 para apresentação do pleito, foi realizada a reunião com o comitê de patrocínio que priorizou o pleito
765 do CNAS, estiveram presentes nessa reunião representantes da SECOM Presidência da República,
766 Secretaria de Comunicação do MDS e representante de possíveis patrocinadores, sete desses possíveis
767 patrocinadores já encaminharam e-mails solicitando portfólio de apresentação com informações
768 sobre o CNAS e a Conferência Nacional de Assistência Social. O portfólio será apresentado para as
769 empresas pelas autoridades do MDS, SANS e pelo CNAS. 1.3 - Mapa das conferências estaduais e
770 participação CNAS. Foi apresentado o mapa das conferências estaduais e participação no CNAS e
771 devido alterações pontuais no calendário e no local de realização de algumas conferências a
772 presidência ampliada pautará a este tema para indicação de representantes do CNAS nas conferências
773 estaduais conforme critérios. 1.4 - Informe dos Conselheiros, a Conselheira Marisa Rodrigues
774 participou da abertura da conferência estadual de Goiás dia 3 de setembro juntamente com a
775 Conselheira Leila Braga que representou o MDS, a Conselheira chamou atenção para a fragilidade do
776 Sistema Único de Assistência Social no Estado, o Conselheiro Edivaldo Ramos representou o CNAS na
777 conferência estadual do Mato Grosso, destacou a falta de objetivo na discussão dos temas, não houve
778 debates em grupos, todos os eixos foram discutidos na Plenária. O Conselheiro está aguardando dados
779 do Conselho Estadual de Mato Grosso para finalização do preenchimento de seu relatório de
780 participação. A professora Márcia Lopes, coordenadora do Comitê Acadêmico destacou que, as
781 conferências estaduais de Assistência social de uma forma geral remetem a um debate sobre o pacto
782 federativo, ela chamou atenção para a presença qualificada do CNAS nas conferências estaduais,
783 fazendo uma aproximação da realidade do Estado, considerando as questões técnicas e políticas bem
784 como, suas especificidades locais com relação à política de Assistência Social. 2) Comitê Acadêmico,
785 apresentação dos professores e planejamento da reunião. A Comissão Organizadora recebeu os
786 integrantes do Comitê Acadêmico que terá como objetivo central, contribuir com estudo e análises
787 que subsidiem a preparação e o debate na nona Conferência Nacional de Assistência Social. O comitê
788 tem perfil consultivo e propositivo no que se refere as análises a avaliações e textos a serem tratados
789 na nona conferência nacional podendo assim, orientar e aprimorar sob uma perspectiva acadêmica
790 esses debates. O Comitê Acadêmico se reuniu com a relatoria para tomar conhecimento detalhado da
791 metodologia das conferências e Assistência Social e em seguida realizou uma primeira discussão entre
792 seus membros sobre seu plano de trabalho. 3) Edição do informe CNAS número 10 de 2013. A
793 comissão discutiu o conteúdo para o próximo informe a ser elaborado pelo CNAS, com o intuito de
794 reforçar as questões que tenha gerado maiores dúvidas. Quanto ao processo de conferências, a
795 comissão sugere desenvolver um informe no modelo, perguntas e respostas para rápida socialização.
796 Encaminhamentos, inserir o informe CNAS número 10 de 2013 as dúvidas que estão chegando ao
797 CNAS, além de reafirmar a coo responsabilidade dos Estados no processo de conferência, por exemplo,
798 o que fazer com as recomendações das conferências municipais para a União. O CNAS custeará o
799 deslocamento dos delegados para a conferência nacional quando será aberto o Sisconferência, quem
800 são os delegados estaduais? 4 – Situação mérito CNAS. Na reunião da comissão de agosto foi

801 elaborada a minuta de edital do mérito CNAS, entretanto com o valor de mercado da nona
802 Conferência Nacional de Assistência Social estimado em torno de R\$ 12 milhões após realização de
803 cotação de preços, a comissão sugere a Plenária lançar o mérito do CNAS homenageando a professora
804 Egli Muniz, premiando os conselhos na modalidade de OCONCUR com base nos dados existentes,
805 senso SUAS ou outra base de dados instituindo mérito CNAS para as próximas conferências nacionais
806 de Assistência Social e registrando nos anais da nona conferência o objetivo do prêmio e a proposta de
807 formato. Encaminhamentos, o Conselheiro José Crus com o apoio da Secretaria-Executiva elaborará a
808 proposta de projeto do mérito do CNAS incluído a forma e a categoria da premiação para a apreciação
809 da Comissão Organizadora. 5 - Definição de critérios de delegados nacionais 84 delegados, 42 do
810 Governo, 42 da Sociedade Civil, critérios. Representação de entidades da Assistência Social de âmbito
811 nacional. Interlocutores do Plano Brasil sem Miséria, representação de entidades que atuam no
812 atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos de trabalhadores e usuários em
813 consonância com as resoluções do CNAS e outros marcos legais. Representação do sistema de Justiça
814 e do Ministério Público, Conselhos Nacionais de Política Setoriais e Defesa de Direitos. Recomenda-se
815 paridade entre os seguimentos da sociedade civil, entidades, trabalhadores e usuários, aqueles que
816 forem indicados com delegados nacionais e não participaram e não justificaram a sua participação na
817 oitava Conferência não serão indicados. Encaminhamento, a partir da aprovação dos critérios do
818 âmbito da Plenária, os representantes da sociedade civil e do CNAS indicaram os delegados nacionais
819 da sociedade civil e o Governo indicará os delegados nacionais do Governo que serão discutidas na
820 reunião da Comissão Organizadora. 6) Definição de critérios dos convidados, 280 pessoas, critérios.
821 Pessoas ou organizações que estabeleçam ou possam estabelecer relação direta ou indireta com
822 Assistência Social no contexto do SUAS, interlocução qualitativa e que defenda a Assistência Social
823 como direito do cidadão e dever do Estado, conforme preceitua a Constituição Federal de 88 e a LOAS.
824 Entidades nacionais das categorias profissionais de nível superior conforme a resolução CNAS número
825 17/2011. Encaminhamento, a partir da aprovação dos critérios pelo CNAS a Comissão Organizadora
826 fechará a lista de convidados. 7) Definição de critérios para instituição de observadores, 200, critérios.
827 Ordem de inscrição no site do CNAS. Acompanha a inscrição dos observadores uma nota mencionando
828 a importância de se participar de uma Conferência Nacional de Assistência Social e o compromisso que
829 tal participação implica, ou seja, uma nota política fazendo menção ao papel do observador.
830 Encaminhamentos, o CNAS definirá data e horário para a abertura das inscrições para observadores
831 que será amplamente divulgado. Serão disponibilizadas 200 vagas distribuídas entre as cinco regiões
832 geográficas do País, cada uma com 40 vagas. Definiu o calendário de abertura para preenchimento
833 das vagas por região e para redistribuição em caso de não preenchimento de todas. Disponibilizar na
834 página eletrônica do CNAS uma nota política fazendo menção ao papel do observador, ressaltando a
835 importância da participação na Conferência Nacional de Assistência Social, e o compromisso de tal
836 participação implica, ou seja, bem como a responsabilidade do observador arcar com os custos,
837 passagens hospedagens, alimentação para sua participação. Divulgar amplamente e com
838 antecedência o dia e a hora da abertura das instituições para observadores a serem efetuadas no site
839 do CNAS. DF, 10 de setembro de 2013. 8 – Definição do número de stands e critérios para sua
840 utilização e solicitação de patrocinadores. A Comissão Organizadora discutiu a distribuição de stands

841 para a nona Conferência Nacional de Assistência Social de acordo com o termo de referência que
842 prevê um total de 28 stands. Encaminhamentos, informar a conjuraj INDS sobre a disponibilidade de
843 stands, e informar ao FONSEAS e ao CONGEMAS sobre os stands para a organização. Preparar e
844 socializar o projeto para a utilização de stands como nova metodologia de dinâmica e distribuição.
845 Socializar com os Estados esse novo desenho para que preparem seus conteúdos específicos de suas
846 ações e Conferência de Assistência Social, solicita apoio aos COMEDs para de definição das peças
847 padronizadas nos stands. Verificar parcerias com livrarias e editoras. Aceitar a oferta de parcerias com
848 a editora Paulus para patrocínio e realizar reunião específica. Presidenta Luziele e Conselheiro José
849 Crus. 9) Formato barra, estrutura da IX Conferência, Plenária de temáticas e cursos. A Comissão
850 Organizadora juntamente com a relatoria e o Comitê Acadêmico discutir o formato da nona
851 conferência a luz da nova metodologia adotada para o processo de conferência de Assistência Social
852 em 2013 e foram alguns pontos a serem destacados para serem aprofundados apontou-se para os
853 seguintes formatos, avaliação nacional do SUAS do ponto de vista de gestão e do controle social, seis
854 Plenárias Temáticas concomitantes, uma por eixo com o objetivo de aprofundar os resultados das
855 conferências municipais, estaduais e do DF considerando um, avaliação do SUAS por eixo tendo como
856 elementos de reflexão e análise do balanço nacional do SUAS. Dois, discussão das recomendações
857 para a união, três discussão e proposição de propostas novas. Apresentação, dar visibilidade as
858 recomendações, discussão e apresentação de propostas novas. Acho que isso aqui está repetindo. As
859 seis Plenárias Temáticas contaram com especialistas para abordagens dos conteúdos que
860 correspondam aos maiores desafios do SUAS enfrentados pelos Estados e Municípios dentro de cada
861 eixo e devem considerar no âmbito de expertises de instituições como, IBGE, IPEA, SAI, ENAPE entre
862 outros centros que possam apoiar o debate de temas que se inserem na política. A intersectorialidade,
863 vigilância sócia assistencial e inclusão produtiva, corporativismo e além mapear temas que estão
864 sendo pesquisados na academia. Nesse momento será reafirmada a corresponsabilidade dos entes
865 federados reforçando o projeto que teve início nas conferências municipais. Disponibilizar nas pastas,
866 material temático elaborado pelo Comitê Acadêmico novo modelo de oficinas de forma a efetivar
867 objetivos de oficina como processo de construção de conhecimento. Plenária final, novas deliberações
868 e monções. Encaminhamento, elaborar um último informe que trará o detalhamento da nova
869 dinâmica da nona Conferência Nacional de Assistência Social bem como questões operacionais para as
870 delegações estaduais e do Distrito Federal. 10) Programação preliminar, dia 16 chegada das
871 delegações, acolhida, credenciamento, regimento interno, solenidade de abertura, finalizando com a
872 fala da Ministra e da Presidenta da República, atividade artística e cultural. Dia 17 Plenária Geral,
873 avaliação nacional do SUAS, síntese do consolidado dos Estados, produto do GT de monitoramento
874 das deliberações das conferências e apresentação da corresponsabilidade Federal, avaliação nacional
875 do SUAS pelo Governo Federal, Plenárias Temáticas seis, Plenárias concomitantes para discussão e
876 avaliação dos seis eixos a luz do documento produzido pelo Comitê Acadêmico. Dia 18, Plenárias
877 Temáticas, aprofundamento da avaliação do SUAS a partir de cada eixo temático com base no
878 balanço nacional do SUAS das recomendações para a União, discussão específica dos eixos nas seis
879 Plenárias concomitantes propostas nobres, mesas temáticas. Dia 19 Plenária final, dia 20 retorno das
880 delegações, dia 21. Luziele Maria de Souza Tapajós e Leila Pizzato.” A Presidenta ressaltou como esse

881 debate havia sido produtivo, indagando se havia algum questionamento, O Conselheiro Carlos
882 Rogério informou ter sido consultado sobre o prazo de entrega do relatório da Conferência, com a
883 Presidenta indicando que voltariam a esse assunto. Indagou se havia algum esclarecimento sobre o
884 item dois Comitê Acadêmico, com a Conselheira Leila destacou o bom trabalho realizado pela
885 Comissão e a importância da Relatoria e do Comitê Acadêmico na contribuição para chegar aos
886 resultados obtidos. Com relação ao item três, a Conselheira Simone citou o Informe 10, ponderando
887 que a reflexão que havia sido feita na CIT sobre a Conferência, deveria ser tratada pelo CNAS. Que
888 deveriam ter uma séria conversa com as delegações municipais e estaduais, com a observação que
889 havia sido feita na CIT seria como se pudesse acontecer na Conferência Nacional um certo
890 esvaziamento de delegação considerando a proximidade do Natal. Sugeriu que fosse marcada uma
891 reunião com o CONGEMAS e o FONSEAS, considerando a importância dessa conferência de avaliação
892 do SUAS e tendo que garantir a presença dos Secretários Municipais, do FONSEAS do CONGEMAS, dos
893 Deputados da área, dos Sindicatos dos Trabalhadores, sugerindo que o assunto fosse tratado de
894 forma política. A Conselheira Maria Lúcia ressaltou que os municípios estavam articulados desde o
895 início do ano, com essa data estando pautada e com todos querendo comparecer ao evento, inclusive
896 com solicitação de vaga como observador e custeando as próprias despesas. Observou que em
897 Pernambuco não havia acontecido nenhuma possibilidade de alteração de data, mas encontrando
898 interessante que tivessem pensado antes para não ser nessa data, ressaltando que essa Conferência
899 seria exitosa. A Conselheira Marisa manifestou preocupação com essa situação, observando ser um
900 fato isolado e procedente de pessoas que estariam chegando agora. Que haviam sido convocados
901 pelo Presidente para que pudessem discutir a situação, indicando que o CONGEMAS havia contatado
902 todos os Presidentes dos colegiados dos Estados, fazendo essa interface com os Conselhos
903 Estaduais, e manifestando essa preocupação também na reunião com os Conselhos Estaduais e com
904 FONSEAS e CONGEMAS. A Conselheira Maria das Graças informou a conversa com a Sra. Aparecida,
905 Presidenta do FONSEAS e que havia se mostrado tranquila com relação a essa situação. Sugeriu que a
906 Presidenta entrasse em contato, pautando esse assunto na reunião do FONSEAS. A Presidenta
907 esclareceu que a partir dessa conversa, seria feito um expediente e marcada uma conversa com o
908 Presidente Valdir Osmar e com a Presidenta Aparecida, para ações, indicando os procedimentos que
909 poderiam ser tomados. Ressaltou os procedimentos para chegar aos Secretários Estaduais e
910 Governadores, relatando a existência de um estado que estava sem recursos para fazer a Conferência
911 Estadual e precisaria adiar a Conferência Interestadual que terminaria dia 24 de outubro, falando
912 sobre a situação. Informou aos Conselheiros que não estava chegando ao CNAS de nenhuma forma
913 qualquer indicação de alteração com relação à Conferência Nacional por parte de Estados e
914 Municípios. A Conselheira Simone indicou que o Conselheiro José Araújo havia oficializado o Conselho
915 na parte da manhã, inclusive tendo sido solicitado para isso, com a Presidenta esclarecendo que se
916 tratava do CNAS, não através da CIT. A Conselheira Simone considerava que a maioria dos Conselhos
917 não estava ventilando essa situação, sugerindo que se fossem informar aos municípios, o fizessem
918 através de um boletim, de uma fala com o Presidente do FONSEAS e do CONGEMAS, politizando o
919 debate da Conferência e sua importância para o SUAS. A Presidenta concordou, indicando que fora da
920 CIT não havia chegado nenhuma demanda. O Conselheiro José Araújo ponderou que não havia

921 nenhuma possibilidade de mudança, mas concordando com a Conselheira Simone sobre essa
922 conversa com os dois Presidentes, evitando a possibilidade de alguma manifestação mais à frente. A
923 Presidenta concordou com essa sugestão, contando com o apoio do CNAS para resolver a questão.
924 Indicou os itens quatro, cinco, seis, sete, não havendo nenhum questionamento, No item oito, sobre o
925 número de 38 estandes, acatando a demanda da CONJUR, CONGEMAS e FONSEAS. Que haviam
926 decidido que, juntamente com o Conselheiro José da Crus fariam uma reunião com a Paulus, parceira
927 nas publicações e outras ofertas. O Conselheiro Fábio indagou se a CONJUR havia feito a solicitação
928 de um estande, com a concordância da Presidenta. A Conselheira Solange indagou se apenas um
929 estande seria do MDS e se o espaço para o prêmio estaria dentro do mesmo, com a Presidenta
930 indicando que o Termo de Referência havia retornado para os acertos pertinentes e que dentro de
931 alguns dias estaria no pregão para definir a empresa e verificar com o produtor de eventos como o
932 prêmio seria tratado. A Conselheira Solange indicou ter colocado dentro dos eventos do MDS como
933 um todo para a ASCOM, que também estava com uma empresa de eventos contratada, com ata de
934 registro de preços muito alta, mas garantindo seu uso em caso de necessidade. A Presidenta
935 esclareceu que o Centro de Convenções seria apenas para a Conferência, com bastante espaço para
936 fazer esse evento. O Conselheiro Anderson sugeriu que teria que ter uma feira solidária para
937 exposição de trabalhos de organizações, movimentos e trabalhadores. A Conselheira Fátima Rampin
938 indagou se havia a possibilidade de ter um estande ou balcão do Ministério da Previdência,
939 divulgando seus serviços, com a Presidenta solicitando que esse pedido fosse formalizado. No Item
940 nove, formato da IX Conferência, informou que já trazia algumas indicações sobre o possível formato
941 da Conferência com a avaliação nacional do SUAS, mas também do controle social, considerando ser
942 uma avaliação com três bases muito fortes, o GT, o material vindo dos estados, constituído dos dois
943 Instrumentais e o material de indicadores de dados produzidos pelo sistema de informação do SUAS.
944 Observou que as seis Plenárias aconteceriam após a avaliação nacional e iriam para avaliação
945 específicas, trabalhando-se as recomendações vindas dos estados e trabalhando-se as propostas
946 novas para a União e para o SUAS também em nível nacional. Falou sobre os modelos de oficina,
947 diferente das anteriores, assim como a dinâmica para os estandes, assim como os critérios para
948 convidados e expositores, conforme colocado pelo Comitê Acadêmico, chamando pessoas com
949 conhecimento da área da Assistência Social, relatando alguns cursos a serem ofertados. Indicou que o
950 encaminhamento nesse item era elaborar o último informe com o detalhamento da nova dinâmica e
951 com todas as questões operacionais, informando que recebiam ligações sobre o assunto, sendo
952 preciso fazer um último informe para a Conferência Nacional. A Conselheira Simone sugeriu para a
953 Comissão Organizadora da Conferência que sendo feito o debate do direito à Assistência Social,
954 discorrendo sobre a colaboração do SUAS na consolidação do direito sócioassistencial, falando sobre
955 essa situação. Indagou à Comissão Organizadora se os debates propostos eram apenas propostas ou
956 se de fato haviam aprofundado o debate, citando temas que se inseriam na política e o que havia sido
957 discutido sobre os mesmos para que pudessem colaborar, com a Presidenta acatando as suas
958 sugestões. O Conselheiro José da Crus destacou a riqueza do debate feito na reunião da Comissão
959 Organizadora, agradecendo pela aprovação feita pelo Pleno. Destacou que a presença da Relatoria e
960 do Comitê Acadêmico havia ajudado nas deliberações feitas, tendo a certeza que estavam no caminho

961 certo, tendo uma ótima Conferência Nacional. Registrou a importância do debate feito na Comissão
962 Organizadora e uma Comissão Ampliada com o Comitê e com a Relatoria, concordando com as
963 colocações da Conselheira Simone sobre a avaliação nacional e sobre o aprofundamento dos debates
964 por eixo, de acordo ao material que receberiam dos estados, ademais da possibilidade de fazer um
965 novo modelo de Conferência, não realizando oficinas e aprofundando os temas dos eixos e com o
966 importante produto da efetivação do SUAS sendo alcançado. A Presidenta indicou que o Item 10
967 tratava da programação preliminar, programando-se um evento volumoso e agradável, mas não
968 cansativo. Indicou como a solenidade de abertura seria feita, finalizando com a fala da Ministra ou da
969 Presidenta da República, que não caracterizasse uma Conferência Magna, mas com tempo suficiente
970 para essas falas. Informou que no dia 17 seria a Plenária Geral, o início das Plenárias Temáticas, no dia
971 18, as Plenárias Temáticas, e no dia 19 a Plenária final. Destacou que não haviam colocado os demais
972 eventos nesse mapa, para que pudessem pensar sobre a questão. O Conselheiro José Crus informou
973 que haviam consultado todas as Conferências anteriores, as programações registrando o trabalho de
974 resgate dessas programações pela Secretaria-Executiva. A Presidenta, em não havendo mais
975 nenhuma colocação, considerou aprovado o relato da Comissão Organizadora. O Conselheiro Carlos
976 Rogério indagou se uma Conferência poderia ficar no limite do prazo do envio do relatório, com a
977 Presidenta informando que a data limite para a entrega dos relatórios era 28 de outubro, limite
978 colocado pela Relatoria, com a Presidência Ampliada definindo não abrir nenhuma exceção. O
979 Conselheiro Carlos Rogério informou que o solicitante era o Estado do Piauí, com a proposta de
980 realização da conferência nos dias 24 e 25, com a Presidenta informando que realizariam nos dias 14
981 e 15 de outubro, sendo que 23 e 24 seria no Rio Grande do Sul. Item Relato do GT de Monitoramento
982 das Deliberações das Conferências Nacionais, pela Conselheira Aldenora: *“Grupo de Trabalho*
983 *Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social, 2005 a 2013,*
984 *setembro de 2013. Reunião 007/2013, 16 de setembro, Esplanada dos Ministérios, Anexo ao bloco F,*
985 *Ala A, CNAS. Memória, Conselheiros presentes: Aldenora Gomes Gonzáles, Coordenadora; Anderson*
986 *Lopes Miranda, Ademar de Andrade Bertucci, Cláudia Laureth Faquinote, Marcelo Marquesini Ferrari,*
987 *Margarida Munguba, Maria Lúcia Nogueira Linhares de Marquim. Secretaria-Executiva, Bechara*
988 *Miranda, Celda Chaves, Cristiane Menezes, Maria Auxiliadora Pereira, Rosângela Almeida e Rosiely*
989 *Bonfim. Relatório Final do Grupo de Trabalho de Monitoramento das Deliberações das Conferências*
990 *Nacionais de Assistência Social, 2005 a 2011. Histórico: 1 - A Resolução CNAS 3 de 12 de março de*
991 *2013 institui o Grupo de Trabalho com o objetivo de desenvolver o monitoramento das deliberações*
992 *da VIII Conferência Nacional de Assistência Social. A definição da base metodológica do processo de*
993 *Conferência de Assistência Social de 2013 tem por incumbência o ato de conferir e de avaliar as*
994 *deliberações das Conferências anteriores, visando a consolidação do Sistema Único da Assistência*
995 *Social. A Resolução CNAS nº 17 de 12 de julho de 2013, altera o objetivo da Resolução CNAS nº 3/2013*
996 *que passa a ser o desenvolvimento das deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social*
997 *de 2005, 2007, 2009 e 2011, e realização de orientações metodológicas aos Conselhos de Assistência*
998 *Social para o monitoramento sistemático e continuado de suas conferências. A composição do GT,*
999 *Aldenora Gonzáles, Coordenadora; Luziele Tapajós, Coordenadora Adjunta. Ademar Bertucci,*
1000 *Anderson Miranda, Cláudia Faquinote, Márcio Ferrari, Margarida Munguba, Maria Lúcia Marquim.*

1001 *Ações do GT: 1) O GT de Monitoramento realizou sete reuniões, desenvolvendo os seguintes trabalhos*
1002 *com o suporte da Secretaria-Executiva do CNAS. 1.1 - Leitura do acervo das deliberações das*
1003 *Conferências Nacionais de Assistência Social e do Plano Decenal; 1.2 – Copilado das deliberações das*
1004 *últimas quatro Conferências Nacionais de Assistência Social com base nos seus eixos definidos para a*
1005 *IX Conferência Nacional, tendo como referência o Instrumental nº 1 – Avaliação Local do SUAS; 1.3 –*
1006 *Levantamento das normativas relacionadas a cada deliberação e dados dos Censos Censo SUAS/2012,*
1007 *ESTADIQUE e Balanço de Implementação dos SUAS; 1.4 – Análise quantitativa, número e percentuais*
1008 *dos status das deliberações, se implementadas, em andamento, não implementadas e não se aplica;*
1009 *1.5 – Validação pelo GT dos eixos consolidados pela Secretaria-Executiva em relação ao status das*
1010 *deliberações; 1.6 – Divisão do GT em duplas para a leitura e análise da avaliação qualitativa dos eixos,*
1011 *considerando síntese dos blocos de deliberações por assunto, quando possível, considerando o*
1012 *processo histórico e as especificidades do tema, análise das condições de implementação em âmbito*
1013 *federal, apresentação de dados da realidade em âmbito nacional, Censos e diagnósticos,*
1014 *apresentação dos principais avanços e apresentação dos principais desafios. A partir do trabalho de*
1015 *análise das deliberações das conferências, o GT está finalizando a análise qualitativa dos seis eixos, o*
1016 *que tem demonstrado a grandeza do resultado desse monitoramento, criando um legado de*
1017 *informação e análise para Avaliação Nacional do SUAS e apontando os desafios que temos pela frente*
1018 *em relação a consolidação do SUAS e o monitoramento das futuras deliberações das Conferências de*
1019 *Assistência Social. Apresentamos abaixo o grau de implementação das deliberações das Conferências*
1020 *Nacionais de Assistência Social no período de 2005 a 2011, segundo a avaliação do GT por eixo. Eixo 1*
1021 *– O cofinanciamento obrigatório da Assistência Social.” Daí eu quero chamar a atenção para que*
1022 *vocês vão observar, nós temos por extenso, e mais abaixo nós temos um quadro, mas são os mesmos*
1023 *números. “Do total de 70 deliberações, 20 deliberações que representam, 29% foram implementadas,*
1024 *45 que representa 64 estão em andamento, três que representam 4% não foram implementadas e*
1025 *duas que representam 3% não se aplicam.” Este não se aplica nós definimos como se refere-se a*
1026 *outras esferas ou outras políticas públicas. “Eixo 2 – Gestão do SUAS, Vigilância Socioassistencial,*
1027 *processo de planejamento, monitoramento e avaliação. Do total de 85 deliberações, 41 que*
1028 *representa 48% foram implementadas, 40 que representam 47% estão em andamento e 4 que*
1029 *representa 5% não foram implementadas. Eixo 3 – Gestão do Trabalho, do total de 54 deliberações, 32*
1030 *que representam 59% foram implementadas, 21 que representa 39% estão em andamento, e uma que*
1031 *representa 2% não foi implementada. Eixo 4 – Gestão e Serviços, Programas e Projetos. Do total de 59*
1032 *deliberações, 18 que representa 31% foram implementadas, 37 que representa 63% estão em*
1033 *andamento, uma que representa 2% não foi implementada e três que representa 4% não se aplica.*
1034 *Eixo 5 – Gestão dos Benefícios e Transferências de Renda no SUAS. Das 17 deliberações, três que*
1035 *representam 18% foram implementadas e 14 que representa 82% estão em andamento. Eixo 6 –*
1036 *Regionalização. Do total de 17 deliberações, 16 que representam 94% estão em andamento e uma*
1037 *que representa 6% não foi implementada. Encaminhamentos Propostos: 1) O documento Instrumental*
1038 *1 – Avaliação do SUAS que visa a análise do SUAS na esfera nacional será encaminhado à Secretaria*
1039 *Nacional de Assistência Social – SNAS para a análise sobre o ponto de vista da gestão do SUAS após o*
1040 *pleno de setembro.” Nos aqui exemplificamos o Eixo 2, que está como consta aqui como anexo: “Eixo*

1041 2 – *Gestão do SUAS, Vigilância Socioassistencial, processo de planejamento, monitoramento e*
1042 *avaliação.” Ele está em anexo, porém ele está no todo, porque são só esse eixo, que são cinco blocos,*
1043 *ele é 47 páginas, então a gente resolveu não colocar no todo, mas todos os Conselheiros receberão o*
1044 *trabalho e aí se houver a necessidade nós já estamos com ele na tela para fazer a apresentação. Ponto*
1045 *2: “O documento de avaliação das deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social de*
1046 *2005 a 2011 será apresentado a Plenária do CNAS em outubro e após aprovado será encaminhado a*
1047 *Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS para a análise sobre o ponto de vista da gestão do*
1048 *SUAS. 3 – No que se refere ao objetivo do GT de realização, de orientações metodológicas aos*
1049 *Conselhos da Assistência Social para a realização de conferências e o monitoramento sistemático*
1050 *continuado de suas conferências, o GT propõe as seguintes recomendações, para os órgãos gestores*
1051 *do SUAS: elaborar instrumento de gestão, de gestão específico, planos para contribuir para o processo*
1052 *de acompanhamento das deliberações de forma sistemática com a retomada do texto aprovado para*
1053 *o desenvolvimento de ações decorrentes. Garantir que as propostas de deliberações e as deliberações*
1054 *aprovadas estejam articuladas e integradas com o Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes*
1055 *Orçamentárias – LDO, Lei Orçamentária Anual – LOA e o Plano de Assistência Social – PAS de acordo*
1056 *com as normativas do SUAS. Para os Conselhos de Assistência Social, a definição da metodologia da*
1057 *conferência é fundamental para se propor uma forma de acompanhamento e monitoramento*
1058 *continuado das deliberações, proposta de criação e regimento interno de uma Comissão de*
1059 *Monitoramento das Deliberações das Conferências de Assistência Social de caráter eventual. Proposta*
1060 *de criação de um sistema de monitoramento das deliberações das conferências de Assistência Social*
1061 *nos três níveis.” Aqui há uma proposta, delibera as suas. “Que possibilite a classificação das*
1062 *deliberações por eixo da conferência de 2013, caso exista alguma deliberação que se encaixe em*
1063 *nenhum dos temas, classificar como outras. A avaliação de viabilidade de execução e controle social*
1064 *de cada deliberação a partir de categorias possíveis, pontuais, permanentes, plausíveis, não plausíveis,*
1065 *entre outras, por exemplo. A verificação de quais deliberações estão contempladas e quais não estão*
1066 *no plano municipal, estadual de Assistência Social. Em relação a analisar viabilidades de alteração do*
1067 *Plano de Assistência Social, visando contemplar em sua elaboração as deliberações não*
1068 *contempladas, no tocante as deliberações contempladas, verificar se ações presentes no Plano de*
1069 *Assistência Social são suficientes para execução e controle social, caso contrário, complementá-las,*
1070 *verificar se a conexão entre o PAS e o PPA, tais instrumentos precisam ser compatíveis, dado a sua*
1071 *complementaridade no tocante a Política de Assistência Social. A verificação de quais deliberações*
1072 *está complementada, perdão, contemplada e quais não estão no PPA, caso as deliberações não*
1073 *tenham sido contempladas, verificar se no município há previsão de revisão do PPA, caso positivo*
1074 *solicitar quando pertinente a inclusão das deliberações com a garantia de recurso suficiente para os*
1075 *próximos anos, caso negativo sugere-se a solicitação de realização de audiência pública com a*
1076 *participação do Conselho de Assistência Social, poder executivo, poder legislativo, visando a discussão*
1077 *e a garantia de inclusão das deliberações por meio de alteração do PPA. A verificação de quais*
1078 *deliberações estão contempladas e quais não estão na LOAS 2014, verificar se no detalhamento das*
1079 *despesas há garantia de recursos públicos para as deliberações, em caso positivo avaliar se os*
1080 *recursos são suficientes no próximo ano, caso negativo, solicitar remanejamento de recursos para*

1081 *contemplar a deliberação. Se não houver recursos públicos para as deliberações no próximo ano,*
1082 *solicitar a inclusão via remanejamento orçamentário ou emenda parlamentar. Recomendação para as*
1083 *Relatorias das Conferências de Assistência Social, a equipe da Relatoria tem um papel importante no*
1084 *processo de sistematização das demandas sociais em formas de propostas e de diretrizes para a*
1085 *gestão do SUAS. As relatorias das Conferências de Assistência Social, devem criar orientações*
1086 *metodológicas sobre o que é uma deliberação, o que é deliberar, como deliberar, e para quem*
1087 *deliberar, estas definições contribuirão para ser ter deliberações qualificadas e factíveis, com objetivos*
1088 *claros, destinatário, prazo, evitando dessas proposições genéricas, deliberações múltiplas e bandeiras*
1089 *de lutas entre outras que inviabilizam a sua implementação. Aldenora Gomes Gonzáles, Coordenadora*
1090 *do Grupo de Trabalho.”* Observou se, caso fosse necessário, faria a apresentação do anexo, com a
1091 Presidenta passando à discussão desse relato. A Conselheira Marisa questionou a respeito de como
1092 seria essa implementação, sugerindo fosse colocado esse esclarecimento, com a Presidenta
1093 esclarecendo a situação das deliberações implementadas e em andamento. A Conselheira Marisa
1094 indicou o Eixo 2, com 41 implementações, indagando se o Grupo as poderia passar, ressaltando a
1095 importância desse levantamento, visualizando o aprofundamento no Sistema e poder enriquecer esse
1096 debate nos municípios e no controle social. A Presidenta ressaltou que cada deliberação havia sido
1097 avaliada, destacando a grandeza desse trabalho, sendo uma das bases de avaliação dos SUAS para os
1098 delegados da Conferência Nacional. A Conselheira Cláudia relatou o debate ocorrido sobre o trabalho
1099 a ser feito conforme a metodologia apontada pelos Instrumentais, indicando o trabalho feito,
1100 resultado da análise de deliberação e como haviam trazido as deliberações implementadas, não
1101 implementadas e em andamento, possibilitando melhor compreensão do conjunto das deliberações e
1102 da política em execução. A Conselheira Aldenora considerou importante as colocações da Conselheira
1103 Marisa, destacando o trabalho feito pela Secretaria-Executiva e que havia trazido um enorme
1104 subsídio para essa discussão. Que seria importante que tivessem a oportunidade de apresentar todos
1105 os blocos, para que verificassem a grandeza desse trabalho. Observou que todos receberiam o
1106 material, solicitando que fosse encaminhado para todos os Conselheiros o Eixo 2, que já estava
1107 pronto. Observou que o Instrumental 1 havia ido para os municípios, sendo realizado pelas
1108 Conferências, pela Gestão Estadual, passando pelos Conselhos Estaduais e com o CNAS fazendo seu
1109 papel ao levantar a situação das deliberações, resgatando desde 2005, o que havia sido
1110 implementado ou não. Considerava mais importante apontar as normativas que haviam
1111 implementado essas deliberações e relatar a situação em que se encontravam, com o produto final
1112 sendo apresentado em outubro. O Conselheiro José Crus parabenizou o trabalho do GT, destacando a
1113 importância do tema e cumprimentando a Conselheira Aldenora pela apresentação. Indagou se em
1114 outubro seria feita a apresentação final, sendo enviada para os Conselheiros uma síntese da avaliação
1115 das deliberações, sendo importante dá um tratamento qualitativo à questão. Observou que o produto
1116 desse documento subsidiaria a fala da Presidenta na avaliação nacional, esclarecendo como isso seria
1117 feito, contendo a avaliação estadual e federal. A Presidenta ponderou que seria preciso entregar esse
1118 material, sendo que a cada tabela de verificação da situação, existia uma avaliação qualitativa sobre
1119 todo o Eixo, com o Comitê Acadêmico esperando esses resultados para fazer esse trabalho. A
1120 Conselheira Aldenora informou que no dia anterior haviam iniciado a construção em power point,

1121 mas que haviam interrompido, considerando não ser o produto final e não sendo o momento de fazer
1122 essa apresentação ao Pleno, mas que na próxima reunião trariam esse produto para apresentação em
1123 slides, informando como seria a apresentação do produto final a ser apresentado na Conferência. A
1124 Conselheira Nilsia ressaltou o trabalho realizado pelo GT, indagando se teriam condições se quando o
1125 resumo qualitativo fosse apresentado na Conferência, o mesmo não poderia ser contestado,
1126 indicando que tudo estava implementado e em funcionamento. A Conselheira Simone concordou com
1127 a Conselheira Marisa com relação aos instrumentos, questionando os parâmetros utilizados para o
1128 trabalho do GT para chegar à conclusão do que havia sido implementado ou não, com a Conselheira
1129 Marisa querendo que esses parâmetros fossem esclarecidos, com essa questão enriquecendo o
1130 trabalho realizado. O Conselheiro Ademar observou que essas colocações eram importantes,
1131 discorrendo sobre a avaliação quantidade e a avaliação qualitativa, e com o material criado contendo
1132 elementos para serem apresentados na Conferência Nacional. Destacou que haviam aprendido com
1133 as Conferências anteriores, mas buscando-se aprimorar cada vez mais os seus procedimentos. O
1134 Conselheiro Marcílio agradeceu pela oportunidade de participação no GT e poder conhecer todas as
1135 deliberações de forma sistematizada, podendo contribuir para a consolidação do SUAS. Concordou
1136 que a memória não trazia toda a riqueza do debate feito, com as deliberações sendo analisadas uma a
1137 uma, falando sobre o ato de delibera, com essas questões fortalecendo a construção das políticas
1138 públicas do ponto de vista da gestão e também o controle social. Observou que a metodologia que
1139 estavam construindo era muito importante e que a conferência certamente alcançaria todos seus
1140 objetivos. Destacou a preocupação que tinham com o documento final, explicando
1141 pormenorizadamente todo o seu conteúdo, estando ansiosos para apresentar o resultado final para o
1142 CNAS. O Conselheiro Anderson ressaltou a importância de sua participação no GT, destacando a
1143 importância das deliberações analisadas. Ponderou que os usuários, e principalmente usuários
1144 Conselheiros precisavam ficar atentos e se reunir mais, considerando a importância de sua
1145 participação, fiscalização e cobrança, relatando sua participação na Conferência de João Pessoa e
1146 como era consultado pelos delegados como seria a Conferência Nacional e questionado sobre as
1147 deliberações, relatando os esclarecimentos que havia dado. Manifestou a importância de participação
1148 no CNAS, tomando conhecimento de muitos temas relativos à área da Assistência Social. Informou ter
1149 trazido um livro com as deliberações, feito pelo município de Poá, sendo importante trazer para
1150 conhecimento do Conselho e para a Conferência. A Conselheira Dóris observou que todos esses
1151 procedimentos eram frutos da metodologia decidida para as Conferências e com os municípios,
1152 estados e o próprio CNAS sendo instruídos conforme suas determinações, de visitar todas as
1153 deliberações e preencher o Instrumental, com todas essas instruções contando nos informes
1154 encaminhados. Observou que em algum momento, antes da Conferência, os Conselheiros teriam que
1155 se apropriar do levantamento feito, efetivando a conferência de acordo com as instruções feitas para
1156 os demais entes. Ressaltou que, conforme os documentos emitidos, que a partir das suas
1157 deliberações não seria deliberada para o próximo ente, o que fazia parte da metodologia. A
1158 Conselheira Maria Lúcia destacou a importância dessa participação, destacando a dificuldade de se
1159 trabalhar com as deliberações, esclarecendo essa colocação. Falou sobre a relevância de o CNAS ter
1160 acompanhado o trabalho do GT, sendo importante ter acesso ao trabalho antes da sua apresentação,

1161 considerando o grande volume de deliberações e podendo contribuir melhor. Concluindo, a
1162 Conselheira Maria Lúcia agradeceu pelas contribuições observando que teriam as Conferências antes
1163 de avaliação e pós avaliações das deliberações. A Conselheira Simone falou como o GT estava olhando
1164 para as deliberações, tendo certeza que os que haviam participado das Conferências sabiam as
1165 dificuldades para se instituir a Assistência Social, destacando os esforços para a implementação da
1166 NOB de 97 e a de 98, com articulação em todo o país, tendo como mentora a Sra. Rosane Cunha,
1167 manifestando orgulho de ter escrito um texto com a mesma sobre financiamento da Assistência social
1168 e que estava no texto do caderno do Conselho Federal de Serviço Social, falando sobre seu teor.
1169 Ressaltou que o SUAS era fruto de deliberações de Conferência, informando aos Conselheiros Carlos
1170 Rogério, Margareth, Maria Aparecida, à bancada dos trabalhadores que a Câmara havia aprovado no
1171 dia anterior que os recursos da Assistência Social deveriam ser utilizados para pagar Assistentes
1172 Sociais nas escolas públicas brasileiras, discorrendo sobre o que isso significava para a Assistência
1173 Social. A Presidenta destacou que seria preciso ter as informações para poder tomar alguma
1174 providência. O Conselheiro Thiago referiu-se à informação do Conselheiro Anderson elogiando ao
1175 trabalho da Comissão de Monitoramento, com o Município de São Paulo sendo o primeiro que havia
1176 instalado na última Conferência uma Comissão Permanente de Monitoramento das deliberações da
1177 Conferência, com o CNAS devendo se espelhar nesse procedimento e elogiando o município de Poá. A
1178 Presidenta destacou as inovações que estavam sendo feitas, reconhecendo o trabalho feito pela
1179 Conselheira Aldenora e pelos Conselheiros Cláudia, Conselheira Lúcia, Anderson, Marcílio, Ademar e
1180 Margarida, resultando em uma matéria a ser entregue para a Conferência Nacional de Assistência
1181 Social fazer a mesma coisa que todos os estados e municípios haviam feito. Relatou que a CNAS
1182 receberia a primeira parte na próxima semana, fazendo a avaliação das deliberações. Reconheceu o
1183 trabalho da Secretaria-Executiva que havia dado a partida nesse trabalho, dando os subsídios para a
1184 sua realização. Observou que esse trabalho seria publicado, com um livro indo para a Conferência
1185 Nacional. A Conselheira Aldenora concordou com as preocupações colocadas pela Conselheira Nilsia,
1186 destacando as preocupação com o resultado desse GT indo para a Conferência Nacional e como as
1187 deliberações seriam tratadas, o que dependeria da sua maturidade dentro das Conferências.
1188 Agradeceu à Secretaria-Executiva e a todos os membros do GT que haviam se comprometido com o
1189 trabalho, destacando seu compromisso e as contribuições feitas, enriquecendo o produto final desse
1190 GT. ENCERRAMENTO. A Presidenta, estando vencida a pauta, encerrou a reunião, convidando a todos
1191 para comparecerem no dia seguinte às 9h00 e convidando a Conselheira Marilena a permanecer mais
1192 um pouco para conversarem. ABERTURA. Aos dezenove dias do mês de setembro de dois mil e treze,
1193 a Presidenta reiniciou a 215ª reunião Ordinária do CNAS, solicitando à Secretária-Executiva a
1194 verificação do quórum: Conselheiros na Titularidade: Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós,
1195 Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga, Conselheira Fátima Aparecida Rampin, Conselheira Maria das
1196 Graças Prola, Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, Conselheiro Ademar de Andrade Bertucci,
1197 Conselheira Leila Pizzato, Conselheira Márcia de Carvalho Rocha, Conselheiro Volmir Raimondi,
1198 Conselheiro Anderson Lopes Miranda, Conselheira Aldenora Gomes González, Conselheira Maria
1199 Aparecida do Amaral Godói de Faria, Conselheira Margareth Alves Dallaruvera, Conselheira Jane
1200 Clemente, Conselheiro Fábio Bruni. Conselheiros na Suplência: Conselheiro Marcílio Marquesini

1201 Ferrari, Conselheira Maria Lúcia Nogueira Marquim, Conselheira Valéria da Silva Reis Ribeiro,
1202 Conselheira Dóris Margareth de Jesus, Conselheira Nilsia Lourdes, Conselheiro José Araújo da Silva,
1203 Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes, Conselheiro Thiago de Barbosa Ferreira Cabral. A
1204 Presidenta informou sobre a notícia dada no dia anterior pela Conselheira Simone sobre o Projeto de
1205 Lei da Educação, que havia recebido parecer favorável do relator na Comissão de Constituição, Justiça
1206 e Cidadania, não tendo aprovação em Plenário conforme havia sido noticiado. Informou que
1207 entrariam com os representantes do Fórum Nacional dos Trabalhadores, com os representantes do
1208 CFP e do CFESS para ter acesso ao PL e verificar a sua situação. Que após tomar conhecimento da
1209 situação poderiam se mobilizar, considerando não ser consenso do CNAS que a área da Assistência
1210 Social investisse no pagamento de Assistentes Sociais nas escolas. Indicou a pauta, informando a
1211 ausência de algumas Comissões, tendo a apresentação da Sociedade Civil, Relato da Presidência
1212 Ampliada e o Relato conjunto das Comissões de Política e Financiamento. Aparteando, o Conselheiro
1213 Tiago falou sobre como o Código de Defesa do Consumidor havia ensinado o brasileiro a questionar
1214 seus direitos, sendo uma grande escola. Observou que ninguém havia comentado o trabalho que a
1215 presidência e a mesa diretora haviam tido sobre a comunicação visual que havia ficado muito boa,
1216 elogiando o ambiente das reuniões. Falou sobre o PL, não se tratando de sua aprovação, não tendo
1217 que se fazer nenhuma manifestação. A Presidenta agradeceu as palavras do Conselheiro Tiago,
1218 confirmadas pelos organismos que também utilizavam esse espaço. Item Apresentação da Sociedade
1219 Civil. Informou que se apresentariam a CTB; FNAPAE e UBM. O Conselheiro Carlos Rogério passou a
1220 falar sobre a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, relatando seu histórico, a
1221 legislação que a normatizava, o percentual de entidades filiadas e de trabalhadores sindicalizados.
1222 Informou os eventos realizados pela CTB, bem como sua participação na Assistência Social, sendo que
1223 aproximadamente 20% dos filiados era composto por sindicatos de servidores dos CRAS, dos CREAS,
1224 ademais de ter vários sindicatos e federações participando de Conselhos, indicando algumas
1225 situações. Informou a participação, de forma organizada, nas Conferências da Assistência Social,
1226 tendo deliberações de Congresso, defendendo o SUAS e toda essa política, além de fazer convenções
1227 coletivas tanto no setor privado, como no setor público. O Conselheiro Carlos Rogério relatou a
1228 realização de uma Plenária no estádio Pacaembu, onde definiram um projeto de desenvolvimento
1229 incluindo não só a defesa da Assistência Social, dos parâmetros de defesa de direitos, mas também de
1230 outras áreas como da Saúde, Educação, etc.. Concluindo, informou a participação de outros
1231 movimentos sociais na defesa dos direitos da população, inclusive com outras entidades que também
1232 participavam do Conselho Nacional. Na sequência, a Conselheira Marilena passou a discorrer sobre a
1233 Federação Nacional das APAEs, atualmente denominada de APAE Brasil, indicando sua data de criação
1234 e tendo como missão a promoção e articulação da defesa e dos direitos da pessoa com deficiência em
1235 todos os segmentos e áreas. Indicou que a entidade também tinha como missão disseminar os
1236 conhecimentos e passar para a população, para a Sociedade Civil o que era deficiência, discorrendo
1237 sobre essa situação. A Conselheira Marilena informou o número de APAEs no Brasil e da população
1238 que era atendida diariamente, assim como o número de profissionais e de voluntários atendendo
1239 esse segmento. Falou sobre as áreas de atuação, com exames de laboratórios primordiais para a
1240 saúde da população, e com o SUS não atendendo todos os tipos de exames, sugerindo uma discussão

1241 trazendo alguma proposta de alinhamento com a política do SUS para prevenir todas essas patologias.
1242 Falou sobre o trabalho desenvolvido pela entidade, visando a inserção da pessoa com deficiência
1243 intelectual no mercado de trabalho, assim como a importância das residências inclusivas, e a
1244 orientação e apoio à família, arrazoando sobre essa situação. Concluindo, a Conselheira Marilena
1245 indicou os Conselhos Estaduais, cada um em um estado, com todos tendo sua administração, mas se
1246 reportando à Federação Nacional, localizada em Brasília, que resolvia todas as dificuldades colocadas.
1247 A Conselheira Dóris apresentou a União Brasileira de Mulheres, com sua criação atendendo a mulher
1248 dentro do contexto social de classes, discorrendo sobre o papel desigual que a mulher ocupada em
1249 relação ao homem no trabalho. Discorreu sobre a história do feminismo emancipacionista, com a
1250 cultura reinante cultivando a diferença entre homem e mulher, e como vinha conquistando seu
1251 espaço na sociedade, participando de todos os movimentos. A Conselheira Dóris falou sobre o papel
1252 da mulher através dos tempos, com seus direitos reconhecidos, relatando os eventos realizados e os
1253 desafios existentes, mas conquistando cada vez mais seu espaço. Concluindo. Concluindo, a
1254 Conselheira Dóris destacou que a UBM vinha trabalhando contra esses preconceitos sobre a mulher,
1255 reconstruindo diariamente todos esses desafios colocados. A Presidenta agradeceu pelas
1256 apresentações, conhecendo a luta das entidades na defesa do direito socioassistencial. O Conselheiro
1257 Thiago esclareceu sobre o pátrio poder, com o Código Civil Brasileiro, de 1916, e que havia vigorado
1258 até 2002, mudando para Poder Familiar, não sendo mais o homem ou a mulher que detinha o poder
1259 familiar, mas qualquer membro da família. A Presidenta informou que todas as apresentações seriam
1260 colocadas no site ou no blog do CNAS. A Conselheira Aldenora parabenizou as apresentações, falando
1261 sobre a UBM e sua participação nos eventos da Entidade e sua luta em favor dos direitos da mulher. A
1262 Conselheira Simone falou sobre a importância da UBM e sua representação no CNAS, podendo ajudar
1263 essa área a discutir gênero e Assistência Social, falando sobre seu papel na sociedade. Com relação à
1264 apresentação das APAEs, ressaltou a omissão do Estado quanto às pessoas com deficiência,
1265 ofertando, também, saúde e educação. Observou que além da discussão da prevenção de deficiência,
1266 o Movimento teria que tratar da prevenção do abandono, da discriminação e da ausência de
1267 convivência. Ressaltou que havia que encarar a questão da deficiência como uma condição humana,
1268 tendo que se criar condições para que se efetivasse no espaço em condições de igualdade com outras
1269 condições também humanas, destacando a importância dessa entidade. Indagou sobre a
1270 Universidade, solicitando informações sobre seu funcionamento. A Conselheira Marilena informou
1271 que a UNIAPAE tinha dois anos e meio, sendo desenvolvida em parceria com as com a PUC de São
1272 Paulo e de Minas. Que contavam com uma equipe científica, acadêmica, levando através do site os
1273 assuntos levantados pela Sociedade Civil, com a participação de convidado professores de
1274 universidades. Informou que trabalhavam na plataforma de EAD, com boa adesão e com a Federação
1275 tendo uma plataforma montada e uma equipe científica que coordenava as aulas, esclarecendo como
1276 era esse procedimento e a boa repercussão existente. Informou que contavam com o apoio de novos
1277 profissionais que quisessem aderir à UNIAPAE, somando e disseminando esse conhecimento. A
1278 Conselheira Margareth parabenizou as apresentações, informando que havia um movimento em rede
1279 social, onde um lado dizia que o governo queria acabar com as APAEs, e outro apoiando, indagando
1280 qual era o posicionamento oficial do governo. A Presidenta informou que a Presidente Nacional da

1281 Federação das APAEs,emitiria uma nota informando não ter dissenso sobre a questão, com a
1282 Conselheira Marilena informando que a nota já havia sido enviada, mas esclarecendo como essa
1283 situação havia surgido. A Presidenta passou ao Item Relato da Memória da Reunião da Presidência
1284 Ampliada: *“Reunião 008/2013, Data: 17/09/2013. Conselheiros integrantes da Presidência Ampliada:*
1285 *Luziele Tapajós - Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social; Leila Pizzato - Vice-Presidente*
1286 *do Conselho Nacional de Assistência Social; Marisa Rodrigues - Coordenadora da Comissão de Normas*
1287 *da Assistência Social; José Ferreira da Crus - Coordenador da Comissão de Política da Assistência*
1288 *Social; Margareth Alves Dallaruvera - Coordenador da Comissão de Financiamento e Orçamento da*
1289 *Assistência Social; Aldenora Gomes González - Coordenadora da Comissão de Acompanhamento aos*
1290 *Conselhos de Assistência Social. Secretaria-Executiva: Maria das Mercês Avelino de Carvalho, Silvani*
1291 *Souza e Thais Pereira Braga . 1. Representação do CNA. 1.1 Indicação do CNAS para a Conferência*
1292 *Estadual de Assistência Social do Piauí a ser realizada nos dias 14 a 16 de outubro. Encaminhamentos*
1293 *da Presidência Ampliada: Submeter a indicação à Plenária do CNAS em virtude de impossibilidade de*
1294 *presença dos integrantes da Presidência Ampliada, dos coordenadores adjuntos e dos membros da*
1295 *Comissão Organizadora.” Quero só fazer logo um conserto, que nós não conseguimos falar com dois*
1296 *coordenadores adjuntos, que foi o Coordenador Anderson Miranda e a Coordenadora Simone*
1297 *Albuquerque, então se um dos dois se colocar à disposição, Anderson e Simone, tem precedência a*
1298 *qualquer outro Conselheiro. O senhor pode Conselheiro Anderson? Pois não. “1.2 Indicação do CNAS*
1299 *para a Conferência Estadual de Assistência Social do Paraná a ser realizada nos dias 16 a 18 de*
1300 *outubro. Encaminhamento da Presidência Ampliada: Indicada a conselheira Graça Prola que faz parte*
1301 *da Comissão Organizadora da IX Conferência. 2. Convites. 2.1 A FEAG, Federação das Entidades*
1302 *Assistenciais Guaçuanas, convida o Conselho Nacional de Assistência Social para proferir palestra*
1303 *sobre as principais mudanças da Assistência Social nos últimos anos e as dificuldades percebidas no*
1304 *cenário das entidades, debatendo com os participantes as melhores práticas e soluções para o*
1305 *trabalho assistencial. A sugestão é que esta palestra seja realizada em Mogi Guaçu, na sede da FEAG,*
1306 *possuindo capacidade para até 120 pessoas, em data a ser programada de forma conjunta.*
1307 *Encaminhamento da Presidência Ampliada: Tendo em vista o limite orçamentário para concessão de*
1308 *diárias e passagens em razão da agenda planejada de eventos, que o CNAS participará até a*
1309 *Conferência Nacional, agradeceremos o convite. 2.2 Convite da Escola Especial Louis Braille para o III*
1310 *Seminário - Aprendizagem, Desenvolvimento e Inclusão Social: Vidas que se transformam, nos dias 09,*
1311 *10 e 11 de outubro de 2013. O Presidente da Escola Especial Louis Braille convida o Conselheiro Volmir*
1312 *Raimondi para participar, debater e palestrar no referido Seminário durante três dias contribuindo*
1313 *com a divulgação das ações das entidades representativas de Deficientes Visuais para a Inclusão*
1314 *Social. O referido evento educacional terá a participação de toda a Região Sul. A Presidência Ampliada*
1315 *aprova a participação do Conselheiro Volmir Raimondi desde que a Escola Especial Louis Braille arque*
1316 *com as despesas de deslocamento do representante do CNAS. 2.3. Convite e Chamada de Apoio em*
1317 *Divulgação ao Ciclo de Debates Proteção e Defesa Civil da Comissão de Legislação Participativa da*
1318 *Câmara Federal. A Articulação Nacional para o Controle Social da Política de Proteção e Defesa Civil*
1319 *convida um representante do CNAS do Seminário Nacional para a Participação da Sociedade na*
1320 *Política de Proteção e Defesa Civil na mesa 2 - Formas de organização da sociedade na Proteção e*

1321 Defesa Civil - no dia 23 de setembro de 2013, às 14h na Câmara dos Deputados. A realização do
1322 evento atende à Sugestão nº 83/2013, do Conselho Federal de Psicologia, em conexão com várias
1323 entidades da sociedade civil organizada que formam a Articulação Nacional para o Controle Social da
1324 Política de Proteção e Defesa Civil. Encaminhamento da Presidência Ampliada: Foi indicado o
1325 conselheiro Fábio Bruni para representar o CNAS no Seminário. 2.4. Convite para a 4ª Edição dos
1326 Diálogos Governo - Sociedade Civil: Plano Brasil Sem Miséria. A Secretaria Extraordinária para a
1327 Superação da Extrema Pobreza convida o CNAS para a 4ª Edição dos Diálogos Governo - Sociedade
1328 Civil: Plano Brasil Sem Miséria a ser realizada no dia 19 de setembro de 2013, de 13h30 às 18h.
1329 Indicações da Presidência Ampliada: Conselheiro Anderson Miranda e a Conselheira Aldenora
1330 González. 3. Reunião Trimestral do CNAS com os Conselhos Estaduais de Assistência Social e Conselho
1331 de Assistência Social do Distrito Federal em outubro. Proposta da Presidência Ampliada: -
1332 Programação: Conferências Estaduais e Conferência Nacional; - Data: 25 de outubro em Brasília; -
1333 Participantes: um representante por Conselho; - Temas: Conferências Estaduais, fluxos, informações
1334 logísticas, datas e Sisconferência. 4. Revisão da Resolução CNAS 172/2007 - sugestão retirada da
1335 reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente da Gestão do SUAS (cópia anexa). A reunião
1336 ocorreu no dia 16/09/2013 com a participação dos Conselheiros do segmento dos trabalhadores,
1337 representantes do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS e da Secretaria Nacional de Assistência
1338 Social. Proposições da Presidência Ampliada: - Oficializar a SNAS sobre os encaminhamentos e pontos
1339 discutidos na reunião da Mesa de Negociação; - Publicar a revogação da Resolução nº 172/2007,
1340 conforme deliberação da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, referendando a Norma
1341 Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS. 5. Expediente do Ministério Público de Santa
1342 Catarina solicitando apuração de irregularidade no funcionamento dos serviços de Assistência Social
1343 no município de Corupá/SC. O Ministério Público de Santa Catarina encaminhou cópia integral da
1344 Portaria de Inquérito Civil Público nº 06.2013.00010391-1, cujo objeto é apurar irregularidade no
1345 funcionamento dos serviços de Assistência Social no município de Corupá/SC. Solicita ao Ministério do
1346 Desenvolvimento Social, com a urgência que o caso requer, a realização de auditoria visando apurar
1347 irregularidades nos serviços socioassistenciais prestados naquele município. Encaminhamentos da
1348 Presidência Ampliada: Enviar o expediente à Secretaria Nacional de Assistência Social, Secretaria
1349 Nacional de Assistência Social, para providências cabíveis e informar o Ministério Público de Santa
1350 Catarina sobre o referido encaminhamento. 6. Requerimento do Ministério da Educação de processos
1351 da área de educação para digitalização. O Ministério da Educação, por meio do Ofício nº 2838/2013 -
1352 DPR/SERES/MEC, solicita o empréstimo dos processos concernentes a entidades que prestam serviço
1353 na área da educação e que se encontram sob a guarda e responsabilidade do CNAS. Estima-se que
1354 haja por volta de 2.500 processos dessas instituições que necessitam ser digitalizados. O intento é de
1355 racionalizar os procedimentos internos e de agilizar o atendimento a demandas judiciais e a
1356 solicitação da Secretaria da Receita Federal. Encaminhamentos da Presidência Ampliada: Tendo em
1357 vista a complexidade da localização dos processos específicos no montante de aproximadamente
1358 80.000 processos sob a guarda do CNAS a sugestão é de justificar ao MEC que o CNAS irá digitalizar
1359 todos os processos administrativos arquivados neste Conselho e assim que o fizermos
1360 compartilharemos o lote com aquele Ministério. 7. Sugestão de discussão do tema "Crianças e

1361 *Adolescentes em Situação de Rua" em Reunião Ordinária do CNAS. A Organização para a Justiça e a*
1362 *Dignidade da Infância Brasileira participou do Seminário de Estruturação da Rede Nacional de Atenção*
1363 *a Criança e ao Adolescente em Situação de Rua, realizado em Brasília nos dias 14, 15 e 16 de agosto*
1364 *de 2013, no qual foi discutido sobre a realidade de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua no*
1365 *Brasil junto a suas diversas instâncias e representações da sociedade civil e do governo. Os*
1366 *participantes do seminário solicitam que o CNAS paute a discussão do tema em Reunião Ordinária de*
1367 *seu Colegiado e garantam que o mesmo desencadeie tal processo nos níveis estaduais e municipais.*
1368 *Encaminhamentos da Presidência Ampliada: Informar que o CNAS reconhece a importância da*
1369 *discussão da realidade de crianças e adolescentes em situação de rua e que o item já está sendo*
1370 *pautado no CNAS, inclusive com participação em reuniões com o CONANDA para discutir o tema. 8.*
1371 *Moção de apoio aos usuários das APAEs. A Câmara Municipal de Caxias do Sul encaminhou ao CNAS*
1372 *Moção nº 46/2013, que manifesta apoio aos usuários da APAE. A referida moção, de autoria do*
1373 *Vereador Mauro Pereira e apoiada por diversos vereadores, foi aprovada por unanimidade do Plenário*
1374 *em Sessão Ordinária realizada no dia 13 de agosto de 2013. 9. Ofício/CEAS/SETAS nº 42 do Conselho*
1375 *Estadual de Assistência Social de Mato Grosso do Sul, CEAS/MS, solicitando alteração da data do envio*
1376 *do Relatório Final da Conferência Estadual de Assistência Social para o dia 8 de novembro de 2013,*
1377 *quando a data estipulado pelo CNAS." Na verdade, é pela Relatoria. "É de 28 de outubro.*
1378 *Encaminhamentos da Presidência Ampliada: O CNAS deverá ressaltar a importância do envio do*
1379 *relatório dentro do prazo, na certeza de que aquele Conselho poderá apresentá-lo em tempo hábil. 10.*
1380 *Informe da Secretaria de Regulação e Supervisão Superior do Ministério da Educação quanto à revisão*
1381 *de processo de certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social. A Secretaria de Regulação e*
1382 *Supervisão Superior do MEC, por meio do Ofício nº 25802/2013, informa que instaurou Procedimento*
1383 *Administrativo de Supervisão de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em função*
1384 *de Ação Popular nº 5032577-8/5.2010-404.7100/RS da Fundação Beneficente Elijass Glikmanis, nos*
1385 *termos da Portaria nº 367/2013, fundamentada na Nota Técnica nº 463/2013/DPR/SERES/MEC. 11.*
1386 *Medida provisória 620/2013. Tendo em vista as dúvidas dirigidas ao CNAS de esclarecimento quanto à*
1387 *autoria da Carta elaborada e entregue pela sociedade civil do CNAS aos parlamentares sobre a*
1388 *Medida Provisória 620/2013, de 17 de setembro, a Presidência Ampliada elaborará Nota de*
1389 *esclarecimento de forma a fortalecer que a Carta é posicionamento da sociedade civil sobre o assunto*
1390 *e que o Colegiado do CNAS não possui debate e nem posicionamento conjunto deliberado em Reunião*
1391 *Ordinária sobre o assunto. Encaminhamentos: - Elaborar Nota de Esclarecimento (anexo); - Elaborar*
1392 *uma agenda de debates sobre os assuntos relacionados à MP 620/2013 aprovada no Senado federal*
1393 *no dia 17 de setembro. 12. Solicitação de autorização da Professora Eleonora Schettini, da*
1394 *Universidade Federal de Minas Gerais, de dar continuidade à entrevista iniciada em 2011 com os*
1395 *Delegados da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, assim como se coloca à disposição para*
1396 *apresentar ao CNAS os resultados parciais da pesquisa. Encaminhamentos da Presidência Ampliada: -*
1397 *A Presidência Ampliada autorizou a continuidade da pesquisa; - Convidar a pesquisadora para*
1398 *apresentar os resultados da primeira pesquisa no CNAS ou em outras ocasiões." Anexo A é a pauta da*
1399 *216ª Reunião Ordinária. "Anexo A. 216ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social,*
1400 *22, 23 e 24 de outubro. 22 de outubro de 2013 - Comissões Temáticas 9h às 16h; Reunião da Comissão*

1401 *de Financiamento e Orçamento da Assistência Social; - Reunião da Comissão de Política da Assistência*
1402 *Social; 9h às 12h - Reunião conjunta da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e Comissão de*
1403 *Normas; 16h às 18h - Reunião da Presidência Ampliada.” Aqui só para que a gente não perca, de 9h às*
1404 *16h faltou aqui, não, de 13h às 16h Comissão de Normas, porque de 09h às 16h a gente está em*
1405 *Reunião Conjunta. A gente já refaz aqui. “23 de outubro de 2013 – Plenária. 9h às 09h15 - Aprovação*
1406 *das atas da 215ª Reunião Ordinária e da pauta da 216ª Reunião Ordinária; 09h15 às 10h30 - Informes*
1407 *da Presidência/Secretaria-Executiva, MDS, CIT, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros; 10h30 às 12h -*
1408 *Relato do GT Monitoramento das Deliberações das Conferências de Assistência Social; 14h às 18h -*
1409 *Relato da Comissão Organizadora da IX Conferência Nacional de Assistência Social. 24/10 9h às 10h30*
1410 *- Relato da Presidência Ampliada; 10h30 às 12h - Relato da Comissão de Normas de Assistência Social;*
1411 *- Relato da Reunião conjunta da Comissão de Conselhos e Normas; 14h às 15h - Relato da Comissão de*
1412 *Política; 15h30 às 17h - Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos; 17h às 18h - Relato*
1413 *da Comissão de Financiamento da Assistência Social. Dia 25/10 - Reunião Trimestral do CNAS com o*
1414 *Conselho Estadual - Reunião Trimestral do CNAS com o CEAS.” Informou que o segundo anexo era a*
1415 *nota de esclarecimento. “Nota de Esclarecimento. O Conselho Nacional de Assistência Social vem a*
1416 *público informar que não debateu o tema referente a então Medida Provisória 620/2013 em seu*
1417 *Colegiado e por esta razão não deliberou sobre o assunto. Tal esclarecimento faz-se necessário em*
1418 *função da Carta divulgada no dia 17 de setembro com o posicionamento a respeito da então Medida*
1419 *Provisória 620/2013 e outras demandas relacionadas à Política de Assistência Social e que foi*
1420 *endereçada aos senhores, deputados, senadores e assessores no Congresso Nacional. Tal Carta é de*
1421 *responsabilidade dos representantes da sociedade civil que compõe o CNAS signatários do documento.*
1422 *Brasília, 19 de setembro de 2013, Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidente do CNAS, e Leila Pizzato,*
1423 *Vice-Presidente do CNAS.” A Presidenta indicou que no primeiro item havia ficado: indicação para a*
1424 *Conferência Estadual de Assistência Social do Piauí, nos dias 14 a 16, com participação do*
1425 *Coordenador Adjunto da Comissão de Financiamento, Conselheiro Anderson Miranda; e, indicação do*
1426 *CNAS para a Conferência Estadual no Paraná, a ser realizada no dia 16 de outubro, com a Conselheira*
1427 *Graça Prola com a alteração da Conselheira Dóris para Roraima. Item dois, convites enviados para a*
1428 *Presidência do CNAS sobre a Escola Especial Louis Braille, nos dias 09, 10 e 11 de outubro de 2013. O*
1429 *Conselheiro Fábio informou ter um compromisso nessa data, indicando haver um servidor que*
1430 *participava do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil e que seria indicado pela Secretaria, e a*
1431 *quem poderia falar sobre a Resolução que regulava o Serviço, o papel do Conselho Municipal na*
1432 *aprovação e no acompanhamento do Plano para as calamidades públicas, tal como haviam aprovado*
1433 *na Resolução, solicitando que constasse essa fala. A Presidenta observou que teria que ser um*
1434 *Conselheiro do CNAS, indicando que seriam consultados a participação da Conselheira Cláudia*
1435 *Faquinote, Conselheiro Ademar, Conselheira Fátima Rampim. A Conselheira Marisa informou que não*
1436 *poderia participar da Conferência do Acre, considerando o chamado do prefeito para discutir o PPA*
1437 *do município, com a Presidenta indicando que passaria o assunto para os Conselheiros da Presidência*
1438 *Ampliada e da Comissão Organizadora para verificação, com o Conselheiro Anderson informando não*
1439 *ter agenda nessa data, mas sugerindo consultar os coordenadores Adjuntos. Item três, reunião*
1440 *trimestral do CNAS com os Conselhos Estaduais, indicando a pauta: Conferências Estaduais e*

1441 Conferências Nacionais, desde questões políticas as questões logísticas, após o Pleno. Item quatro,
1442 revisão da Resolução CNAS 172/2007, com o Conselheiro José Araújo indagando o motivo dessa
1443 revogação, considerando que essa norma falava da criação da mesa. A Presidenta esclareceu que a
1444 reunião da mesa havia indicado a revisão da Resolução, o que não seria necessário, por ter sido feita
1445 pela NOB/RH e essa deliberação estando intacta e sendo cumprida com o apoio do CNAS, mas que
1446 seria bom colocar: *“Publicar revogação da Resolução considerando deliberação da VIII Conferência*
1447 *referendando a NOB/RH.”* No item cinco, expediente do Ministério Público de Santa Catarina, o
1448 Conselheiro Fábio manifestou que concordava com o encaminhamento para a Secretaria Nacional,
1449 mas que na informação para o Ministério Público de Santa Catarina deveriam reforçar que o Conselho
1450 Municipal era um agente que também podia fiscalizar também a qualidade dos serviços, o que
1451 deveria ser feito conforme competência estabelecida pela LOAS, com a Presidenta indicando ter
1452 tomado as providências. Item seis, requerimento do Ministério da Educação de processos da área da
1453 educação para digitalização, esclarecendo essa questão e com contato com o MEC para resolver essa
1454 situação posteriormente, considerando que estavam em época de Conferência. A Conselheira Simone
1455 retornou ao assunto sobre Santa Catarina, sugerindo que o melhor encaminhamento não seria
1456 mandar para a Secretaria Nacional de Assistência Social, mas sim dizer ao Ministério Público que tinha
1457 competências de acompanhar e de fiscalizar os serviços, programas, projetos e benefícios era o
1458 Conselho Municipal. A Presidenta esclareceu que o CNAS não trataria dessa apuração de
1459 irregularidades, indicando os Conselhos Municipais e Estaduais e encaminhado Ofício para a SNAS s
1460 dando conhecimento da situação. A Conselheira Simone indagou se era uma denúncia para o MDS ou
1461 para o Conselho Nacional, com a Presidenta informando ser para o Ministério, não sabendo se havia
1462 vindo para o CNAS por engano. O Conselheiro Anderson solicitou que houvesse um Pleno conjunto do
1463 CONANDA e do CNAS para tratar sobre a divisão dos trabalhos em criança e adolescente em situação
1464 de rua e adulto em situação de rua, querendo unificar muito essa luta. A Presidenta indagou se a
1465 proposta era de nos encaminhamentos agendar uma reunião conjunta com o Conselho Nacional de
1466 Direitos da Criança e do Adolescente para tratar desse assunto, com a confirmação do Conselheiro
1467 Anderson. O Conselheiro Fábio sugeriu que se apropriassem mais do assunto, sendo preciso ver como
1468 funcionava no âmbito federal para regular e orientar melhorar os serviços. O Conselheiro José da Cruz
1469 esclareceu que após discussão da Memória na Comissão de Política e Financiamento, estavam
1470 fazendo um indicativo de que o CNAS pautaria a discussão do reordenamento dos serviços não só de
1471 crianças e adolescentes, mas para outros públicos, sugerindo que essa discussão fosse feita na
1472 Comissão de Política antes de uma reunião conjunta do CONANDA com a Comissão de Política do
1473 CNAS. O Conselheiro Anderson concordou com essa proposta, considerando a importância dessa
1474 pauta para o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, principalmente para outras
1475 entidades e movimentos, devido ao aumento do serviço das crianças em situação de rua, explicando o
1476 convite ao CONANDA. A Presidenta, como encaminhamento, indicou reunião das Comissões de
1477 Política dos dois Conselhos, informando que adiantaria essa pauta com a Presidente do CONANDA,
1478 tratando de outros assuntos comuns que estavam pendentes nos Planos de Ação, de trazer também
1479 esse assunto. O Conselheiro Anderson solicitou que o CNAS oficializasse as entidades que haviam
1480 protocolado esse ofício para ficarem cientes dos procedimentos que seriam tomados. Item oitavo,

1481 moção de apoio aos usuários das APAEs., item nono, Ofício do Conselho Estadual do Mato Grosso do
1482 Sul solicitando alteração de data do envio do relatório. Informou que a Presidência Ampliada indicava
1483 que a data se mantivesse, por ter sido marcada pela Relatoria e aprovada pela Comissão
1484 Organizadora. Item décimo, Informes da Secretaria de Regulação e Supervisão Superior do Ministério
1485 da Educação quanto à revisão do processo de certificação. Item décimo primeiro, Medida Provisória
1486 620/2003. O Conselheiro José Araújo sugeriu que um representante da Secretaria-Executiva
1487 monitorasse essas propostas que envolviam a Assistência Social e que estavam no Congresso ou em
1488 outras instâncias, para que tomassem conhecimento prévio das mesmas, citando como exemplo a
1489 informação dada pela Conselheira Simone de que a Assistência Social teria que pagar Assistente Social
1490 para trabalhar na Educação. A Presidenta indicou o encaminhamento de solicitar informações sobre
1491 os Projetos de Leis e debates acerca da Assistência Social que estavam no Congresso Nacional. O
1492 Conselheiro Volmir concordou com essa sugestão, relatando terem implantado no Conselho Nacional
1493 de Saúde uma Assessoria Parlamentar, o que havia ocasionado conhecimento do que circulava na
1494 Câmara, sendo essa uma questão de atuação política do Conselho e o que deveria ser aventado para
1495 o futuro. A Presidenta observou que pensaria em uma estratégia para essa situação. Item décimo
1496 segundo, Solicitação de autorização da Professora Eleonora Schettini. Informou a presença da
1497 Professora que desde a VIII Conferência tinha um produto a apresentar ao CNAS ou em outro evento
1498 que não fosse Reunião Ordinária para apresentar essa pesquisa. A Conselheira Aldenora informou que
1499 a Professora Eleonora havia se colocado disposição para contribuir com o GT de Monitoramento,
1500 solicitando autorização para fornecer as memórias e o trabalho que o Grupo vinha realizando para
1501 essa ajuda, com a concordância da Presidenta, após o Pleno aprovar todo o trabalho do GT. A seguir,
1502 indicou na tela a programação: *9h às 16h – Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento; 9h*
1503 *às 16h – Reunião da Comissão de Política; 9h às 12h – reunião da Comissão Conjunta da Comissão de*
1504 *Acompanhamento aos Conselhos e Normas; 13h às 16h – Reunião da Comissão de Normas; Reunião*
1505 *da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos; 16h às 18h – reunião da Presidência Ampliada.”* O
1506 Conselheiro Fábio observou que já havia acontecido nessa semana a reunião da Comissão de Política
1507 e Financiamento, sendo que na explicação da Diretora Telma haviam pactuado que seria deliberada a
1508 parte dos serviços municipais e o que envolvia a regionalização, conforme pauta da próxima CIT. Que
1509 poderiam deixar previsto um período para fazer esse debate também no CNAS, ou se formalizando a
1510 pactuação na CIT, poderiam, via Secretaria, uma pauta para discutir essa questão. A Presidenta falou
1511 sobre a questão, esclarecendo a pauta relativa à Conferência Nacional, mas sendo importante rever a
1512 partir do posicionamento da CIT, com a Comissão atendendo ao CNAS imprimindo celeridade nas
1513 pactuações, ficando na dependência desse resultado. Em não havendo mais nenhuma observação, a
1514 Presidenta considerou aprovada pelo Pleno a Memória da Reunião da Presidência Ampliada de
1515 setembro de 2013. Esclareceu ao Sr. Anderson que anotariam o nome da Instituição que assinava o
1516 ofício para compor na Memória. A Conselheira Margareth solicitou acrescentar no anexo A que
1517 haviam falado na Presidência Ampliada, mas que não constava a apresentação das outras entidades,
1518 faltando duas de cada segmento, com a Presidenta solicitando que fosse colocado o nome das
1519 entidades representantes da Sociedade Civil. Item Relato da Reunião Conjunta da Comissão de
1520 Financiamento e de Política da Assistência Social, pelo Conselheiro José da Cruz: *“Reunião Conjunta*

1521 *Da Comissão de Financiamento e Política da Assistência Social Setembro 2013. Reunião 005/2013;*
1522 *Data: 17/09/2013. Conselheiros (as) Presentes: José Ferreira da Crus - Coordenador da Comissão de*
1523 *Política; Maria das Graças Soares Prola, Coordenadora Adjunta da Comissão de Política; Margareth*
1524 *Alves Dallaruvera – Coordenadora da Comissão de Financiamento; Anderson Lopes Miranda –*
1525 *Coordenador Adjunto da Comissão de Financiamento; Dóris Margareth de Jesus; Fábio Moassab*
1526 *Bruni; Jane Pereira Clemente; Márcia de Carvalho Rocha; Marcílio Marquesini Ferrari; Marilena*
1527 *Ardore; Margarida Munguba Cardoso; Maria Aparecida do Amaral Godói de Farias; Valéria da Silva*
1528 *Reis Ribeiro; Nilsia Lourdes dos Santos. Convidadas: Simone Aparecida Albuquerque - Diretora do*
1529 *Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social - DGSUAS - SNAS/MDS; Telma*
1530 *Maranho Gomes - Diretora do Departamento de Proteção Social Especial SNAS/MDS; Mariana de S.*
1531 *Machado Neris - Coordenadora Geral de Serviços de Acolhimento - SNAS/MDS. Ouvintes: Ana Lúcia*
1532 *Soares - FNTSUAS/ABRATO; Camila Fernanda Santoro; Deborah Akerman – CFP; Eleonora Schettini*
1533 *Cunha – UFMG; Isolete Magali Georg Bacca - CEAS/RS; Izabela Adjuto Cardoso – MDS; Mara Maria*
1534 *Valandro - CEAS/RS; Marcilene Raymundo; Marlene Merisse – CFESS; Maria Silva – FEBRAEDA; Marli*
1535 *A. B. Pignatari - Secretaria Municipal de Assistência Social de Votuporanga/SP; Neiva S. Cunha –*
1536 *FEBRAEDA; Raquel Carvalho Pinheiro - MDS/SNAS; Renata Cristina Neves – FEBRAEDA; Renato R. de*
1537 *Oliveira – MDS; Rosângela S. Ribeiro - Confederação Nacional de Municípios; Tânia F. Pastoela –*
1538 *FEBRAEDA; Secretária-Executiva do CNAS: Maria Auxiliadora Pereira Becchara Miranda Ana Tereza*
1539 *Gomes Mirelle Dantas Rosiely Bomfim Thalita Eleto. 1. Critérios de elegibilidade e partilha de recursos*
1540 *do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social - Capacita SUAS para os*
1541 *exercícios de 2013 e 2014: A Sra. Simone Albuquerque, Diretora da Gestão do SUAS - SNAS/MDS,*
1542 *iniciou a apresentação avaliando a 1- etapa do Programa Nacional de Capacitação do SUAS (Capacita*
1543 *SUAS), instituído pela Resolução CNAS n2 8/2012, que vem contribuindo com a gestão compartilhada*
1544 *e integrada entre os Governos Federal, Estaduais e DF na oferta de ações de capacitação e formação*
1545 *no âmbito do SUAS. A integração entre a gestão e as Instituições de Ensino Superior (IES) tem sido*
1546 *importante no aprimoramento da gestão e da qualidade da oferta dos serviços e benefícios*
1547 *socioassistenciais. Hoje, a Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS conta com*
1548 *101 instituições de ensino superior. Segundo a Diretora, no processo de pactuação da Resolução em*
1549 *epígrafe, no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), em sua última reunião, houve a*
1550 *proposição de ampliação dessa rede, possibilitando a inclusão das Escolas de Governo e dos Institutos*
1551 *Federais de educação -IFES. Todo esse esforço envolve também a sensibilização dos entes federativos*
1552 *para efetivação da educação permanente no SUAS; liberação e necessidade de se criar condições para*
1553 *seus trabalhadores participarem das ações de capacitação e de formação disponíveis no âmbito do*
1554 *Programa. Foi também apresentada pela Diretora a trajetória de implementação do CapacitaSUAS,*
1555 *que teve o início das suas atividades em Fevereiro/2012, com a Pactuação dos critérios para adesão*
1556 *dos entes ao Programa; o lançamento da Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do*
1557 *SUAS, em Julho/2012 e, neste momento, estão sendo realizadas oficinas de alinhamento pedagógico e*
1558 *de conteúdos com as IES, e a execução dos cursos em alguns estados. As metas/vagas para a primeira*
1559 *etapa do CapacitaSUAS(2013) é de 37.062 trabalhadores prioritariamente com vínculo formal*
1560 *(Estatutário/Celetista/Comissionados). Os cursos ofertados nesta primeira etapa são: Nivelamento*

1561 *(Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS e à Implementação de*
1562 *Ações do Plano Brasil Sem Miséria); • Atualização (Atualização em Indicadores para Diagnóstico e*
1563 *acompanhamento do SUAS e do BSM);e Atualização (Atualização em Gestão Financeira e*
1564 *Orçamentária do SUAS) Para a 22 etapa do CapacitaSUAS (2013/14), objeto da Resolução em anexo, a*
1565 *meta por ano é capacitar 37.062 trabalhadores prioritariamente com vínculo formal (estatutário,*
1566 *celetista e comissionados), perfazendo o total de mais de 111.186 trabalhadores do SUAS capacitados*
1567 *até 2015. Os cursos ofertados na 1ª etapa continuarão sendo ofertados na 2- etapa e novos cursos*
1568 *serão introduzidos: Introdução ao Exercício do Controle Social; Atualização sobre o Reordenamento*
1569 *dos Serviços da Proteção Social Básica do SUAS; Atualização sobre o Reordenamento dos Serviços da*
1570 *Proteção Social Especial do SUAS; Atualização em Formulação de Plano Municipal de Assistência*
1571 *Social; Atualização em Vigilância Socioassistencial; Atualização em Preenchimento dos Formulários do*
1572 *Cadastro Único; Atualização em Gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família.*
1573 *Encaminhamentos: - Submeter à aprovação do Pleno do CNAS a Resolução (anexo 1) que aprova os*
1574 *critérios de adesão e partilha de recursos do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de*
1575 *Assistência Social -CapacitaSUAS para os exercícios de 2013 e 2014. 2. Reordenamento do Serviço de*
1576 *Acolhimento de Crianças e Adolescentes: A Sra. Telma Maranhão, Diretora do Departamento de*
1577 *Proteção Social Especial - SNAS/MDS apresentou os desafios que os gestores vem imprimindo com as*
1578 *propostas de reordenamento, que envolve a adequação dos serviços de Acolhimento Institucional, da*
1579 *Proteção Social Especial de Alta Complexidade, e a efetiva coordenação e gestão da rede para a*
1580 *garantia da integralidade da Proteção Social. Foi apontado como desafio, nessa área, o controle da*
1581 *porta de entrada para os serviços de acolhimento de crianças e adolescentes, visando cumprir os*
1582 *preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), bem como a necessidade de se ter centrais*
1583 *de atendimento e acompanhamento que regulem este processo. Cabe a articulação entre o Executivo*
1584 *e o Judiciário para corrigir estas distorções e promover a desinstitucionalização dos usuários dos*
1585 *serviços de acolhimento. Diretrizes da proposta de expansão qualificada de serviços de execução*
1586 *municipal e distrital: Ampliação da capacidade de atendimento com equalização da capacidade*
1587 *instalada no território: Ampliação do valor de referência do cofinanciamento federal;*
1588 *Desconcentração de serviços em áreas de grande institucionalização, de forma a desestimular a*
1589 *cultura de acolhimento institucional; e, Maior relação entre a oferta de serviços e os municípios sede*
1590 *de comarca. No caso específico da cobertura, por regiões do país, de serviços de acolhimento*
1591 *institucional, observa-se uma grande concentração desses serviços nas regiões Sudeste e Sul e um*
1592 *déficit de serviços nas regiões Norte e Nordeste. De maneira análoga, os recursos do Piso de Alta*
1593 *Complexidade I (PAC I) também estão concentradas nessas regiões. Neste sentido, esta resolução tem*
1594 *um importante papel indutor de mudança do status que na área do acolhimento, ao aportar recursos*
1595 *adicionais da ordem de R\$ 160 milhões/ano, distribuídos em 1.201 municípios brasileiros, o que é*
1596 *fundamental para a garantia do direito à proteção social e à convivência familiar e comunitária. O*
1597 *CNAS tem um importante papel de continuar pautando a discussão do reordenamento deste serviço,*
1598 *do acolhimento para outros públicos e os desafios que os envolvem. Encaminhamento: Submeter à*
1599 *aprovação do Pleno do CNAS a Resolução (anexo 2), que trata dos critérios de elegibilidade e partilha*
1600 *dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada e do Reordenamento de Serviços*

1601 *de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens de até vinte e um anos, no âmbito dos municípios*
1602 *e Distrito Federal. Encaminhamento Geral, que foi encaminhamento dos dois pontos de pauta, que é*
1603 *disponibilizar para todos os Conselheiros e Conselheiras as apresentações utilizadas pelas duas*
1604 *convidadas, Simone Albuquerque e Telma Maranhão. José Crus, Coordenador da Comissão de Política;*
1605 *Margareth Dallaruvera, Coordenadora da Comissão de Financiamento.”* A Presidenta indicou que
1606 após passar pelos Itens leriam as Resoluções para a devida avaliação e deliberação por parte dos
1607 Conselheiros. Com relação ao item 1, sobre critérios de elegibilidade e partilha de recursos do
1608 Programa Nacional do CapacitaSUAS para os exercícios 2013 e 2014, o Conselheiro Volmir questionou
1609 sobre a acessibilidade da portfólio que seria utilizado nesses cursos ou da preparação de materiais
1610 adaptados para pessoas com deficiência nos cursos presenciais, não constando, mas devendo ser
1611 prevista. A Conselheira Marisa indagou como ficariam aqueles estados que ainda não haviam
1612 concretizado esse processo no ano de 2013 e como ficariam os recursos para 2014. A Conselheira
1613 Leila parabenizou as Comissões pelo excelente trabalho, estando na etapa às IEs, indicando o
1614 alinhamento pedagógico, necessário para o sucesso da capacitação, indagando se havia algo sobre os
1615 critérios para a distribuição dos gestores, trabalhadores do SUAS em relação aos conteúdos previstos
1616 nos cursos. O Conselheira José da Crus esclareceu que o programa induzia a execução dos planos
1617 estaduais, havendo um apoio sua execução, com cofinanciamento federal para as ações de formação
1618 e de capacitação no âmbito do SUAS, falando sobre essa parceria compartilhada e integrada com os
1619 governos estaduais para instituir a educação permanente na área. Esclareceu que a Resolução trazia
1620 os prazos para que os estados iniciassem para terem mais cofinanciamento. Observou que estavam
1621 com um processo de monitoramento, de apoio técnico junto com os governos estaduais para que o
1622 CapacitaSUAS fosse executado em todo, sendo importante que os COEGEMAS, as CIBs, os Conselhos
1623 Estaduais, acompanhassem e fizessem essa discussão no âmbito dos seus estados. Dirigindo-se ao
1624 Conselheiro Volmir observou que a Resolução tratava da acessibilidade no Artigo 5º, tratando da
1625 ABNT e de todas as normas e Portarias que tratavam da mesma para as pessoas com deficiência.
1626 Falou sobre os cursos presenciais a serem oferecidos nas instituições, e com aqueles com acesso à
1627 distância, acessíveis às pessoas com deficiência. Indicou para a Conselheira Leila que o público do
1628 CapacitaSUAS estava dado, sendo todos os trabalhadores, gestores, Conselheiros que integravam a
1629 Assistência Social. Destacou as palavras da Conselheira Simone sobre a necessidade de alcançar o
1630 público, de acordo com os critérios colocados pelo programa, com os mesmos sendo discutidos no
1631 âmbito da CIB, relatando como estava sendo tratado nos estados. A Presidenta passou à leitura do
1632 *“Anexo I – Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução de 19 de setembro de 2013. Aprovar os*
1633 *critérios de adesão e partilha de recursos do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de*
1634 *Assistência Social -CapacitaSUAS para os exercícios de 2013 e 2014. O CONSELHO NACIONAL DE*
1635 *ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS, em reunião ordinária realizada nos dias 16, 17 e 18 de setembro de 2013,*
1636 *no uso da competência conferida pelo art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica*
1637 *da Assistência Social - LOAS; CONSIDERANDO o inciso V do art. 6º da Lei nº 8. 742, de 1993, que*
1638 *estabelece como objetivo do Sistema ,Único de Assistência Social - SUAS a implementação da Gestão*
1639 *do Trabalho e a Educação Permanente na Assistência Social; CONSIDERANDO o inciso II, do art. 12, da*
1640 *Lei nº 8. 742, de 1993, que estabelece o cofinanciamento por meio de transferência automática para o*

1641 *aprimoramento da gestão, serviços, programas e projetos de assistência social em âmbito nacional;*
1642 *CONSIDERANDO o art. 24 da Lei nº 8.742, de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - - LOAS, que*
1643 *estabelece os programas de assistência social, compreendendo-os como ações integradas e*
1644 *complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e*
1645 *melhorar os benefícios e os serviços socioassistenciais; CONSIDERANDO a Lei nº 10.836, de 29 de*
1646 *janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e, dá outras providências; CONSIDERANDO o*
1647 *Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, que dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais*
1648 *do Governo Federal e dá outras providências; CONSIDERANDO o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de*
1649 *2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria; CONSIDERANDO o disposto na Política Nacional de*
1650 *Assistência Social -PNAS, aprovado pela Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do CNAS;*
1651 *CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 269, de 13 de dezembro de do CNAS, que aprova a Norma*
1652 *Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS-NOB/RH-SUAS; CONSIDERANDO o disposto na*
1653 *Resolução nº 210, de 22 de novembro do CNAS, que aprova as metas nacionais do Plano Decenal de*
1654 *Assistência Social, dentre as quais se destaca as capacitações para gestores, trabalhadores, dirigentes*
1655 *da rede socioassistencial e conselheiros visando à qualificação no atendimento às famílias com foco*
1656 *nas necessidades sociais dos territórios, conforme enfoque no texto da Política Nacional de Assistência*
1657 *Social; CONSIDERANDO a Resolução nº 8, de 16 de março de 2012, do CNAS, que institui o Programa*
1658 *Nacional de Capacitação do SUAS - CapacitaSUAS e aprova os procedimentos e critérios para adesão*
1659 *dos Estados e do Distrito Federal ao Cofinanciamento federal do Programa Nacional de Capacitação*
1660 *do SUAS -CapacitaSUAS; CONSIDERANDO o disposto na Norma Operacional Básica do SUAS -*
1661 *NOB/SUAS, aprovada pela Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do CNAS; CONSIDERANDO o*
1662 *disposto na Resolução nº 04, de 03 de março de 2013, do CNAS, que aprova a Política Nacional de*
1663 *Educação Permanente do SUAS -PNEP/SUAS; CONSIDERANDO que o item 3 da PNEP/SUAS traz como*
1664 *público dessa política os trabalhadores do SUAS com ensino fundamental, médio e superior que*
1665 *atuam, na rede socioassistencial governamental e não governamental, assim como os gestores e os*
1666 *agentes de controle social no exercício de suas competências e responsabilidades; CONSIDERANDO o*
1667 *disposto na Portaria nº 256, de 19 de março de 2010, do Ministério do Desenvolvimento Social e*
1668 *Combate à Fome - MDS, que estabelece normas, critérios e procedimentos para o apoio financeiro à*
1669 *gestão estadual do Programa Bolsa Família e dá outras providências; CONSIDERANDO o disposto na*
1670 *Portaria nº 625, de 10 de agosto de 2010, do MDS, que dispõe sobre a forma de repasse dos recursos*
1671 *do cofinanciamento federal aos Estados, Distrito Federal e Municípios e sua prestação de contas, por*
1672 *meio de sistema eletrônico no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, e dá outras*
1673 *providências; CONSIDERANDO a Portaria nº 142, de 05 de julho de 2012, do MDS, que dispõe acerca*
1674 *do Programa Nacional de Capacitação do Sistema único de Assistência Social - CapacitaSUAS;*
1675 *CONSIDERANDO as deliberações aprovadas nas Conferências Nacionais de Assistência Social, com*
1676 *objetivo de implementar a Gestão do Trabalho do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e*
1677 *capacitar Gestores, trabalhadores da rede pública e privada, e Conselheiros, RESOLVE: Capítulo I -*
1678 *Disposições Gerais. Art. 1º Aprovar metas e critérios de partilha de recursos do Programa Nacional de*
1679 *Capacitação do Sistema Único de Assistência Social- CapacitaSUAS para os exercícios de 2013 e 2014.*
1680 *Art. 2º O CapacitaSUAS deve desenvolver habilidades e potencialidades dos trabalhadores visando a*

1681 *qualificação da oferta dos serviços e benefícios, no âmbito do SUAS, para o desenvolvimento de ações*
1682 *socioassistenciais, devendo priorizar as agendas dos Planos Brasil Sem Miséria e Viver Sem Limite e do*
1683 *Programa Crack: É Possível Vencer! Art. 3º O Programa oferecerá os seguintes cursos: I - Capacitação*
1684 *Introdutória, em consonância à Política Nacional de Educação Permanente do SUAS - PNEP/SUAS,*
1685 *tendo como referência a carga horária mínima de 20 horas e máxima 40 horas, contendo: Curso de*
1686 *Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios socioassistenciais do SUAS e à implementação de*
1687 *ações do Plano Brasil Sem Miséria, destinado aos trabalhadores do SUAS de nível médio e superior;*
1688 *Curso de Introdução ao Exercício do Controle Social, destinado aos Conselheiros da Assistência Social. I*
1689 *- Capacitação de Atualização, em consonância à PNEP/SUAS, tendo como referência a carga horária*
1690 *mínima acima de 40 horas e máxima de 100 horas para os profissionais de nível superior que*
1691 *compõem o público do CapacitaSUAS. §1º O Curso de Capacitação introdutória deve ser ofertado aos*
1692 *profissionais de nível médio e superior que compõem o público do CapacitaSUAS e dispor conteúdos*
1693 *essenciais do SUAS, especialmente para as equipes dos Centro de Referência de Assistência Social -*
1694 *CRAS, que estão desenvolvendo os serviços volantes, componente da agenda do Plano Brasil sem*
1695 *Miséria, e para as equipes dos Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Centro*
1696 *de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP e Serviços de*
1697 *Acolhimento Institucional que receberam cofinanciamento federal entre 2011 e 2013. §2º O Curso de*
1698 *Capacitação de Atualização deve observar que os conteúdos serão definidos de acordo com as*
1699 *necessidades da gestão, dos serviços e benefícios socioassistenciais, prioritariamente, para as funções*
1700 *de gestão no âmbito do SUAS, quais sejam: - Curso de Atualização em Gestão Financeira e*
1701 *Orçamentária do SUAS; - Curso de Atualização em Indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento*
1702 *do SUAS e das Ações do Plano Brasil Sem Miséria; - Curso de Atualização sobre o Reordenamento dos*
1703 *Serviços de Proteção Social Básica; - Curso de Atualização sobre o Reordenamento da Proteção Social*
1704 *Especial; - Curso de Atualização em Formulação de Plano Municipal de Assistência Social; - Curso de*
1705 *Atualização em Vigilância Socioassistencial; VII - Curso sobre preenchimento dos Formulários do*
1706 *Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; VIII. - Curso de Gestão do Cadastro Único*
1707 *e do Programa Bolsa Família; Capítulo II- Requisitos e Critérios do Cofinanciamento Federal Referente*
1708 *aos Exercícios de 2013 e 2014. Art.4º Os estados e o Distrito Federal para elegerem-se ao*
1709 *cofinanciamento do CapacitaSUAS do exercício de: -2013, deverão ter assinado até 20 de novembro*
1710 *2013 o contrato, convenio ou termo de. cooperação com as instituições habilitadas e credenciadas na*
1711 *Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS, referente a execução do*
1712 *CapacitaSUAS de 2012; e, -2014, deverão ter assinado até 30 de junho de 2014 o contrato, convenio*
1713 *ou termo de cooperação com as instituições habilitadas e credenciadas na Rede Nacional de*
1714 *Capacitação e Educação Permanente do SUAS referente a execução do CapacitaSUAS de 2013. Art. 5º*
1715 *Os estados e o Distrito Federal deverão observar os seguintes critérios para adesão ao CapacitaSUAS*
1716 *nos exercícios de 2013 e 2014: - acessar o Termo de Aceite disponibilizado em aplicativo da Rede*
1717 *SUAS, no qual o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate Fome - MDS indicará o número*
1718 *máximo de vagas a serem cofinanciadas pelo Governo Federal. - indicar o número de vagas / metas*
1719 *que pretendem alcançar, em consonância as metas estabelecidas nos respectivos Pactos de*
1720 *Aprimoramento; III - comprometerem-se no Termo de Aceite em utilizaras logomarcas do Governo*

1721 *Federal e o nome do Programa: CapacitaSUAS; - designar em suas estruturas setor e equipe técnica*
1722 *responsável pela coordenação, em seu âmbito, da execução das ações previstas neste Programa; -*
1723 *deverão atender, no processo formativo, as normativas da Associação Brasileira de Normas e Técnicas*
1724 *- ABNT, o desenho universal e a Portaria do nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, do Ministério da*
1725 *Educação - MEC, que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências, para*
1726 *instruir os processos de autorização, de reconhecimento de cursos e de credenciamento de*
1727 *instituições, visando garantir acessibilidade para as pessoas com deficiência em todas as modalidades*
1728 *estabelecidas neste Programa. Art. 6º O cofinanciamento federal aos estados e Distrito Federal*
1729 *referente ao exercício de 2013 observará o número de trabalhadores existentes na rede*
1730 *socioassistencial, baseado no Censo do Sistema Único de Assistência Social - Censo SUAS 2012, o*
1731 *número de vagas/metas a ser atribuído será obtido por meio do produto do número total de*
1732 *vagas/metas pela proporção do número de trabalhadores na rede socioassistencial dos respectivos*
1733 *entes, em relação ao número total de trabalhadores da rede no país. §1º O cálculo obtido na regra*
1734 *prevista no caput deste artigo deverá observar o mínimo 250 e no máximo 2.250 vagas/metas. §2º As*
1735 *vagas/metas não aderidas serão redistribuídas de forma proporcional ao número de trabalhadores*
1736 *entre os estados e Distrito Federal que aderiram ao cofinanciamento federal. §3º Os estados e o*
1737 *Distrito Federal que obtiverem 95% (noventa e cinco por cento) do preenchimento do Censo SUAS*
1738 *anual do questionário da gestão e do conselho municipal poderão receber um acréscimo de 20% (vinte*
1739 *por cento) no valor base do cofinanciamento por capacitando. Art. 7º O cofinanciamento federal aos*
1740 *estados e Distrito Federal referente ao exercício de 2014 observará o número de trabalhadores*
1741 *existentes na rede socioassistencial, baseado no Censo SUAS 2013, o número de vagas/metas a ser*
1742 *atribuído será obtido por meio do produto do número total de vagas/metas pela proporção do*
1743 *número de trabalhadores na rede socioassistencial dos respectivos entes, em relação ao número total*
1744 *de trabalhadores da rede no país. §1º O cálculo obtido na regra prevista no caput deste artigo deverá*
1745 *observar o mínimo 250 e no máximo 2.250 vagas/metas. §2º As vagas/metas não aderidas pelos*
1746 *entes federados serão redistribuídas de forma proporcional ao número de trabalhadores entre os*
1747 *estados e Distrito Federal que aderiram o cofinanciamento federal. § 3º Os estados e o Distrito*
1748 *Federal, que obtiverem 95% (noventa e cinco por cento) do preenchimento do Censo SUAS anual do*
1749 *questionário da gestão e do conselho municipal, poderão receber um acréscimo de 10% (dez por*
1750 *cento) no valor base do cofinanciamento por capacitando. § 3º Os estados e o Distrito Federal que*
1751 *comprovarem à Coordenação-Geral da Gestão do Trabalho do SUAS do Departamento de Gestão do*
1752 *SUAS da Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS/MDS, até a data de 20 de abril de 2014, a*
1753 *instituição ou a designação de equipe responsável pelo Núcleo de Educação Permanente do SUAS,*
1754 *receberão um acréscimo de 10% do valor base do cofinanciamento por capacitando. Capítulo III- Dos*
1755 *Recursos. Art. 8º Os recursos serão destinados aos estados e Distrito Federal para execução deste*
1756 *Programa, conforme segue: I - para o exercício 2013 o montante será de R\$ 27.375.433,00 (vinte sete*
1757 *milhões, trezentos e setenta e cinco mil e quatrocentos e trinta e três reais); II - para o exercício de*
1758 *2014, o montante orçamentário observará a disponibilidade orçamentária do MDS. §1º O valor base*
1759 *do cofinanciamento federal, por capacitando, será de R\$ 600,00 (seiscentos reais); §2º Para os estados*
1760 *da região norte o valor será de R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais), por capacitando, considerando as*

1761 especificidades dessa região; §3º Os estados e o Distrito Federal poderão destinar até 5% (cinco por
1762 cento) do montante de recursos reservados para a execução deste Programa à capacitação do seu
1763 quadro próprio; §4º Os estados e o Distrito Federal terão estabelecidos pelo MDS o mínimo de 250 e o
1764 máximo 2.250 vagas/metas. Capítulo IV - Dos Planos de Ação e Prestação de Contas. Art. 9º Os
1765 estados e Distrito Federal deverão informar a meta que pretendem alcançar no ano, em consonância
1766 com os Planos Estaduais e do Distrito Federal de Capacitação do SUAS. Art. 10. Os estados deverão
1767 preencher relatório físico-financeiro na Rede SUAS/SUASWEB, informando: - o cumprimento das
1768 metas; e -os pagamentos efetuados. Capítulo V - Disposições Finais. Art. 11. A instituição de Núcleos
1769 de Educação Permanente do SUAS deve obedecer os critérios democráticos e participativos,
1770 integrando os sujeitos envolvidos na construção e implementação do SUAS e da PNEP/SUAS, devendo
1771 desenvolver as seguintes atividades: - a problematização do saber e da experiência, que resulta dos
1772 processos de implementação do SUAS; H - a produção de conhecimentos sobre os diferentes aspectos
1773 do trabalho e do controle social no SUAS; - a elaboração de diagnósticos de necessidades de
1774 qualificação dos trabalhadores; - a organização de observatórios de práticas profissionais; - a
1775 sistematização de experiências de gestão e provimento de serviços e benefícios; - o planejamento de
1776 ações de formação e capacitação; - o acompanhamento das ações de formação e capacitação
1777 realizadas; VIII - a socialização e disseminação das informações e conhecimentos produzidos
1778 por meio da realização de fóruns, jornadas, seminários, entre outros; e, IX- a validação de certificados
1779 de ações de formação e capacitação adquiridos externamente aos percursos formativos estabelecidos
1780 na PNEP/SUAS. Parágrafo único. Consideram-se sujeitos da construção e implementação do SUAS,
1781 para efeito do que trata o caput, os gestores, trabalhadores, usuários e instituições vinculadas à Rede
1782 Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS, entre outros. Art. 12. Esta Resolução entra
1783 em vigor na data de sua publicação. Luziele Maria de Souza Tapajós Presidenta do Conselho.” A
1784 Conselheira Simone sugeriu que tratassem do anexo por capítulos, com a Presidenta procedendo à
1785 indicação dos considerandos, Artigo 1º , Artigo 2º, Artigo 3º, indagando se havia algum
1786 questionamento. A Conselheira Simone observou que como a regra estabelecida nessa Resolução era
1787 de que as vagas e metas seriam redistribuídas para os governos estaduais e aqueles que não
1788 conseguissem cumprir os prazos do Artigo 4º de contratação das instituições de ensino superior até as
1789 referidas datas, as vagas e as metas seriam redistribuídas, sugerindo que depois do inciso II do Artigo
1790 4º, colocassem um Parágrafo Único deixando claro que os estados que não cumprissem os prazos
1791 estabelecidos nos incisos I e II seriam consideradas vagas e metas não aderidas, com o Artigo 6º
1792 fazendo referência que as vagas e metas não aderidas seriam redistribuída, com a Presidenta lendo o
1793 texto: “Os entes federativos que não cumprirem os prazos estabelecidos nos incisos I e II serão
1794 consideradas vagas/metas não aderidas.” Indicou o Artigo 5º, Artigo 6º, com a Conselheira Jane
1795 observou que trazia que as vagas seriam calculadas através do que falava sobre o número de
1796 trabalhadores do Censo SUAS 2013, registrando que os trabalhadores da rede privada do SUAS não
1797 estavam no Censo SUAS 2012, apenas os trabalhadores da rede pública do SUAS, solicitando uma
1798 sugestão, sendo preciso voltar com os dados da rede privada para o Censo SUAS, senão não teriam
1799 nem parâmetro de debate,por não conhecer o seu universo. A Conselheira Simone reiterou que a
1800 partir do próximo ano toda a rede do SUAS, estará no Censo e que estavam fazendo parâmetros de

1801 cofinanciamento, esclarecendo os procedimentos utilizados com o PAIF. Informou a criação de
1802 parâmetros com informações estabelecidas nacionalmente estabelecidas, utilizando o Censo para
1803 dividir as vagas dos trabalhadores por estados, o que não significaria que o curso não teria
1804 trabalhadores da rede privada, com 80% dos trabalhadores do serviço de acolhimento sendo da rede
1805 privada, e 50% dos trabalhadores do serviço de convivência da rede privada. Destacou que não havia
1806 nenhum interesse do MDS, da Comissão Intergestora ou dos gestores de excluir nenhum dos
1807 trabalhadores, pois todos eram do SUAS. A Conselheira Jane manifestou a preocupação de todos na
1808 inserção de os trabalhadores da Rede Socioassistencial como um todo, deixando registrado que com o
1809 Censo SUAS 2013 estariam com toda a Rede novamente no Censo, o que pautaria todos os seus
1810 planejamentos para as suas Redes em todas as suas ações, não apenas na capacitação, mas também
1811 na inclusão de programas, projetos, serviços e de tudo que os normatizava e compunha a Política de
1812 Assistência Social. O Conselheiro Thiago ratificou a fala da Conselheira Jane, manifestando-se
1813 contemplado com as colocações da Conselheira Simone, considerando importante a participação do
1814 setor privado no Censo SUAS, considerando a categoria que representava. A Presidenta lembrou que
1815 fazia pouco tempo não tinham informações sobre nenhum trabalhador, com o Censo SUAS crescendo
1816 desde 2007, registrando e parabenizando a Conselheira Simone sendo esse o único Conselho que
1817 possuía uma pesquisa anual sobre o controle social do SUAS. O Conselheiro José Araújo ponderou que
1818 de acordo com as falas anteriores, o Artigo 6º precisaria ser reformulado para contemplar a rede
1819 complementar, o que não indicava. A Conselheira Simone observou ser um critério de partilhar os
1820 recursos para os governos estaduais, não para quem participaria do Programa, com o CNAS podendo
1821 determinar se o tema fosse da Assistência Social. Ressaltou que não poderia permitir que fossem
1822 estabelecidos outros critérios de partilha, sendo que primeiro teriam que rodar para ver se havia
1823 orçamento, com qualquer critério novo que fosse colocado, mudaria toda a questão, mas
1824 entendendo a preocupação dos Conselheiros quanto ao cesso dos trabalhadores ao Programa.
1825 Destacou que se não considerassem claro quanto ao acesso dos trabalhadores, o CNAS poderia fazer
1826 alguma determinação, mas garantia que esse critério era para partilhar recurso e não para acesso dos
1827 trabalhadores ao Programa Nacional de Capacitação. O Conselheiro José da Crus ressaltou que a
1828 aliança da gestão do trabalho era com todos os trabalhadores do SUAS, independente se estaria na
1829 rede pública, privada ou estatal. Indicou que, conforme o pedido da Conselheira Jane, havia incluído o
1830 13º considerando nessa Resolução, reiterando que o critério era de partilha: *“Considerando que o*
1831 *item 3 da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS traz como público dessa política os*
1832 *trabalhadores do SUAS com ensino fundamental, médio e superior e que atuam na Rede*
1833 *Socioassistencial Governamental e não governamental, assim como os gestores, os agentes de*
1834 *controle social no exercício de suas competências e responsabilidades.”* O Conselheiro Fábio
1835 manifestou-se contemplado, com a Conselheira Leila indicando o texto correspondente e
1836 questionando que se nesse Censo não constavam os trabalhadores da rede privada, o número de
1837 trabalhadores em que os cálculos se baseariam, estaria diferente, excluindo um número significativo,
1838 solicitando esclarecimentos. A Conselheira Simone esclareceu que esse Programa, apesar de
1839 importante, não atingiria todos os trabalhadores do SUAS, tendo que permanecer ainda um tempo
1840 para se isso fosse alcançado., indicando o material em tela e com o Conselheiro José da Crus

1841 procedendo à leitura do número de trabalhadores que seriam atingidos com essa proposta. O
1842 Conselheiro Volmir indagou quem eram os trabalhadores sem vínculo no CRAS, com o Conselheiro
1843 José da Crus esclarecendo que eram aqueles contratados de outras formas. Prosseguindo o
1844 Conselheiro José da Crus indicou os números de trabalhadores capacitados até 2015, com a
1845 Conselheira Simone ,ressaltando que atingiram muitos trabalhadores com essas metas, sendo que a
1846 partir do próximo ano o objetivo era atender mais ainda, esclarecendo como os cursos à distância
1847 atingiriam grande número. Informou que a SAGI estava trabalhando no curso de Conselheiros para
1848 que pudessem participar na educação à distância, atingindo o maior número de trabalhadores que
1849 fosse possível. A Conselheira Jane manifestou-se contemplada, mas sentindo que a base dos
1850 trabalhadores que estavam na sua Bancada Sindical estavam sendo excluídos, falando sobre a
1851 situação. Observou que gostaria que fosse corrigido na Resolução e colocado como estava na LOAS,
1852 abrangendo a Rede pública e privada do SUAS, com esses trabalhadores sendo considerados como os
1853 demais. O Conselheiro Ademar observou que a dúvida era que nos critérios de distribuição de partilha
1854 se considerassem apenas os trabalhadores do serviço público poderia haver distorções nesse critério,
1855 mas acreditando que com a construção desse processo se atingiria o universo dos trabalhadores.
1856 Indicou que havia uma afirmação que estimulava ou exigia de parte dos Conselhos que respondessem
1857 mais integralmente o Censo SUAS, com valorização daqueles que conseguiam atingir 95% de
1858 informação, com o Censo SUAS recolhendo cada vez mais dados que abrangiam esse universo.
1859 Ressaltou que os dados existentes sobre os trabalhadores da rede não governamental, eram de 2011,
1860 não trazendo informações muito precisas, indicando o receio das organizações sobre esses dados,
1861 mas acreditando que se estava trabalhando para a inclusão total dos trabalhadores. A Conselheira
1862 Margareth observou que sua entidade não representava os trabalhadores da rede privada, chamando
1863 para a reflexão e destacando que o CNAS deveria fazer um debate sobre quem eram os
1864 trabalhadores, com a sua defesa sendo feita por aqueles que operavam a política, independente do
1865 seu vínculo empregatício. O Conselheiro José da Crus, dirigindo-se à Conselheira Jane, esclareceu que
1866 o considerando colocado havia sido copiado da Resolução nº 04 do CNAS. Informou a conversa do dia
1867 anterior sobre ter uma Resolução, algo que melhorasse a terminologia para tratar o governamental e
1868 não governamental ou privado ou público. A Presidente indicou o Artigo 7º, Capítulo III – Dos
1869 recursos, iniciando o Artigo 8º, Artigo 9º, Artigo 10, Artigo 11, com o Conselheiro José da Crus
1870 solicitou colocar: a instituição do Núcleo de Educação Permanente do SUAS, de que tratava o § 3º do
1871 Artigo 7. Em não havendo mais nenhuma colocação, a Presidenta passou à votação por voto
1872 qualificado: Conselheiro Anderson: “Pelo debate qualificado e a importância, Presidenta, de que
1873 quanto mais trabalhadores e trabalhadoras capacitados melhor para o SUAS, meu voto é sim,
1874 parabenizo a todas as equipes pela Resolução sim”. Conselheiro Volmir: “Voto pela aprovação e
1875 parabenizando o trabalho da... Voto pela aprovação, considerando e agradecendo e elogiando o
1876 trabalho das duas Comissões que trabalharam na Resolução”. Conselheira Simone: “Pela aprovação e
1877 agradecendo pela paciência e a confiança desse Conselho”. Conselheiro Fábio: “Pela aprovação”.
1878 Conselheira Léa: “Pela aprovação”. Conselheira Fátima: “Pela aprovação”. Conselheira Graça Prola:
1879 “Pela aprovação”. Conselheira Jane: “Pela aprovação”. Conselheira Márcia: “Pela aprovação”.
1880 Conselheira Marisa: “Parabenizando aqui ambas Comissões, dizer que nós aprovamos na íntegra essa

1881 Resolução e de que eu me sinto Conselheira e representante aqui dos municípios nesse colegiado,
1882 plenamente contemplado e segura de que todos os trabalhadores estarão incluídos na Rede
1883 Socioassistencial, tanto da governamental, como não governamental. Sem dúvida essa Resolução, ela
1884 esclarece e nós apoiamos na íntegra”. Conselheiro Ademar: “Pela aprovação”. Conselheira Aldenora:
1885 “Parabenizar aqui a Coordenação e eu quero parabenizar principalmente por enxergar aqui no
1886 capítulo III dos recursos a distribuição desse cofinanciamento respeitando as especificidades da região
1887 Norte, então pela aprovação”. Conselheira Maria Aparecida Godoi: “Pela aprovação”. Conselheira
1888 Margareth: “Pela aprovação”. Conselheiro José Crus: “Pela aprovação dessa importante Resolução
1889 para todos os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social”. Conselheira Vice-Presidenta
1890 Leila: “Primeiramente eu quero cumprimentar as duas Comissões pelo excelente trabalho que
1891 realizaram, quero reafirmar entre as tantas vezes que já o fiz a importância do que está se fazendo
1892 aqui hoje e o que é importante que os trabalhadores sejam, trabalhadores, gestores, operadores do
1893 Sistema Único sejam capacitados, porque isso depende a qualificação daquilo que é feito. Mas quero
1894 dizer também que eu só vou entender que nós vamos caminhar efetivamente nessa direção no dia
1895 que a gente completar o sistema como um todo, e tanto o que é realizado pela primazia do Estado, e
1896 que nós defendemos, como por aquilo que é complementar. E isso a gente ainda não ver, a gente ver
1897 na fala, mas não ver no escrito. Então eu quero encerrar a minha fala aprovando essa Resolução com
1898 muita alegria, porque é o começo de uma história que vai se fazer com muita seriedade e com muito
1899 dignidade e com muita competência dizendo o seguinte: “É fundamental diminuir a distância entre o
1900 que se diz e o que se faz, de tal maneira que em um dado momento a sua fala seja a sua prática. Paulo
1901 Freire.” Conselheira Presidenta Luziele: “Eu quero me manifestar pela aprovação da Resolução
1902 parabenizando a Conselheira Margareth, Coordenadora da Comissão de Financiamento e seus
1903 membros, parabenizando o Coordenador José Crus, Coordenador da Comissão de Política e seus
1904 membros, quero me manifestar pela aprovação cumprimentando o Departamento de Gestão do
1905 SUAS, que teve um intenso trabalho de pesquisa para fazer e também de luta política para fazer esse
1906 momento acontecer. E quero dizer que o SUAS, ele só é SUAS enquanto tal hoje porque nós somos
1907 um SUAS, nós não somos dois SUAS. E nisso, e é nesse espelho, nesse cotidiano, como diria a
1908 Professora disse Koga, não é Valéria? Nesse real e nesse, nesse chão e nesse cifrão é que essa
1909 Resolução e todas as outras questões serão amadurecidas e serão certamente resolvidas. Esse
1910 Conselho Nacional está absolutamente de parabéns, e, sobretudo, gostaríamos também, Conselheiro
1911 José Araújo, que o senhor portasse os nossos cumprimentos à Comissão Intergestores Tripartite com
1912 relação a isso. Não há no SUAS ninguém, nem nada excluindo, ao contrário, o SUAS, ele é inclusão de
1913 todas as áreas e de todas as partes. Muito obrigada”. Realizada a votação, O Pleno aprovou a
1914 Resolução por maioria absoluta. O Conselheiro Anderson justificou sua retirada da reunião,
1915 considerando ter outros compromissos funcionais. ENCERRAMENTO. A Presidenta encerrou a reunião
1916 para o almoço, solicitando que retornassem às 14h15. ABERTURA. Reiniciando a reunião, a Presidenta
1917 procedeu à leitura da segunda Resolução, trazida pela Comissão de Financiamento e pela Comissão
1918 de Política: *“Anexo 2 - A Resolução tal de setembro de 2013. Aprovar critérios de elegibilidade e
1919 partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada e do Reordenamento de
1920 Serviços de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens de até 21 anos, no âmbito dos*

1921 municípios e Distrito Federal. O Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, em reunião ordinária
1922 realizada nos dias 16, 17 e 18 de setembro de 2013, no uso da competência conferida pelo art. 18 da
1923 Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS; Considerando a Lei
1924 nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS;
1925 Considerando a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do
1926 Adolescente - ECA; Considerando o Plano Brasil Sem Miséria, instituído pelo Decreto nº 7.492, de 2 de
1927 junho de 2011, cujo fundamento é superar a situação de extrema pobreza da população em todo o
1928 território nacional por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações; Considerando
1929 a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, aprovada pela Resolução nº 145, de 15 de outubro de
1930 2004, do CNAS, que dispõe sobre as diretrizes e princípios para a implantação do Sistema Único da
1931 Assistência Social - SUAS; Considerando a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema
1932 Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS, aprovada pela Resolução nº 269, de 13 de dezembro de
1933 2006, do CNAS; Considerando o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças
1934 e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, aprovado pela Resolução Conjunta nº 1, de 13
1935 de dezembro de 2006, do CNAS, e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente -
1936 CONANDA; Considerando as Diretrizes de Cuidados Alternativos à Criança, aprovada pelo Conselho
1937 dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas em 15 de junho de 2009; Considerando o
1938 documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, aprovado
1939 pela Resolução Conjunta nº 01, de 18 de junho de 2009, do CNAS e do CONANDA; Considerando a
1940 Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução nº 109, de 11 de
1941 novembro de 2009, do CNAS; Considerando a Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011, que ratifica a
1942 [equipe.de](#) referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único
1943 de Assistência Social - NOB-RH/SUAS e reconhece as categorias profissionais de nível superior para
1944 atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do
1945 Sistema Único *de Assistência Social - SUAS; Considerando o Pacto de Aprimoramento do SUAS,
1946 aprovado pela Resolução nº 18, de 15 de julho de 2013, do CNAS; RESOLVE: CAPÍTULO I - Conceitos e
1947 Parâmetros dos Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens. Art. 1º Aprovar
1948 critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada
1949 ou reordenamento de Serviços de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens de até vinte e um
1950 anos de idade no âmbito dos municípios e Distrito Federal. Parágrafo único. Entende-se por: I -
1951 expansão qualificada a implantação de novos Serviços de Acolhimento de acordo com as normativas
1952 vigentes. II - reordenamento o processo gradativo que envolve a gestão, as unidades de oferta do
1953 serviço e os usuários, visando à qualificação da rede de Serviços de Acolhimento existentes e a
1954 adequação desses às normativas vigentes. Art. 2º Os serviços de acolhimento, objeto da presente
1955 Resolução, são aqueles definidos e regulados pela Resolução Conjunta nº 01, de 18 de junho de 2009,
1956 do Conselho Nacional da Assistência Social - CNAS, e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e
1957 do Adolescente -CONANDA, e pela Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do CNAS, a saber: I -
1958 Serviços de Acolhimento Institucional ofertados nas modalidades de: abrigo institucional para crianças
1959 e adolescentes, com capacidade máxima de 20 (vinte) acolhidos; casa-lar para crianças e
1960 adolescentes, com capacidade máxima de 10 (dez) acolhidos; - Serviços de Acolhimento em Família

1961 Acolhedora, com limite máximo de 15 (quinze) famílias acolhedoras para cada equipe técnica do
1962 serviço e com capacidade de acolhimento de uma criança ou adolescente por família, exceto quando
1963 se tratar de grupo de irmãos, situação em que esse número poderá ser ampliado; - Serviços de
1964 Acolhimento em República para jovens de até 21 anos, com capacidade máxima de 6 (seis) acolhidos.
1965 CAPÍTULO II - Dos Critérios de Elegibilidade. Art. 3º Poderão receber os recursos do cofinanciamento
1966 federal dos serviços de acolhimento de que trata o art. 2º desta Resolução os municípios e Distrito
1967 Federal que realizarem o aceite, assumindo os compromissos e as responsabilidades dele decorrentes,
1968 e atenderem aos seguintes critérios pactuados: I. - municípios com população igual ou superior a 50
1969 (cinquenta) mil habitantes, que sejam sede de Comarca e que não ofertem Serviços de Acolhimento
1970 para Crianças e Adolescentes e Jovens; e – II - que ofertem serviços de acolhimento para crianças e
1971 adolescentes e jovens e possuam: população superior a 20.000 (vinte mil) habitantes que tenham
1972 formalizado o aceite para implantação do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e do
1973 Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS; população inferior a 20.000 (vinte
1974 mil) habitantes que tenham formalizado o aceite para implantação do CRAS e recebam
1975 cofinanciamento do Piso Alta Complexidade I - PAC I; §1º Para referência de identificação dos serviços
1976 de acolhimento às crianças, adolescentes e jovens serão utilizados os dados do Censo do Sistema
1977 Único de Assistência Social - Censo SUAS 2012 e do Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes
1978 em Serviços de Acolhimento, de 2009. §2º A identificação da implantação de CRAS e CREAS dar-se-á
1979 por meio do Censo SUAS 2012 ou do Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social -
1980 CadSUAS, independentemente da fonte de financiamento. Art. 4º Os estados enviarão ao MDS, em até
1981 30 (trinta) dias a partir da pactuação da CIT, ocorrida no dia 5 de setembro de 2013, as informações
1982 referentes aos serviços executados pela gestão estadual, de forma direta ou indireta, em parceria com
1983 entidades de assistência social, contendo: - o número de serviços existentes com a respectiva
1984 capacidade de atendimento; - a indicação dos municípios nos quais há oferta de serviços; e III - a
1985 indicação dos municípios das famílias de origem das crianças e adolescentes. Parágrafo único. A
1986 oferta a ser disponibilizada aos municípios será ajustada a partir das informações enviadas pelo
1987 estado em relação à execução de serviços por aquele ente e ao processo de municipalização ou
1988 regionalização pactuado na CIT. CAPÍTULO III - Da Implantação e do Reordenamento dos Serviços de
1989 Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens. Art. 5º As novas unidades implantadas para oferta
1990 de serviços de acolhimento deverão observar as capacidades de atendimento dispostas no art.2º e as
1991 normativas vigentes. Art. 6º Os gestores municipais e do Distrito Federal que já desenvolvem serviços
1992 de acolhimento deverão reordená-los conforme preveem as Orientações Técnicas: Serviços de
1993 Acolhimento para Crianças e Adolescentes, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e a
1994 Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS- NOB-RH, assim como deverão elaborar e
1995 executar Plano de Acolhimento. Art. 7º O reordenamento dos serviços de acolhimento envolve as
1996 seguintes dimensões: - porte e estrutura, que compreende: adequação da capacidade de atendimento,
1997 observados os parâmetros de oferta para cada modalidade, com redução anual de no mínimo 14 do
1998 número de crianças e adolescentes que ultrapasse o limite estabelecido em cada serviço; condições
1999 satisfatórias de habitabilidade, salubridade e privacidade; localização do imóvel em áreas residenciais,
2000 com fácil acesso ao transporte público, cuja fachada não deve conter identificação externa; e

2001 *acessibilidade. - recursos humanos, que compreende as equipes de referência, conforme previsão na*
2002 *NOB-RH/SUAS e Resolução CNAS nº 17/11; - gestão do serviço, que compreende: elaborar o projeto*
2003 *político-pedagógico do serviço; elaborar, sob a coordenação do órgão gestor, e implementar as ações*
2004 *de reordenamento propostas no Plano de Acolhimento; e inscrever-se nos respectivos conselhos de*
2005 *assistência social e no conselho de direitos da criança e do adolescente. - metodologias de*
2006 *atendimento, que consiste em: elaborar o Plano Individual de Atendimento de cada criança e*
2007 *adolescente; elaborar e enviar ao Poder Judiciário relatórios semestrais de acompanhamento de cada*
2008 *criança e adolescente; atender os grupos de irmãos sempre que houver demanda; manter prontuários*
2009 *individualizados e atualizados de cada criança e adolescente; e selecionar, capacitar de forma*
2010 *presencial e acompanhar no mínimo mensalmente as famílias acolhedoras para o serviço ofertado*
2011 *nessa modalidade. f) acompanhar as famílias de origem das crianças e adolescentes nos CRAS, por*
2012 *meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF, e nos CREAS, por meio do Serviço*
2013 *de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, conforme situações*
2014 *identificadas; V - gestão da rede, que compreende: elaborar diagnóstico socioterritorial e Plano de*
2015 *Acolhimento com previsão de estratégias de reordenamento ou implantação de novas unidades de*
2016 *oferta; gerir as capacidades de atendimento dos serviços e apoiá-los; estabelecer fluxos e protocolos*
2017 *de atenção, na aplicação da medida protetiva aplicada pelo poder judiciário, que fortaleçam o papel*
2018 *da gestão da Assistência Social na coordenação dos encaminhamentos para os serviços de*
2019 *acolhimento; gerir e capacitar os recursos humanos; e articular com os serviços da rede*
2020 *socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os órgãos de defesa de direitos. Parágrafo*
2021 *único. Em hipótese alguma, as ações de reordenamento poderão justificar a perda da qualidade dos*
2022 *serviços já prestados a partir das dimensões supracitadas. Art. 8º São responsabilidades dos gestores*
2023 *municipais e do Distrito Federal: I- realizar diagnóstico socioterritorial sobre a demanda e a oferta de*
2024 *serviços de acolhimento executados pelo poder público ou em parceria com as entidades de*
2025 *assistência social; - elaborar, de forma participativa e democrática, e implementar o Plano de*
2026 *Acolhimento com ações e metas de implantação ou reordenamento de serviços e adequação da rede,*
2027 *conforme a necessidade, priorizando a implantação de novas modalidades, com ênfase, no caso de*
2028 *crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos, na garantia de oferta de acolhimento familiar, conforme*
2029 *preconizado nas Diretrizes de Cuidados Alternativos à Criança; - cofinanciar, de acordo com a*
2030 *disponibilidade orçamentária, os serviços de acolhimento, em observância ao Plano de Acolhimento; -*
2031 *ofertar capacitação para as equipes dos serviços de acolhimento; - assegurar o acompanhamento das*
2032 *famílias das crianças, adolescentes e jovens acolhidos por meio do PAIF ou PAEFI por todo o período*
2033 *do acolhimento e pelo menos seis meses após a possível reintegração familiar da criança, do*
2034 *adolescente e do jovem; - realizar a gestão dos encaminhamentos para os serviços de acolhimento em*
2035 *diálogo com o sistema de justiça; - articular o atendimento das crianças, adolescentes, jovens e suas*
2036 *famílias com serviços da rede socioassistencial e com as demais políticas públicas; e VIII- reportar as*
2037 *informações sobre o processo de reordenamento e implantação ao órgão gestor estadual e, quando*
2038 *solicitado, ao MDS. §1º Os municípios e Distrito Federal que possuem número significativo de*
2039 *adolescentes sem vínculos familiares prestes a completar 18 (dezoito) anos acolhidos em Serviços de*
2040 *Acolhimento para Crianças e Adolescentes devem priorizar estratégias de fortalecimento da*

2041 *autonomia e vida independente para esses jovens, incluindo a implantação de repúblicas para jovens.*
2042 *§2º Os municípios de grande porte e metrópoles deverão garantir equipe de supervisão e apoio aos*
2043 *serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, conforme previsto nas Orientações Técnicas,*
2044 *tendo, dentre outras atribuições: I- gerir os encaminhamentos para os serviços de acolhimento em*
2045 *diálogo com o sistema de justiça; II - acompanhar os diferentes serviços de acolhimento no território; e*
2046 *III- articular com as demais políticas públicas, a fim de garantir o cumprimento das normativas*
2047 *vigentes. Art. 9º São responsabilidades dos gestores estaduais: - prestar apoio técnico e financeiro,*
2048 *observada a disponibilidade orçamentária, aos municípios no processo de reordenamento de suas*
2049 *redes de acolhimento ou implantação de novos serviços de acolhimento, de acordo com suas*
2050 *disponibilidades orçamentárias; - ofertar capacitação para as equipes da gestão municipal e dos*
2051 *serviços de acolhimento por meio do CapacitaSUAS e demais iniciativas de capacitação; e III -*
2052 *sistematizar as informações sobre o processo de reordenamento e implantação dos serviços nos*
2053 *municípios do seu território e encaminhá-las ao MDS. Art. 10. São responsabilidades do Ministério do*
2054 *Desenvolvimento Social e Combate à Fome: I - cofinanciar, de acordo com a presente Resolução e*
2055 *dentro de seus limites orçamentários, o processo de reordenamento e expansão dos serviços de*
2056 *acolhimento, em conformidade com as normativas do SUAS; II - apoiar tecnicamente os estados,*
2057 *Distrito Federal e municípios no processo de expansão e reordenamento dos serviços de acolhimento; -*
2058 *sistematizar as informações e registros oriundos dos serviços ofertados; e - apoiar as ações de*
2059 *capacitações dos gestores do Distrito Federal e dos estados para a oferta dos serviços de acolhimento*
2060 *de crianças, adolescentes e jovens. CAPÍTULO IV - Do Cofinanciamento. Art. 11 - O cofinanciamento*
2061 *federal para oferta de Serviços de Acolhimento de Crianças, Adolescentes e Jovens dar-se-á por meio*
2062 *do PAC I, observando os valores de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para capacidade de atendimento de*
2063 *até 10 (dez) pessoas. §1º O aumento na capacidade de atendimento no montante de até 10 pessoas*
2064 *será proporcional ao do cofinanciamento no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). §2º Para*
2065 *implantação de novos serviços, a capacidade de atendimento máxima será limitada a razão de 0,75*
2066 *por 1.000 crianças e adolescentes da população daquela localidade. §3º A capacidade de atendimento*
2067 *máxima a ser cofinanciada será limitada na razão de 1 por 1.000 crianças e adolescentes na*
2068 *população daquela localidade, limitando-se o cofinanciamento federal à capacidade instalada de*
2069 *atendimento máxima de 1.500 por município. §4º A capacidade atendimento mínima a ser*
2070 *cofinanciada será fixada a partir da razão de 0,5 por 1000 crianças e adolescentes na população da*
2071 *localidade. §5º Em todos os casos previstos nesta Resolução, a capacidade de atendimento*
2072 *cofinanciada não será menor do que 10 (dez) vagas por município ou Distrito Federal. Art. 12. O limite*
2073 *de serviços cofinanciados pelo MDS levará em consideração a disponibilidade orçamentária. CAPÍTULO*
2074 *V Dos Prazos e Procedimentos. Art.13. O início do repasse de recursos da expansão do*
2075 *cofinanciamento federal dar-se-á no mês subsequente ao preenchimento do Termo de Aceite. §1º O*
2076 *termo de aceite incluirá os compromissos e responsabilidades dele decorrentes. §2º Após sua devida*
2077 *formalização, o Termo de Aceite passará a integrar o Plano de Ação do respectivo município e Distrito*
2078 *Federal. Art.14. O Plano de Acolhimento é o instrumento de planejamento da gestão municipal ou do*
2079 *Distrito Federal que contém ações, estratégias, metas e cronograma, visando a adequação da oferta*
2080 *de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes no território, devendo englobar o*

2081 *reordenamento dos serviços que estiverem em desacordo com os parâmetros legais, a implantação de*
2082 *novos serviços e/ou novas modalidades de serviços. §1º O Plano de Acolhimento deverá ser elaborado*
2083 *pele gestor local em até seis meses após a formalização do aceite ao cofinanciamento de que trata*
2084 *esta Resolução e conter estratégias e prazos estabelecidos para serem concluídos até dezembro de*
2085 *2017. §2º O Plano de Acolhimento municipal deverá ser encaminhado ao órgão gestor estadual e, no*
2086 *caso do Distrito Federal, ao MDS. §3º Os gestores dos municípios e do Distrito Federal deverão*
2087 *apresentar Plano de Acolhimento para ciência e acompanhamento pelos respectivos Conselhos de*
2088 *Assistência Social, dispondo, necessariamente, sobre as estratégias para adequação dos serviços, em*
2089 *conformidade com as dimensões estabelecidas no art. 7º da presente Resolução. Art.15. A*
2090 *continuidade do repasse de recursos federais para oferta dos Serviços de Acolhimento, de que trata o*
2091 *art. 2º, observará a demonstração da implantação dos novos serviços e do reordenamento dos*
2092 *existentes. Art. 16. Os estados deverão realizar o monitoramento e o acompanhamento da*
2093 *implantação das novas unidades, do reordenamento e da oferta dos serviços, conforme aceite*
2094 *realizado nos termos desta Resolução, observando os prazos estipulados. §1º Os estados realizarão os*
2095 *devidos registros de monitoramento e acompanhamento em aplicativo posteriormente disponibilizado*
2096 *pele MDS. §2º No caso do Distrito Federal, o monitoramento e o acompanhamento será- realizado*
2097 *diretamente pelo MDS. Art.17. Os municípios e Distrito Federal que aderirem ao processo de expansão*
2098 *e reordenamento dos serviços descritos na presente Resolução deverão registrar as informações sobre*
2099 *todos os serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens nos sistemas a serem*
2100 *disponibilizados pelo MDS. Art. 18. O MDS disponibilizará no sítio eletrônico a lista de municípios e*
2101 *Distrito Federal que atendem aos critérios previstos nesta Resolução. Art. 19. Esta Resolução entra em*
2102 *vigor na data de sua publicação. Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do Conselho.” A*
2103 *Conselheira Leila sugeriu algumas alterações nos considerandos, consertando o texto, assim como o*
2104 *Conselheiro Fábio. No Capítulo I, Artigo 1º, o Conselheiro José da Cruz indicou no inciso I ser expansão*
2105 *qualificada dois pontos e inciso II – Reordenamento dois pontos. No Artigo 2º, a Conselheira Maria*
2106 *das Graças indagou qual a diferença entre abrigo institucional e Casa-Lar, se essa se referia às*
2107 *experiências das aldeias infantis e que impactava na figura da mãe social. A Conselheira Marisa*
2108 *indicou no B, “Casa-Lar para crianças e adolescentes com capacidade máxima de 10 acolhidos.” No*
2109 *inciso II, sobre serviços de acolhimento em família acolhedora, indagou se essa casa-lar substituiria as*
2110 *Casas de Passagem, com a Resolução trazendo o serviço de acolhimento em Família Acolhedora*
2111 *indagando como isso seria feito nos municípios que podiam fazer uma correlação de pactuação com o*
2112 *estado, para ver o resultado. Após mais algumas observações, gostariam de esclarecer se o*
2113 *entendimento da Casa-Lar poderiam ser as aldeias ou estavam no mesmo contexto das Casas de*
2114 *Passagem, indagando se entraria em outro inciso. A Conselheira Maria das Graças observou que não*
2115 *poderiam esquecer a tipificação já existente. A Conselheira Simone ponderou que estavam*
2116 *reordenando os serviços tipificados, com a tipificação colocando serviços da proteção especial de alta*
2117 *complexidade, atendendo crianças, adolescentes e jovens, conforme trazia a Resolução., discorrendo*
2118 *sobre os serviços que os atendiam e como deveriam ser organizados, o serviço de acolhimento em*
2119 *Família Acolhedora e suas condições, como o acompanhamento da família, mas que não existia*
2120 *serviço tipificado de Casa de Passagem. A Conselheira Maria das Graças indicou no Artigo 2º, que o*

2121 Estatuto da Criança e Adolescente normatizava a não separação de grupos de irmãos, sendo que na
2122 Resolução só estava normatizado para o serviço de acolhimento em Família Acolhedora, para o abrigo
2123 institucional, item do inciso I, e a Casa-Lar, um item B do inciso I, não contemplava nem no Parágrafo
2124 Único, sugerindo colocar em um Parágrafo Único a não separação do grupo de irmãos ou de parentes
2125 da família de origem ou extensa. A Conselheira Marisa concordou com essa sugestão, observando,
2126 também, que em alguns municípios ainda tratavam a Casa-Lar como Casa de Passagem, sendo
2127 interessante uma nota explicativa aos municípios. A Conselheira Maria das Graças retirou seu
2128 destaque, considerando que essa questão do grupo de irmãos aparecia na metodologia do Artigo 7º,
2129 no item C, do inciso IV item C: *“Atender os grupos de irmãos sempre que houver demanda.”* O
2130 Conselheiro José da Cruz informou que não havia vindo na Memória, mas sim na apresentação da
2131 Diretoria, que havia informado que sairia orientação técnica para o serviço. O Conselheiro Fábio
2132 observou que a Casa de Passagem era para adultos, com os serviços para crianças estando detalhados
2133 no livro amarelo. No Capítulo II – Artigo 3º, a Conselheira Marisa indicou o inciso II – B, tratando dos
2134 municípios com população inferior a 20 mil habitantes, discorrendo sobre essa realidade e como
2135 receberia cofinanciamento do piso de alta complexidade, discorrendo sobre a questão. Que era
2136 oportuno que nessa Resolução dessem mobilidade de expansão de atendimento a esses municípios e
2137 que tinham serviços comprovados. A Simone considerou importante esse debate dentro do relato
2138 feito pela Comissão, discorrendo sobre a importância dos assuntos colocados e que seriam tratados
2139 na Conferência. Observou que esse debate da alta complexidade, dos serviços de acolhimento
2140 institucional para crianças, adolescentes e jovens estava dentro da discussão da regionalização,
2141 discorrendo sobre o que pretendiam colocar na Resolução o reordenamento dos serviços de
2142 acolhimento de oferta municipal, mas que estavam discutindo na CIT a responsabilidade dos governos
2143 estaduais com a oferta dos municípios de pequeno porte, discorrendo sobre como isso seria
2144 implementado. Ressaltou que não havia regulação para a porta de entrada, com os juízes tomando as
2145 decisões que consideravam corretas, mas devendo haver uma Central de Acolhimento, de Vagas, com
2146 o SUAS fazendo essa regulação, debate que estavam tendo com os governos estaduais. Lembrou que
2147 a Conselheira Maria das Graças havia indicado que no dia 02 fariam uma reunião com o FONSEAS, que
2148 estava discutindo o pacto, discorrendo sobre sua importância. O Conselheiro Fábio esclareceu à
2149 Conselheira Marisa que na memória estavam colocadas as diretrizes da proposta de expansão,
2150 discorrendo sobre o que o norteava e com esse desenho a ser discutido com o FONSEAS, e que se
2151 possível seria trazido na próxima reunião do Conselho para deliberação. A Conselheira Maria das
2152 Graças citou que na Região Norte boa parte da população dos municípios era inferior a 20 mil
2153 habitantes e que não recebiam o Piso de Alta Complexidade I, indagando se seria normatizado ou
2154 regulado só a questão do serviço ou também a questão do cofinanciamento. O Conselheiro Fábio
2155 esclareceu que na sequência trabalhariam essa outra proposta, que cobriria mais o Norte e Nordeste.
2156 A Conselheira Simone confirmou que fariam em duas etapas, conforme tratado com os governos
2157 estaduais e com essa segunda sendo tratada no dia 2. No Capítulo III, Artigo 5º, a Conselheira Maria
2158 das Graças indagou o que era esse Plano de Acolhimento e quem tinha essa responsabilidade, se
2159 seriam os governos de estados em conjunto, articulado com os gestores municipais ou não. O
2160 Conselheiro Fábio indicou que o plano estava conceituado no Artigo 14, relatando o que o mesmo

2161 trazia, sendo um plano bem abrangente que incluía o conceito de reordenamento e que incluía não só
2162 a rede de serviços de acolhimento *stricto sensu*, mas também da rede de CRAS e de CREAS, que fazia
2163 o acompanhamento. No Artigo 7º, a Conselheira Marisa indagou, na letra C, a quem caberia o
2164 controle social, com a Conselheira Maria das Graças esclarecendo que no processo de inscrição, no
2165 Conselho de Assistência ou no Conselho dos Direitos da Criança, eram feitas visitas técnicas para
2166 poder garantir como se fosse um alvará essa inscrição para funcionamento. A Conselheira Marisa
2167 questionou como explicar nos Conselhos Municipais que essa letra só conferia a parte de inscrição, o
2168 controle social e a aprovação desse Conselho, sendo seus, mas onde isso estava escrito. A Conselheira
2169 Simone concordou, observando que o Conselho da Assistência tinha uma função maior do que a de
2170 inscrição, sugerindo pensar em uma redação: “inscrever no Conselho da Criança e do Adolescente e
2171 aprovar...” O Conselheiro Fábio falou sobre a questão, observando que estaria contemplado no § 3º
2172 do Artigo 14, com o Conselho tendo que ter a inscrição no Conselho Municipal de Assistência, que,
2173 independente de ser público ou não, exercia o controle sobre todas as dimensões disputas no Plano
2174 de Acolhimento para toda rede. No Artigo 11, a Conselheira Nilsia indagou como era estabelecido o
2175 valor de R\$ 500,00 por pessoa. A Conselheira Aldenora indicou no Artigo 1º, § 2º, indagando se seria
2176 mesmo 0,75 por criança. O Conselheiro Fábio discorreu sobre os recursos dos municípios, indicando
2177 os baixos valores recebidos e que não eram homogêneos no território nacional. Esclareceu que o
2178 valor de 0,75, não se referia a dinheiro, mas sim à capacidade de atendimento que seria ofertada, não
2179 correndo o risco de não conseguir realizar o atendimento. O Conselheiro José Crus observou que o
2180 custo indicado pela Conselheira Nilsia para 10 pessoas, tratava-se de um cofinanciamento federal,
2181 não custo de serviços. A Presidenta voltou à redação do Artigo 7º, com o Conselheiro Fábio sugerindo
2182 alteração para deixar mais claro a alínea C: *“Inscrever-se no Conselho de Direitos da Criança e do*
2183 *Adolescente e, no caso de serviço de acolhimento da Rede Socioassistencial Privada, no respectivo*
2184 *Conselho de Assistência Social.”* A seguir, a Secretária-Executiva procedeu à chamada nominal, para a
2185 votação qualificada: Conselheiro Volmir: “Voto pela aprovação. Agora vai votar então. Eu voto pela
2186 aprovação”. Conselheira Simone: “Bem, eu disse ontem na Comissão, no encontro das duas
2187 Comissões, eu acho essa Resolução importantíssima, ela aponta para a gente romper de fato com o
2188 modelo de Assistência Social que historicamente retirou da convivência familiar e comunitária muitas
2189 pessoas pobres, vulneráveis. Nós temos pessoas muitas delas com deficiência que estão em abrigo há
2190 20, 30, 40, 50 anos, a Conselheira da APAE ali falou, eles não estão só nas escolas sendo considerados
2191 em crianças, eles estão contabilizados nas contas institucionais, idosos, adultos, como se fossem
2192 crianças até hoje. Eu tenho certeza que esse processo de desinstitucionalização chamado por nós de
2193 reordenamento, ele cumpre uma missão da Assistência Social e sua missão histórica, eu disse ontem,
2194 o SUS já rompeu com seus manicômios, com suas grandes instituições, e nós tardiamente estamos
2195 fazendo isso. Então eu sei que esse processo pode levar que esse Conselho venha discutir, inclusive
2196 indenização de pessoas que foram proibidas na estadia delas, na vida delas aqui neste mundo de
2197 conviver com suas famílias e suas comunidades. Eu quero, Presidenta, assim, bastante emocionada
2198 pedir desculpa a elas, dizer a elas que ainda bem que a gente está fazendo um negócio chamado
2199 Sistema Único de Assistência Social, que tem essa capacidade de propor um outro nível de civilidade,
2200 um novo caráter civilizatório para a população brasileira. Então, Presidenta, é com muito orgulho que

2201 eu voto a favor dessa Resolução”. Conselheiro Fábio: “Também fico bastante emocionado de estar na
2202 titularidade exatamente na votação dessa Resolução, acho que não vou nem tentar muito falar, eu
2203 acho que eu voto pela aprovação e vamos lá”. Conselheira Fátima: “Pela aprovação, com meus
2204 cumprimentos pelo trabalho realizado por todos”. Conselheira Graça Prola: “Eu quero também
2205 bastante emocionada votar pela aprovação dessa Resolução, fazendo aqui uma declaração de que
2206 com ela, a gente que trabalha mais lá na ponta, nós estamos, não só garantindo a vida dessas crianças
2207 e adolescentes, mas rompendo um paradigma de que a justiça era a dona da vida dessas crianças”.
2208 Conselheira Aldenora: “Eu voto pela aprovação da Resolução”. Conselheiro Ademar: “Outro dia num
2209 dado recente da Cáritas nós descobrimos que o seguimento com que a Cáritas mais trabalha é
2210 criança, adolescente e jovem. A gente se sente contemplado e estamos pela aprovação”. Conselheira
2211 Marisa: “Parabenizar a Comissão e dizer que é de grande importância e relevância a aprovação dessa
2212 Resolução para que de fato a gente possa atender, através do Sistema Único de Assistência Social,
2213 aqueles pequenos que precisam desse direito de forma, com uma gestão qualitativa e que possamos
2214 de fato atendê-los com eficiência e com qualidade”. Conselheira Márcia: “Bom, como trabalhadora
2215 dessa área que fui muito tempo, já atuei na Bahia no Programa Retorno ao Lar do Ministério Público,
2216 vi claramente a realidade de crianças esquecidas já adultas com vínculos totalmente rompidos,
2217 esquecidas. Como é difícil fazer esse retorno, constatar que a maioria a situação era mais pobreza, do
2218 que realmente dificuldade da família, também podendo atuar um pouco na discussão da Família
2219 Acolhedora também em Salvador. Então não tenho como não aprovar essa Resolução com muita
2220 alegria mesmo e esperando que consigamos realmente, não só essa colocar em prática, mas muitas
2221 outras que venham a enfrentar essa situação que faz parte da nossa história, na história de exclusão
2222 mesmo para o nosso país, pela aprovação”. Conselheira Nilsia: “Eu voto pela aprovação”. Conselheira
2223 Jane: “Voto pela aprovação parabenizando a todos os envolvidos na discussão dessa Resolução e
2224 assim, realmente o alcance que vai ter essa partilha e reitero as palavras da Márcia, tomara que a
2225 gente consiga rapidamente colocar todas essas crianças e adolescentes beneficiadas por essa partilha,
2226 até para que a gente possa garantir que a gente realmente tenha uma solução para essa situação tão
2227 grave, que só tende a aumentar. Voto pela aprovação. Parabéns a todos”. Conselheira Margareth:
2228 “Voto pela aprovação e o compromisso que a gente tem aqui com o SUAS e parabenizar para além da
2229 Comissão, também o compromisso de todo o Conselho Nacional por estar tendo essa deliberação”.
2230 Conselheiro José: “Eu voto pela aprovação, também bastante emocionado, sem dúvida uma
2231 importante Resolução e disse já à Diretora e equipe, mas publicamente aqui parabenizar toda a
2232 equipe do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, aqui na equipe, em especial, a
2233 equipe do Departamento de Proteção Social Especial, que trouxe esse debate e trouxe uma
2234 apresentação importante, que todos os senhores e senhoras receberão por *e-mail*, que fundamentou
2235 e justificou essa Resolução. Então eu voto, Presidente, mas também emocionado aí e de fazer parte
2236 dessa história, desse momento tão importante para a Assistência Social brasileira. Obrigado”.
2237 Conselheira Vice-Presidenta Leila: “Pela aprovação da Resolução, sabendo que a gente dá um salto
2238 bastante importante na Proteção Social Especial de alta complexidade com esse reordenamento e
2239 com essa partilha proposta agora”. Conselheira Presidenta Luziele: “Há alguns anos atrás o Ministério
2240 foi pioneiro em fazer a primeira pesquisa, Márcia, sobre os abrigos de crianças no Brasil com a

2241 FIOCRUZ. Eu tive a honra de estar nesse momento junto ao Departamento de Gestão do SUAS e nós,
2242 o que nós encontramos foi uma realidade que nós sequer, Marilena, poderíamos imaginar, que ela
2243 era 10.000 vezes pior do que no imaginávamos naquela altura, estava nas nossas mãos achar
2244 caminhos, estava nas nossas mãos fazer o que disse a nossa Presidente há pouco: “*A diferença entre*
2245 *falar e fazer.*” Então nós assumimos esse compromisso e hoje eu voto muito orgulhosa por essa
2246 aprovação e para que os municípios brasileiros e os Estados brasileiros possam estar caminhando par
2247 i passo, porque não adianta fazer uma bela Resolução termos o recurso e isso não acontecer
2248 efetivamente na perspectiva da felicidade das nossas crianças como disse muito bem a minha
2249 conterrânea e amiga Graça Prola sair dos reveses e do xadrez que muitas vezes é o sistema de justiça.
2250 Muito obrigada, parabéns a todos e muito obrigada pela oportunidade de estar nesse Conselho em
2251 poder assinar essa Resolução. Voto pela aprovação”. Após a votação, a Resolução foi aprovada pelo
2252 Pleno por maioria absoluta.O Conselheiro José Crus parabenizou a Conselheira Margareth que
2253 assumia a Comissão de Financiamento com o Conselheiro Anderson, destacando a importância dos
2254 temas tratados e a honra de ter participado desse debate. Agradeceu aos Conselheiros da Comissão
2255 de Política, pela efetiva participação e democrática realizada nessa Comissão, registrando essa
2256 colocação. Item Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. O
2257 Conselheiro Volmir informou ter sido sua despedida como Coordenador da Comissão de
2258 Financiamento, solicitando ajuda ao Conselheiro Fábio para esse relato: “*Conselho Nacional de*
2259 *Assistência Social. Memória da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social.*
2260 *REUNIÃO: 008/2013; DATA: 16/09/2013; HORÁRIO: 13:30h às 16h; LOCAL: Esplanada dos Ministérios,*
2261 *Anexo do Bloco F, 1º andar; Conselheiros (as) Presentes: Volmir Raimondi; Anderson Lopes Miranda;*
2262 *Fábio Moassab Bruni; Marcílio Marquesini Ferrari. Secretária-Executiva do CNAS: Becchara Miranda;*
2263 *Mirelle Dantas; Suzany Gonçalves Thalita Eleto. 1. Discutir "Estudos na área de monitoramento de*
2264 *efetividade do investimento social", referentes à Meta 3 do Plano de Ação da Comissão de*
2265 *Financiamento: Desenvolver Plano de Monitoramento de Efetividade do Investimento na Assistência*
2266 *Social. A Comissão de Financiamento analisou os dados da ESTADIC 2012 e do CENSO SUAS 2012*
2267 *destacando os principais pontos a serem tratados e monitorados. Encaminhamentos: A comissão de*
2268 *financiamento e orçamento sugere à Plenária: pautar o documento final para reunião da Comissão de*
2269 *Financiamento em outubro. Os Conselheiros Fábio, Anderson e Volmir finalizarão o documento por e-*
2270 *mail, até a próxima reunião colocando os temas e os principais pontos de análise cruzada com outros*
2271 *dados estatísticos. Volmir Raimondi, Coordenador da Comissão de Financiamento e Orçamento da*
2272 *Assistência Social.” O Conselheiro Volmir indicou ter sido uma reunião bem extensa, visto terem*
2273 *analisado os dados da ESTADIC e outros, separando elementos para discussões futuras. Agradeceu a*
2274 *todos pela oportunidade desse trabalho, indicando que comporia a Comissão de Normas. A*
2275 *Conselheira Valéria justificou sua ausência nessa reunião, assim como a Conselheira Dóris. A*
2276 *Conselheira Margareth, como nova integrante da Comissão, solicitou que lhe fosse encaminhado o*
2277 *material de 2012 e do Censo, para conhecimento antes da reunião de outubro. A Presidenta indagou*
2278 *se havia alguma observação, em não havendo considerou aprovada a Memória da Comissão de*
2279 *Financiamento e Orçamento da Assistência Social de setembro de 2013.Aparteando, o Conselheiro*
2280 *Volmir informou que os anexos estariam juntos para que a Conselheira Margareth tomasse*

2281 conhecimento, como nova Coordenadora. Item Relato da Comissão de Acompanhamento aos
2282 Conselhos. A Conselheira Aldenora informou que a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos não
2283 havia se reunido por falta de quorum, mas que na reunião da Presidência Ampliada haviam colocado
2284 a pauta da próxima reunião, aprovada pelo Pleno. Item Relato da Comissão de Financiamento. A
2285 Conselheira Margareth informou que na parte da manhã não havia acontecido a reunião por falta de
2286 quorum, tendo sido realizada somente à tarde, juntamente com a Comissão de Política. Item Relato
2287 da Comissão de Normas. A Conselheira Marisa relatou que, por falta de quorum, não havia sido
2288 realizada a reunião conjunta da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social e
2289 da Comissão de Normas pela parte da manhã. A Conselheira Leila justificou sua ausência, por estar no
2290 Senado e na Câmara, fazendo uma mobilização junto aos Senadores e Deputados em função de um
2291 pleito da Sociedade Civil quanto à MP 620. O Conselheiro Thiago justificou que em relação à
2292 importância da MP 620, a Comissão de Normas havia decidido não participar da reunião pelo período
2293 da manhã. O Conselheiro Volmir também justificou sua ausência, pelo mesmo motivo, considerando a
2294 discussão desse importante tema, o que não havia sido feito a tempo no CNAS. A Presidenta registrou
2295 que não haviam entrado no mérito sobre essa questão de não terem debatido o tema, o que não
2296 havia ocasionado a ausência dos Conselheiros, como a fala do Conselheiro Volmir indicava, que
2297 confirmou novamente sua colocação. A Presidente destacou que a ausência do debate desse tema no
2298 Conselho Nacional não havia sido a justificativa para a ausência efetivamente legítima dos
2299 Conselheiros. O Conselheiro José Araújo, para efeitos de gravação e justificativa da ausência,
2300 informou ter estado no Congresso e mantido contato com vários Senadores e Deputados a respeito
2301 da Medida Provisória 620. A Conselheira Dóris informou que não havia estado no Senado, mas como
2302 a reunião não havia acontecido, não pode participar. A Conselheira Jane justificou sua ausência no
2303 período da manhã pelo mesmo motivo, participando no congresso para a discussão da MP 620. O
2304 Conselheiro Ademar apresentou a mesma justificativa, mas tendo entendido que à tarde refariam a
2305 programação, o que não havia acontecido por falta de quorum. A Conselheira Nilsia justificou sua
2306 ausência por ter acompanhado a Sociedade Civil na visita aos Deputados na parte da manhã, assim
2307 como a Conselheira Valéria e a Conselheira Márcia, que apresentaram a mesma justificativa. A
2308 Conselheira Marilena, justificando ter chegado ao CNAS havia pouco tempo, solicitou esclarecimentos
2309 quanto a essa visita, entendendo haver consenso que a Sociedade Civil iria ao Congresso, sentindo-se
2310 incomodada com a colocação de falta de quorum. Que era preciso tomar cuidado com as
2311 justificativas, haja vista que poderiam reverter contra si. A Presidenta esclareceu que a situação
2312 acontecida era de interesse de todo o Conselho Nacional, sendo legítimo, mas que sendo a Secretária-
2313 Executiva não havia condição de liberação para que todos os Conselheiros pudessem sair para outra
2314 atividade, que não aquela para a qual haviam sido convocados à Brasília. Que juntamente com a
2315 Conselheira Leila haviam aberto a mão de pautas bastante importantes por uma pauta mais
2316 importante do ponto de vista da Sociedade Civil, mas que conforme praxe institucional, não teriam
2317 condição, por conta da responsabilidade institucional de dizer que não houve reunião da Comissão de
2318 Acompanhamento devido a que os Conselheiros haviam sido liberados para ir para o Senado Federal.
2319 Que isso caracterizava que os Conselheiros estavam em Brasília, com deslocamento e diária e haviam
2320 justificado a ausência nas respectivas Comissões, mas com a situação estando esclarecida. A

2321 Conselheira Margareth informou que não havia ido ao Congresso Nacional, tendo sido convocada
2322 pelo CNAS e tendo participado da Presidência Ampliada pela manhã e aguardando as demais
2323 orientações, mas que havia estado no hospital com a Conselheira Maria Aparecida Godói, de onde
2324 havia retornado ao Colegiado para dar prosseguimento aos trabalhos. A Presidenta indicou que todas
2325 as pautas das Comissões haviam sido recolocadas para as próximas reuniões. O Conselheiro Thiago
2326 falou sobre os trâmites a respeito do Projeto de Lei 3.688, de 2000, com o Senado opinando pela sua
2327 constitucionalidade do projeto e o devolveria à Câmara para discussão com algum tipo de
2328 modificativa, mas que o material entregue estava incompleto, não sendo possível concluir a essa
2329 questão do financiamento tratada no dia anterior e devolvendo o material para a Secretaria-
2330 Executiva. A Presidenta observou que conforme havia sido colocado no dia anterior, sobre uma
2331 estratégia de acompanhamento dos projetos de Lei e dos debates no Congresso Nacional, talvez
2332 conseguissem chegar com sucesso a essa construção jurídica. A Presidenta agradeceu a todos pela
2333 excelente reunião, destacando a participação, a mobilização dos Conselheiros, tratando de questões
2334 essenciais para a Assistência Social. ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar, a Presidenta
2335 agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os debates e
2336 depoimentos pelo serviço de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte
2337 integrante desta Ata, aprovada em reunião de de de dois mil e treze.
2338